

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROJETO TEMÁTICO-2021-2022**

Projeto Financiado por PIPEq

**TÍTULO GERAL DO PROJETO:VIDA URBANA, DESIGUALDADES E REPERCUSSÕES
DA COVID19 NA METRÓPOLE E VIDA URBANA: Desigualdades e vulnerabilidades em
tempos de pandemia Territórios da precariedade e vulnerabilidades**

**LINHA DE PESQUISA:Territórios da pobreza :precariedade habitacional, nomadismo
urbano e políticas públicas em tempos de pandemia.**

Equipe

Doutora Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi

Doutora Dulce Tourinho Baptista

Doutora Mariangela Belfiore Wanderley,(coordenadora)

Doutora Marisa do Espírito Santos Borin,

Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras

Doutora Suzana Pasternak

Convidados, em estágio de Pós Doc

Doutor .Marcelo Alvares de Lima Depieri,

Doutor Fabio Martinez Serrano Pucci,

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 TERRITÓRIOS DA POBREZA, PRECARIIDADE HABITACIONAL E
VULNERABILIDADE. SÃO PAULO NO CONTEXTO PANDÊMICO (MAURA
VÉRAS)PÁGINA 3-26

CAPÍTULO 2. POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL(MARCELO DEPIERI)PÁGINA
27-51

CAPÍTULO 3. VULNERABILIDADE POR COVID-19 NOS TERRITÓRIOS DA
POBREZA E PRECARIIDADE HABITACIONAL PÁGINA 52-128

3.1- MORADIA EM CORTIÇOS, VULNERABILIDADES E A PANDEMIA DE
COVID-19(por Maura Vêras) PÁGINA 52-65

3.2. FAVELAS E A COVID (Suzana Pasternak) PÁGINA 66- 74

3.3.: ESTUDO DE CASO SOBRE PARAISÓPOLIS(MARISA BORIN E DULCE BAPTISTA)
PÁGINA 75-92

3.4.POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CAROLINA LANFRANCHI E MARISA BORIN)PÁGINA 93-115

3.5.PERIFERIAS E COVID(MAURA VÉRAS) PÁGINA 116-121

3.6. OCUPAÇÕES-(FABIO PUCCI)PÁGINA 122-128

I- TERRITÓRIOS DA POBREZA, PRECARIEDADE HABITACIONAL E VULNERABILIDADE. SÃO PAULO EM CONTEXTO PANDÊMICO

Maura Pardini Bicudo Vêras

INTRODUÇÃO

A problemática da desigualdade social, especialmente na cidade de São Paulo, merece olhar atento e multifacetado, pois há uma perversa estabilidade dos processos disruptivos e excludentes trazendo um cenário de contrastes evidentes. De um lado, acumulação e concentração de renda, e, de outro, pessoas com fome, subalternidade, doença e sofrimento. São segmentos sujeitos à vulnerabilidade em seus diferentes significados ligados à precariedade urbana e da moradia e ao ambiente, de forma geral. É preciso, sobretudo, que se discuta e destaque esse caráter multidimensional da desigualdade, acompanhando as constatações por inúmeros indicadores, mais do que renda, ocupação, escolaridade, também a situação na cidade, ou seja, sua localização, a precariedade habitacional, o nomadismo urbano, a exclusão de vastos segmentos populacionais como os sem domicílios, os expulsos por despejos, aqueles banidos por remoções forçadas, segregados ou confinados a acampamentos improvisados, e, nesse subconjunto, também imigrantes pobres.

Assim, a questão habitacional se revela um indicador adequado para avaliação e mensuração das desigualdades sociais, pois reúne aspectos sensíveis e complexos em seu acesso. Conceituando habitação de forma ampla, no contexto da sociedade capitalista, em especial nas especificidades da sociedade brasileira, temos que ela pode ser um índice do desenvolvimento econômico e das oportunidades descortinadas à maioria da população. O presente texto visa abordar a problemática da habitação precária na cidade de São Paulo em relação aos efeitos da pandemia da covid-19 entre nós.

Do ponto de vista sanitário são inúmeros estudos que têm destacado o papel da moradia insalubre em doenças respiratórias, e epidemias, em geral. O caso da tuberculose é emblemático no caso dos cortiços até a primeira metade do século XX(KOWARICK, 2016; VÈRAS, 1999, 1992; CHALHOUB, 1996) As favelas, especialmente pela falta de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário são exemplos gritantes, além da precariedade da edificação, o que também ocorre nas periferias sem infraestrutura, e pela presença de riscos de desmoronamentos, córregos, doenças endêmicas,verminoses e assim por diante.

No atual contexto econômico globalizado em que vivemos , temas como os custos da degradação ambiental e os benefícios do desenvolvimento sustentável ganharam envergadura internacional, amplamente divulgada pela mídia e objeto de permanentes debates. Palavras de ordem servem de alerta a governos, organizações sociais, empresas e população, de maneira geral para os riscos trazidos na manutenção do modelo atual.

Nas palavras de COIMBRA (1998)

... Nós agimos como aprendiz de feiticeiro, aquele que realizou a façanha de fazer a vassoura voar e depois não conseguiu mais controlá-la. Com a tecnologia e com os processos modernos, estamos vivendo momentos chamados de 'efeitos limiares'. O efeito limiar é aquele que se produz por uma determinada causa, mas que você não sabe até onde vai chegar ... ".(apud MALZYNER, 2002,p.2-3)

Enquanto o debate internacional se volta para as mudanças climáticas e a sustentabilidade do ambiente , atualmente sobre ESG(Environmental , Social Government), as questões do ambiente doméstico e seu entorno não têm recebido a mesma preocupação. Entretanto, seus efeitos podem ser bastante prejudiciais para a saúde dos moradores, especialmente nos assentamento da população de baixa renda, com impactos comparáveis aos dos problemas ambientais mais amplos A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization - WHO) enfatiza a importância da adequação do ambiente doméstico e seu entorno para a condições de vida mais saudáveis, com prioridade análoga ao do próprio atendimento habitacional: " ... os mais importantes fatores para a criação de ambientes de suporte à saúde são a disponibilidade, distribuição, acessibilidade e a posse da habitação, assim como a ausência de riscos tanto em casa como na vizinhança imediata" (WHO, 1996). O imbricamento das questões do meio ambiente, habitação, educação ambiental e saúde pública é patente em inúmeros

debates e conferências internacionais desde meados do século XX. A Agenda 21 e o Projeto Cidades Saudáveis são exemplos disso, interconectando e integrando esses temas(GORDILHO-SOUZA,1997).

A lógica da desigualdade tem prevalecido na estruturação das grandes cidades brasileiras: de forma geral, áreas centrais caras, congestionadas e disputadas por usos residenciais, comerciais e industriais de variados portes e padrões, densidades e estados de conservação; extensas periferias de ocupação esparsa e urbanização precária, formadas ao longo dos corredores de transporte; inúmeras glebas e lotes vagos por toda a cidade, muitas delas ocupadas por favelas, e no caso de São Paulo, cada vez menos disponíveis à população delas necessitada. A confluência de diversos fatores como demandas formal e informal do solo urbano, os interesses do mercado imobiliário, a ineficiência das políticas governamentais para o setor fundiário e a insuficiência dos investimentos públicos levaram a uma ocupação desordenada da cidade. Ainda há o agravante do empobrecimento de amplos segmentos da população, inclusive classes médias, e o ritmo acelerado de crescimento das cidades, provocando rápida obsolescência de suas infraestruturas e deterioração urbana. Como disse Ianni (1999), citando Coraggio, a cidade latinoamericana reflete um co-resultado reflexo de ações populares massivas (des)orientadas por estratégias de sobrevivência , na contingência, mais que planejamento linear de agentes imobiliários da acumulação. Entretanto, é válido afirmar que há e houve um projeto segregatório e excludente por parte das elites e do Estado em relegar os interesses populares do ambiente urbano adequado. Como diz Rolnik(2022)houve o “planejamento da desigualdade” em São Paulo.

Parece evidente que, nesse contexto, as condições ambientais tendem a se deteriorar. pois a expansão urbana se dá na ocupação de qualquer tipo de terreno, mesmo os mais problemáticos, como várzeas inundáveis e encostas íngremes, e à revelia das políticas públicas de preservação do meio ambiente e qualquer ação planejada. Somam-se ao quadro de risco a erradicação da cobertura vegetal e o lançamento de todo tipo de resíduos gerados pela ocupação urbana -- lixo, efluentes sanitários, entulho e detritos industriais. O crescente número de emergências atendidas pela Defesa Civil (deslizamentos de encostas e enchentes), os 'desastres naturais' (como contaminação das águas superficiais e subterrâneas, e assoreamentos de rios e córregos), e o recrudescimento das doenças infecciosas (inclusive doenças antes consideradas típicas da zona rural, como Chagas e

Leishmaniose, dengue e agora, da covid-19 são indicativos da gravidade da situação atual(entre outros,MALZYNER, 2002).

A aprovação do Estatuto da Cidade(2001),entretanto, no âmbito federal,seguida da regulamentação no nível local e social de cada município, abriu novas perspectivas de planejamento e gestão das questões aqui tratadas, que envolvem o setor habitacional, o meio ambiente, o ordenamento urbano de grandes cidades brasileiras e a melhoria da qualidade de vida de sua população. Buscando garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana, já prevista na Constituição Federal de 1988,podem-se citar três instrumentos estratégicos: o parcelamento ou edificação de caráter compulsório, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, e a desapropriação para fins de reforma urbana. Além destes, instituí também a regularização fundiária através do usucapião especial de imóveis urbanos, e torna obrigatório o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos que possam afetar a qualidade de vida local(MALZYNER, 2002). Espera-se, pois, que ainda seja possível atenuar, com tais instrumentos, a grave situação presente na cidade de São Paulo.

Este capítulo foi pensado como uma introdução ao exame das especificidades dos diversos territórios da precariedade em São Paulo que sofreram/reagiram cada um a seu modo às questões trazidas pela pandemia da covid-19 na conjuntura 2020-2021. Assim, o presente texto busca apresentar uma reflexão sobre os problemas trazidos pela pandemia do Covid-19 no contexto da precariedade habitacional em São Paulo, que se agravou mas que já encontrou uma grave e estável desigualdade no acesso ao ambiente construído.

A exposição deste capítulo se organiza em três tópicos, além desta introdução: no sentido de avançar conceitualmente sobre as questões da habitação no capitalismo, iniciou-se com uma discussão do papel da moradia como mercadoria cara e que necessita de financiamento para seu usufruto/posse/propriedade e quais implicações de saúde desta precariedade, inclusive em face das políticas públicas, na atual etapa de desmonte do Estado de proteção, pela ausência de alternativas adequadas. Em segundo lugar, aborda-se o território enquanto categoria analítica e os territórios de precariedade e que trazem graves problemas de saúde para seus usuários, uma territorialidade da pobreza, em situação de vulnerabilidade e , finalmente, em terceiro ponto, quais são as modalidades dos territórios da

precariedade no contexto da pandemia em São Paulo, cortiços, favelas, periferias, ocupações, população em situação de rua.

Após este capítulo será realizado, em capítulos subsequentes, o exame de cada território da precariedade por diversos autores que se debruçaram sobre os dados da covid-19 em São Paulo, especificando a situação de cada modalidade e, também, uma certa regionalização diante da cidade como um todo.

1.1. SAÚDE E RISCOS AMBIENTAIS NA PRECARIIDADE HABITACIONAL,

É inegável que a casa e o bairro habitado exercem grande influência sobre a saúde de seus moradores. Aspectos interseccionados como as características construtivas, a conservação, o uso e a disponibilidade de infraestrutura básica, a localização na cidade, entre outros, combinam-se resultando em diferentes situações de risco epidemiológico. Desse modo, condições “subnormais” de moradia, como as de barracos de favelas, cômodos de cortiços ou casas em assentamentos precariamente urbanizados ou originadas da autoconstrução, condenam seus moradores a riscos e doenças. Do ponto de vista das condições sociais da ocupação do domicílio, surgem aspectos relevantes, entre outros: : o custo da moradia (prestação ou aluguel caros, em geral, prejudicam o atendimento de outras necessidades básicas); a natureza da posse (inquilinos, posseiros e ocupantes ilegais vivem sob permanente ameaça de despejo, não sentem estímulo para melhorar as condições de habitabilidade); a inadequação da residência ou da vizinhança (para o atendimento das necessidades sociais dos moradores) (WHO, 1992).

Comumente são associadas ao ambiente doméstico/local aquelas doenças provocadas por agentes patogênicos -- vírus, bactérias, protozoários ou vermes -- transmitidos pelo contato do homem ou passando de uma pessoa a outra diretamente ou com materiais contaminados (solo, água, utensílios), pela ação de vetores (insetos, animais) . As vias de penetração no organismo humano podem ser a digestiva (caso de diarréias, verminoses, gastroenterites, hepatites, cólera, leptospirose, dengue), a respiratória (gripe, asma, meningite, sarampo, tuberculose, febre reumática), através da pele e dos olhos (alergias, leishmaniose, tracoma, conjuntivite) (WHO, 1992; MALZYNER,2002). Condições de higiene precárias podem facilitar a contaminação tanto das pessoas dos moradores quanto, por falhas na limpeza das casas ou de todo o bairro. Superlotação, insolação ou ventilação deficientes, acúmulos de poeira, gordura ou umidade, estocagem e

conservação inadequadas de alimentos, acondicionamento inadequado de lixo, falta de tela nas janelas e de tampa nas caixas d'água, criam dentro das casas ambientes propícios à proliferação de patógenos e de seus vetores. Esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo ou entulho não coletado, águas paradas, falta de arborização, desempenham o mesmo papel nas ruas. A ocorrência destes problemas ambientais, mesmo que isolados, representa sempre risco para a saúde dos moradores (MALZYNER, 2002).

No universo da vulnerabilidade, destacam-se as pessoas que permanecem mais tempo em ambientes inadequados, como, por exemplo, mulheres dedicadas exclusivamente às atividades domésticas, ou que conciliam o habitar com funções de trabalho, de crianças em idade pré-escolar, de idosos aposentados, assim como de outros membros da família, por permanecerem a maior parte do tempo em casa. Assim, convém registrar que boas condições de saúde dependem, primariamente, de ambientes saudáveis, que impeçam a proliferação de patógenos e vetores, dentro das casas e fora delas, nas ruas. Não basta, portanto, que o morador construa e use sua casa adequadamente. É necessário que toda a vizinhança aja da mesma maneira, e que o bairro tenha infraestrutura (redes de água, esgoto e drenagem), serviços públicos (coleta de lixo e de entulho, posto de saúde), local para práticas esportivas e arborização. A viabilização de todas estas condições, porém, depende do Estado e/ou de uma organização comunitária eficiente, que atue tanto internamente ao bairro, ou do domicílio, conscientizando e mobilizando os moradores, como fora dele, pressionando os órgãos públicos responsáveis.

Todos estes aspectos do ambiente habitacional exercem inegável influência no processo saúde/doença dos cidadãos. No entanto, especialistas apontam a dificuldade na mensuração de seus impactos epidemiológicos, devido à sua vulnerabilidade a erros de interpretação (TASCHNER, 1982).

Parece serem comuns a todos os 'estudos ecológicos', os seguintes problemas:

- a unidade de análise demográfica, (por vezes é a população e não o indivíduo), dificulta a comprovação científica das relações de causalidade entre problemas habitacionais e indicadores de morbimortalidade;
- fatores socioeconômicos como pobreza, desnutrição, falta de assistência médica, falta de organização comunitária, entre outros, influem tanto nas condições de saúde como na situação habitacional da população ;

- os critérios de avaliação das condições construtivas, de conservação e de uso das moradias e do bairro, não podem ser generalizados, devendo levar em conta as especificidades de cada população, inclusive culturais e ambientais. (TASCHNER,1982).

Tais dificuldades não chegam a constituir, entretanto, em impedimento para o desenvolvimento de trabalhos dos mais variados tipos, associando meio ambiente e saúde, incluindo políticas públicas, estudos acadêmicos (CARDOSO, 1997; TASCHNER. 1982) e projetos de educação ambiental.

A habitação, dessa maneira, deve ser entendida não apenas como abrigo, mas como inserção na cidade, ou seja, como ocupação do espaço urbano com seus complementos de infraestrutura, serviços, transporte, equipamentos e paisagem. Desse ângulo, são complexas as funções ligadas ao habitar incluindo desde a posse da terra, acesso à urbanização, características construtivas, qualidade da edificação, condições de ocupação e outros atributos componentes de seu valor de uso. Políticas de habitação costumam segmentar o mercado por faixas de poder aquisitivo e para o chamado mercado popular, visando “baratear” essa mercadoria, acabam por oferecer soluções em locais afastados, também levando “conjuntos habitacionais” à periferização, o que já é bem conhecido e debatido no Brasil. Até mesmo o Minha Casa Minha Vida repetiu esse modelo(VERAS, 1980;DEPIERI, 2016).

Assim, como dito, os programas habitacionais de interesse social oferecem estoques de terra para provisão habitacional na periferia das grandes cidades, até mesmo em zonas rurais, áreas de geomorfologia precária e urbanização problemática e cara, mas de baixo custo de aquisição; por seu lado, a legislação ambiental para a aprovação de projetos habitacionais de grande porte exige avaliação prévia do impacto ambiental e inclusão de medidas que amenizem, o que pode encarecer até o ponto de inviabilizar a maioria deles. Configura-se um embate institucional que cria um círculo vicioso: devido à legislação ambiental impõem-se exigências para a provisão habitacional, que, sem os ganhos de escala dos grandes conjuntos, mantém-se aquém das necessidades; a população desatendida volta-se para as soluções informais e/ou clandestinas de moradia , quer na periferia quer em porções degradadas da cidade, , onde os valores fundiários são baixos ou no aluguel dos cortiços adensados e insalubres, resultando o problema ambiental que a legislação pretende prevenir(MALZYNER, 2002).

Visando a aquisição de moradia, vastos segmentos têm dificuldade de fazer frente aos altos custos, necessitando de financiamento, destacando-se o peso que a propriedade privada da terra representa nesse conjunto de fatores. Surge a questão do “déficit” que deve ser visto mais como carestia a impedir o acesso da maioria a esse bem de consumo. Dessa maneira, conformada como demanda solvável, a enorme busca da casa própria continua sendo encarada como problema de mercado, tendência a que muitas políticas oficiais da chamada “ habitação popular” têm se adequado, sem alterar a diretriz de tratar a habitação, não como direito do cidadão e sim como mercadoria (VERAS, 1980, 1987, 2004; VÉRAS e BONDUKI, 1986;BONDUKI,1983). Tais subconjuntos de pessoas tornaram-se invisíveis diante das políticas que deveriam deles se ocupar, políticas sociais foram atualmente objeto de verdadeiro desmonte, jogando as pessoas no maior desespero, em especial em época de pandemia.

1.2. TERRITÓRIOS E VULNERABILIDADE EM CONTEXTO DA PANDEMIA

Uma das expressões emblemáticas em relação ao tema do presente projeto, a contingência de moradia , é **transitoriedade permanente**, utilizada por Raquel Rolnik (2015) em estudo sobre a financeirização da moradia na atual etapa da globalização da economia, e expressa a insegurança habitacional de vastos contingentes populacionais nas cidades capitalistas contemporâneas. Na mesma direção, mas proposta em contexto histórico diferente, foi a de **nomadismo urbano**(VÉRAS (1987;2020) expressão empregada para a precariedade habitacional para a situação metropolitana com profundas desigualdades sociais, de restrito acesso a habitações adequadas no país, e particularmente em São Paulo, atingindo parcelas consideráveis da população brasileira e provocando um fluxo de expulsões e exclusões de melhores localizações, ou seja, situação de deslocamento perene dos contingentes pauperizados de sua moradia, por não serem proprietários, por sofrerem despejos pelo custo de locação ou sua majoração desmedida, ou por obras públicas, ou pela pobreza que é cada vez mais impelida às periferias desequipadas e longínquas.

A expressão territórios da pobreza busca designar a ocupação do solo urbano por diferentes grupos sociais que se caracterizam pela exclusão do mercado formal de terra e moradias servidas de infraestrutura e equipamentos sócio culturais, configurando a relegação diante das políticas públicas vigentes no contexto atual de desmonte do Estado.

“A questão do território tem recebido várias interpretações. Do ângulo político, o território é conceituado como área de jurisdição de um Estado. Mas se encarada a origem dessa concepção, tem-se que, de forma mais ampla, a territorialização diz respeito à ocupação de um determinado espaço por determinado grupo humano, constituído por algum critério social: etnia, nacionalidade, condição socioeconômica, nível cultural e outros. Nessa medida, é possível estabelecer relação intensa entre territorialidade e segregação socioespacial e, de modo abrangente, com a cidadania (VÉRAS, 2003).

O território, espaço em que os seres humanos sintam-se ancorados, quer para moradia ou trabalho, pode representar lugar de identificação, como uma “ponte, de passagem para sua sobrevivência ou adaptação às novas condições de vida (SILVEIRA, 2014); de outro lado, submetida a leis do mercado, a “mercadoria/moradia” cara e custosa é apenas disponibilizada mediante critérios de renda, estabilidade de emprego, exigências documentais, o que restringe a possibilidade da maioria dos trabalhadores pauperizados ao seu atendimento, também atingindo os deslocados (VÉRAS, 1987, 2018). Ademais, por vezes a concentração em um território determinado pode significar guetificação e conseqüente estigmatização, quando o pronome “nós” se torna perigoso na autodefesa e no fechamento a contatos externos. (SENNETT, 1988)

Em tempos de neoliberalismo, o capital financeiro tem investido na construção de edifícios de escritório e habitações luxuosas, restringindo a aplicação no mercado habitacional de baixa renda. Por seu lado, políticas oficiais de moradia popular são inexpressivas, assim como políticas urbanas têm privilegiado o sistema viário e a circulação por automóvel. Resulta disso tudo um cenário de esvaziamento de certas regiões e crescimento de outras; projetos de renovação urbana expulsam moradores para mais longe. Bairros se descaracterizam, referências urbanas se destroem. As periferias se esvaziam e se (re)alimentam: há “sem-teto” e excluídos pela cidade toda. a situação é mais complexa que a oposição binária centro e periferia. Fala-se em diminuição perversa da segregação, na medida em que a pauperização e a desigualdade de acesso ao ambiente construído provocam o surgimento de “cidadelas” – conjuntos habitacionais exclusivos e fortificados para rendas médias e altas e a movimentação dos mais pobres em peregrinação em busca do morar acessível. Na ineficiência das políticas públicas quanto à oferta de soluções adequadas, tem-se um ambiente de segregação (VILLAÇA, 2011; MARQUES, 2005) onde zonas de primeiro mundo, enclaves fortificados ocupados

por elites que se auto-segregam (CALDEIRA 2000), convivem com áreas desprovidas de equipamentos e serviços sociais, algumas em áreas centrais e degradadas, outras nas periferias abrigando moradores da precariedade, na pobreza, desempregados, nômades urbanos (VÉRAS,1987, 2010,2016), sem abrigo, imigrantes, enfim, pessoas em situação de fronteira, vulneráveis. A presença dos imigrantes, refugiados, moradores despejados é notada nos territórios ocupados na cidade, na vida das sub habitações como favelas, cortiços, onde em grande parte compartilhando o trabalho e morada como é, por exemplo, o caso das confecções onde imigrantes bolivianos, entre outros, residem e costumam em diversos bairros paulistanos; na participação nas ocupações de prédios por movimentos de moradia, nas periferias, na numerosa população que mora nas ruas, e na constituição de fronteiras simbólicas das relações de culturas diferenciadas e de alteridade. Dessa forma é que se caracterizam tais situações como territórios da pobreza.

O conceito de vulnerabilidade, por sua vez, tem sido utilizado frequentemente por ser mais adequado que o de pobreza, este mais preso a mensuração de renda monetária ou em medidas fixas (como a linha da pobreza ou da miséria). Associa-se a vulnerabilidade a três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação à materialidade do risco(MOSER, 1998) Vulnerabilidade social, assim, considera a insegurança, exposição a riscos das crises econômicas a instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres, incluindo as estratégias das próprias famílias, sua disponibilidade de recursos para enfrentar suas questões(KAZTMAN et al. 1999).

Incluem-se nessa clarificação do termo, as contribuições da Geografia , de impactos de desastres naturais avaliação de risco, enfocando como vulneráveis aqueles residentes em determinados locais, expostos a riscos ambientais, em especial no que tange a enchentes, recursos hídricos, barragens de mineração, reservatórios etc acesso a saneamento e outros desastres provocados por obras públicas (casos de Mariana em Minas Gerais, por exemplo e outros)

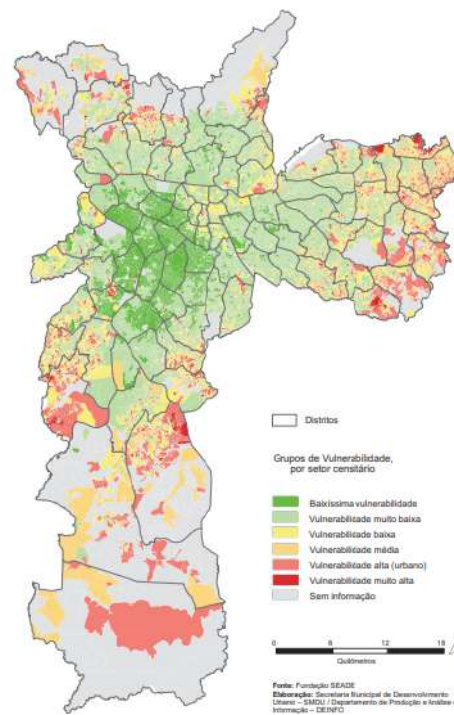
Grupos sociais mais pobres e de alta privação são considerados vulneráveis sociais e, pelas coordenadas de ocupação da cidade capitalista, acabam por localizar-se em áreas de risco ou degradação ambiental.

A população moradora na precariedade caracteriza-se pela presença dos riscos , inclusive de saúde, pois não há ventilação, sanitários suficientes, há

congestionamento, degradação ambiental, falta de privacidade e segurança física dos imóveis, saturados com instalações clandestinas, fiações deterioradas, falta de infra estrutura e equipamentos e assim por diante. A ameaça dos despejos é constante, insegurança jurídica e a expulsão rondam continuamente as pessoas nessa situação. No caso das doenças respiratórias parece-nos evidente o risco e vulnerabilidade e a contaminação de casos de covid-19.

Cumprir observar as mudanças nas vulnerabilidades da cidade de São Paulo.¹ Recente estudo de Miguel Jacob e Renata Bugni (2017) analisou a cidade de São Paulo por meio do IVS - Índice de Vulnerabilidade Social ²1 e sua variante paulista, o IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, e, considerou as 1593 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) que formam a cidade de São Paulo (REIS, 2022).

Figura 1 - Mapa 1-Do IPVS do Município De São Paulo-2010.



¹ Utilizando dados do IBGE, em três dimensões: renda e trabalho, capital humano e infraestrutura urbana. Cada uma destas dimensões, bem como o índice total, tem um valor que varia entre 0 e 1, em que o valor mínimo representa total ausência de vulnerabilidade; e quanto mais próximo da unidade, mais vulnerável é a região.

Fonte: Fundação SEADE-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-SMDU. Departamento de Produção e Análise da Informação-DEPAI. (Reproduzido de REIS, 2022, p.6

O que se considera vulnerável não pode ser visto de forma isolada, mas sim em relação à maneira pela qual as políticas públicas o tratam. Entendemos aqui por política pública o conjunto de ações do Estado em direção a atividades de caráter eminentemente social. Dessa maneira, três elementos se destacam na vulnerabilidade: a exposição a certos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes em trazer consequências importantes para os afetados, manifestando-se numa gama de diversas situações (VÉRAS, 2016; KOWARICK, 2009). Tais grupos populacionais acabam sendo invisíveis diante da intervenção do Estado, caracterizando a rejeição, a ausência de cuidado e atenção diante de sua pobreza extrema, da fragilidade dos laços familiares, de sua exposição a riscos e à violência. Estes contingentes não têm direito ao território de raiz como seu espaço, ao lugar de identificação e onde ganham apoio eventual de seus companheiros e/ou conterrâneos, ou de suas redes, de maneira geral.

Um ponto evocado nas discussões sobre neoliberalismo e na fragilidade das políticas sociais é o do necropoder. Parafraseando Foucault, o poder decide quem deve viver e quem deve morrer. Essa situação se aplica aos moradores da precariedade, caracterizando sua vulnerabilidade e, na crise econômica e sanitária do COVID-19, ou após ela, se multiplicam na capital paulista (ESCOREL, 1999). São políticas de negação à vida no caso da necropolítica, o que se agravou com a pandemia (MBEMBE, 2018).

Hoje o eixo da morte e da destruição viraram políticas de Estado e são abertamente defendidas por variados segmentos e atores governamentais. Políticas de extermínio como forma de gestão dos pobres veio se consolidando e tem alterado profundamente a relação de todos com a cidade e com a forma de refletir sobre seus movimentos. Há uma ruptura inegável com o ordenamento jurídico e político da cidade quando as políticas de extermínio deixam de ser simplesmente toleradas para se transformarem em políticas oficialmente assumidas pelos governos estaduais e federais (BIRMAN; CARNEIRO, 2020, p.384).

Nesses termos, falando em necropolítica, como assim denomina Mbembe (2018) que, ao se utilizar do conceito foucaultiano de biopoder, analisa a soberania dos Estados residindo, em maior ou menor medida, na “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais” (MBEMBE, 2018, p.5). Aplicando esse conceito, observa-se que políticas urbanas que mantêm áreas mal servidas das condições de habitabilidade, como infraestrutura urbana e moradia adequadas, serviços e equipamentos de saúde, educação, lazer e consumo, expõem aqueles ali residentes à exclusão e à morte.

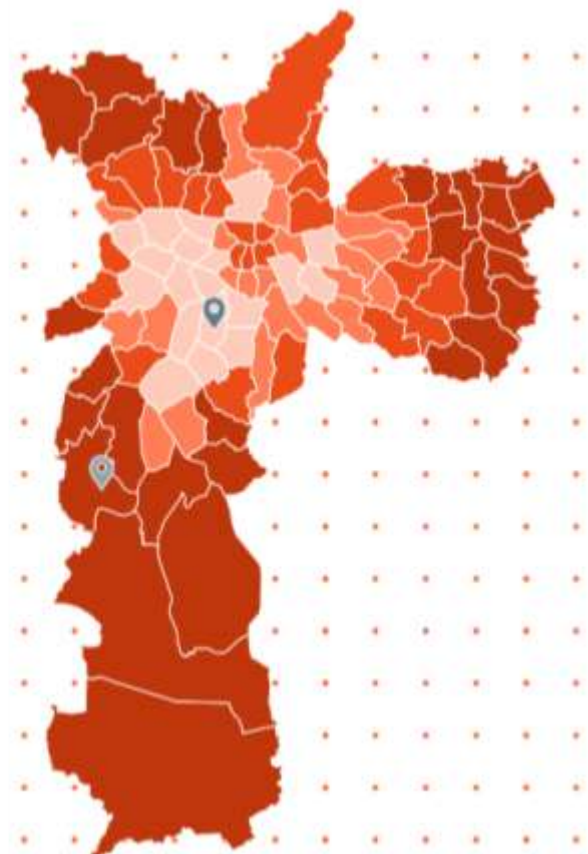
O panorama brasileiro diante da covid-19 ilustra os efeitos das não medidas profiláticas diante da pandemia. Quando se impôs o isolamento e a paralisação de atividades econômicas, alterou-se em muito a vida na cidade. Um dos efeitos foi a desativação de algumas atividades de pequeno porte como serviços e o comércio de maneira geral, restringindo o consumo levando muitas empresas a falirem e dispensarem seus trabalhadores. Com essa crise econômica, aguçaram-se as desigualdades e a precariedade habitacional piorou sintomas, e o agravamento da doença; O governo brasileiro, sob Jair Bolsonaro, custou a entender a gravidade da pandemia, demorou para tomar medidas de combate ao vírus como a aquisição de vacinas e outras; o presidente da república encarava como uma gripe comum, chamava os trabalhadores para não paralisar as atividades e seus ministros da Saúde, ou eram desacreditados e substituídos ou obedeciam à autoridade que não preconizava o respeito à ciência, seus alertas e a tomada de providências corretas. Os resultados foram desastrosos, entre eles as setecentas mil mortes, em hospitais superlotados e episódios dantescos de escassez de leitos e depois de sepulturas.

A pandemia encontrou o país com suas profundas desigualdades e, paradoxalmente, tirou a máscara das iniquidades, revelando que, embora tivesse se iniciado pelas camadas sociais de alta renda que viajaram internacionalmente e trouxeram o vírus, espalhou-se pela pobreza e acarretou incidência e óbitos diferencialmente pela situação sócio econômica desses segmentos.

Segundo Nísia Trindade, então presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Ministra da Saúde no atual governo Lula (2023-2026), a pandemia “ao se abater sobre a população brasileira como se fosse uma fortíssima tempestade, revelou que

nem todos estavam no mesmo barco”(MARQUES, 2021, p.46). Esses setores da precariedade, de renda mais baixa e com dificuldades de espaço, de acesso à água corrente e ao saneamento básico, tiveram maior suscetibilidade à contaminação do vírus e vieram mais a óbito. Essa população, muitos sem direitos trabalhistas e previdenciários, em trabalho informal e grande parte de negros e pardos, diga-se do ponto de vista da questão racial, também teve de se locomover em transporte público pois muitos são ocupados no comércio e serviços essenciais como abastecimento (supermercados) postos de combustíveis e trabalhadores da saúde que enfrentaram a epidemia saindo de casa todos os dias. Muitos domicílios da pobreza não ofereciam condições sanitárias que preservassem seus moradores da infecção. A ausência de políticas sociais que vinham sendo praticadas até os governos Lula e Dilma, a partir do golpe de 2016 foram diminuindo, desvalorizando o salário mínimo e outras.

A pandemia na cidade de São Paulo não deixa dúvida sobre quais segmentos foram mais atingidos. Embora esta análise seja desenvolvida de forma mais completa no exame de cada território da precariedade, podem-se apontar algumas informações no sentido de abrir, mesmo que panoramicamente, este eixo da problemática da pesquisa. Algumas fontes de pesquisa colaboram para o diagnóstico evidente dos efeitos desigualizadores da covid. A Rede Nossa São Paulo, em junho de 2020, ainda nos primeiros tempos da pandemia, já apontava os



diferenciais das mortes segundo tipo informal de ocupação, nível de pobreza e renda. Desse ângulo, identificaram que os distritos com menor renda média apresentaram 2,7 vezes mais mortes por covid que os distritos com rendas mais

MAPA 2

População Preta e Parda na cidade de São Paulo-Rrede Nossa São Paulo.2020

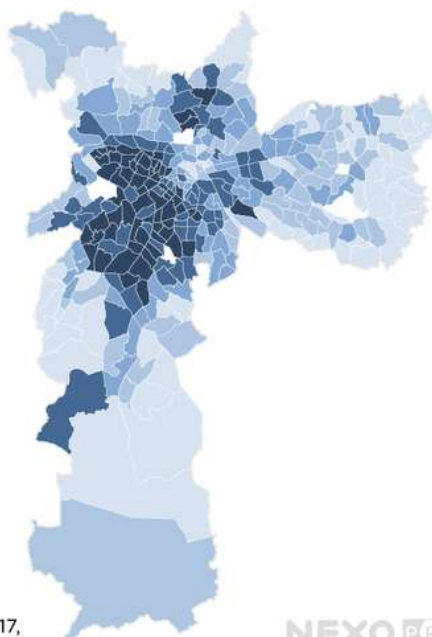
altas(MARQUES, 2021, p.49).Esse breve panorama da situação da cidade de São Paulo já permite avaliar o exame da precariedade da moradia como uma das determinantes dos efeitos da covid-19 , como será posteriormente verificado nos textos subsequentes. Com o olhar da interseccionalidade,que nos parece acertado no exame das desigualdades, verificamos que ainda em 2020, o Instituto Polis apontava que a taxa da população negra foi de 172 mortes/100 mil habitantes enquanto a taxa da população branca foi de 115/100 mil habitantes. E tais residentes da precariedade se encontram nos degraus mais pauperizados da força de trabalho, cono se sabe. (Instituto Polis, 2020 citado por MARQUES, 2021, p.48)

MAPA 3

RENDA FAMILIAR MENSAL MÉDIA EM 2017, POR ZONA

RENDA FAMILIAR MENSAL MÉDIA

até R\$ 3.217
R\$ 3.217 a R\$ 4.101
R\$ 4.101 a R\$ 5.227
R\$ 5.227 a R\$ 7.607
R\$ 7.607 a R\$ 16.269



Fonte: Pesquisa Origem e Destino 2017, conduzida pelo metrô de São Paulo

Os mapas 2 e 3 revelam as afirmações sobre a distribuição da pobreza, precariedade e raça na cidade de São Paulo. E, por oportuno, transcreve-se aqui, texto de Fanon(2005) que, embora date de 1961, pode ilustrar a desigualdade territorial, ainda presente em nossas cidades,

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. (...) formas estéticas do respeito à ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças da ordem.(...)Na cidade do [dominador]colono é uma cidade de brancos(...)é uma cidade iluminada. asfaltada onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos nunca vistos, nem mesmo sonhados(...) ruas limpas, sem buracos, sem pedriscos (...)A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a *medina*, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados.(.....).. A cidade do colonizado é uma cidade faminta (...) é uma cidade de joelhos(...)de pretos [...] (FANON, 2005, p. 54-55).

1.3. DISTINTOS TERRITÓRIOS DA PRECARIIDADE:CORTIÇOS, FAVELAS, PERIFERIAS, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, OCUPAÇÕES

Apesar de integrarem o mesmo universo da desigualdade social, diversas situações de precariedade na moradia são identificadas tanto por condições inadequadas dos imóveis, como as questões de habitabilidade, tais como falta de privacidade, coabitação involuntária, ausência de equipamentos hidráulicos e de higiene,

insegurança física do imóvel, como pela insegurança habitacional (remoções, expulsões, relegações) além da sua localização urbana, em grande parte motivadas pela ausência de infra estrutura urbana, transporte e equipamentos sociais quando em áreas periféricas. O sentido de provisoriedade relacionado ao deslocamento parece constituir em característica frequente associada à precariedade na cidade.

Combinam-se, portanto, indicadores econômicos, sociais, culturais e urbanos nesse quadro da desigualdade sócio-espacial, enquanto, a grosso modo, a pobreza se espalha pela cidade toda.

Depreendem-se desse quadro alguns determinantes na questão habitacional: a propriedade privada da terra urbana, seu custo mercantilizado que afasta os contingentes de menor poder aquisitivo das melhores localizações das cidades; a ineficácia das políticas públicas em oferecer habitação adequada a essas faixas de renda excluídas do mercado formal, levando-as a “soluções” precárias como as favelas, cortiços, loteamentos irregulares nas franjas das cidades e da região metropolitana, as ocupações de prédios e espaços livres, bem como o aumento sensível de moradores de rua. A cada um desses aspectos, seria necessário um momento de reflexão e de caracterização, agravadas pela situação da pandemia do Covid-19.

Será prudente uma brevíssima caracterização de cada um desses territórios da precariedade, mesmo que o aprofundamento no exame das influências da covid seja realizado posteriormente, por meio de textos analíticos que se seguem neste trabalho.. Iniciando pelos cortiços, depois as favelas em seguida pelas periferias urbanas de São Paulo. Além desses usualmente descritos em inúmeros estudos, trazem-se as ocupações e a população em situação de rua.

1.3.1.CORTIÇOS

Há porções urbanas em que há forte presença de habitações encortiçadas e geralmente são vistos como bairros degradados e assim até estigmatizados. E quando o cortiço aparece em zonas de aquecimento imobiliário, ou até gentrificação, a discriminação aumenta até que sejam removidos. Nesse sentido, acabam por constituir-se sempre como territórios da alteridade, bem como assim podem ser designados os espaços da “quebrada”, da periferia.(VÉRAS, 2016)

Os cortiços se constituíram o tipo de moradia popular mais antigo em São Paulo, desde os primórdios de sua industrialização dos finais do século XIX. A palavra

cortiço ganhou o significado de casa de abelhas, caracterizada por aglomeração de alvéolos iguais, caixa cilíndrica de cortiça onde as abelhas se criam e fabricam mel e cera (Aurélio Ferreira, 1975) Também identificado como habitação coletiva precária de aluguel, recebeu diversos apelidos como “cabeça de porco”, casa de cômodos, quintalão, avenida, “casa de malta”, a depender das situações regionais e da acentuação de traços presentes em sua configuração; em São Paulo, representou de várias formas uma alternativa de moradia para amplos segmentos da classe trabalhadora pauperizada e consiste de múltiplos cômodos de aluguel, a maioria na informalidade(VÉRAS 1992, 2016).Há diversas configurações físicas dos imóveis, podendo derivar de uma antiga edificação burguesa que acaba sendo subdividida e locada coletivamente, ou até de pequenas casas construídas para locação em fundos de quintal. A localização sempre foi em áreas centrais servidas de infraestrutura , mas com distribuição interna insuficiente de pontos de água e sanitários, sem privacidade e com coabitação involuntária. Com a expansão da cidade os cortiços passaram a ocorrer em zonas intermediárias e nas periferias, com a precariedade agravada nesse caso pela ausência dos atributos urbanos adequados à moradia. Sem estimativas seguras, movimentos de moradia apontavam cerca de 1 milhão de encortiçados na cidade(VERAS,2016), mas já foram apontados como até 6% dos habitantes da capital(KOWARICK,2016).

1.3.2.FAVELAS

As favelas em São Paulo começam a surgir nos meados do século XX, quando do forte surto industrial , em especial da indústria automobilística na região do ABC paulista.(VERAS;BONDUKI, 1986) O primeiro Censo de favelas levado a efeito pela municipalidade foi feito em 1973 e o contingente favelado representava 1,0% da população de São Paulo. A precariedade da moradia se caracteriza pela posse ilegal da terra, ocupação de início desordenada, atualmente em parte originada de movimentos, organizados ou não, de luta por moradia.A depender da propriedade do terreno, nas áreas públicas houve por vezes a regularização e urbanização de alguns aglomerados, mas via de regra são objetos de expulsão, especialmente em zonas cujo uso imobiliário ´pode ser vantajoso pela localização.De início a moradia em barraco era feita de materiais usados, madeira, plásticos, de grande precariedade. Atualmente a maioria dos domicílios favelados é feita de alvenaria e em sua maioria, são abastecidas de água e energia elétrica, mas o esgoto ainda não tem universalidade. Em São Paulo, em geral, as favelas se situam em beiras de

córrego, vias expressas, morros e áreas periféricas. Em 2016 o contingente favelado foi estimado em 11,38% da população municipal. (PASTERNAK, 2016)

1.3.3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Na capital paulista, sem dúvida, o exemplo mais visível do nomadismo urbano e da desigualdade social está no crescimento da população sem domicílio que é assustador. Dados do Censo da população de rua em São Paulo, realizado em 2019, apontam o total de 24344 pessoas sem domicílio na cidade, dos quais 20344 são homens e 3604 são mulheres. Essa marca representa expressivo aumento em relação a 2015 quando o total dessa população era de 15905 pessoas, com uma variação anual de 11,23% entre as datas dos censos (Censo da população moradora de rua, 2019, SMADS-SP).

Trata-se de uma população heterogênea, mas de maneira geral está nessa situação de pobreza extrema, sendo paulatinamente jogada nas ruas, resultante dos processos advindos das situações habitacionais já mencionadas anteriormente e que culminam em total e explícito nomadismo urbano.. Ocupam ruas, baixos de viaduto, jardins públicos, calçadas, marquises e improvisam algum abrigo quando possível. Por contingência, necessidade, por vezes transitória, por outras permanente, acabam por ocupar também prédios abandonados, carcaças de veículos, cemitérios, ruínas, áreas degradadas. Cerca de metade desse conjunto recorre a albergues para pernoitar e a pesquisa do Censo em 2019 denominou esse subconjunto de “acolhidos” e a outra metade de “rua”.

Quanto à distribuição espacial dessa população na cidade de São Paulo: em ordem decrescente a pesquisa do Censo de 2019(SMADS-SP) indicou grande concentração na região central do município, a Sé, com 45,38% dos moradores de rua. A seguir, a Mooca com 19,63%, depois Santana Tucuruvi, apresentando 4,25 % das frequências, que vão diminuindo em direção às periferias mais distantes. A interação desses moradores de rua é conflitante com as políticas urbanas higienistas. Atrelado à noção de saúde pública, o higienismo se conecta com um preconceito hierárquico de que essas pessoas são possíveis e passíveis de contágio de doenças (GIORGETTI, 2004; 2014; LANFRANCHI, 2022).

1.3.4. PERIFERIAS URBANAS

O tema das periferias em São Paulo vem ocupando inúmeros estudos desde os anos 1970, e necessita para seu desvendamento de abordagens múltiplas, refletindo sobre as desigualdades econômicas, sociopolíticas, étniorraciais, culturais e urbanas. É preciso, além disso, considerar um duplo movimento, abrangendo as interrelações entre a territorialidade e os deslocamentos do nomadismo urbano. Este, pode acarretar a expulsão para mais longe, ainda na periferia, ou a moradia em situação de rua ou ainda novas ocupações em edifícios e/ou glebas ociosas na cidade.. Essa situação de moradia precária caracteriza a vulnerabilidade desses contingentes, pois se associam a precariedade da edificação(em geral originárias da autoconstrução) às carências de infraestrutura e equipamentos das regiões deles desprovidas (BONDUKI, ROLNIK,1975;VÉRAS, 1987, 2016,; ESCOREL, 1999). Reunindo várias “quebradas”, uma região de mais de 6 milhões de pessoas, a periferia é o lugar da luta diante de sua invisibilidade pelo poder público. Assim como há dominação de classe, de gênero, de raça, há a opressão territorial (D’AN Reconhecendo que a periferia sempre foi o território da alteridade, prossegue afirmando ser ocupada pelos mais baixos postos da esfera produtiva e de serviços (porteiros, babás, garis, pedreiros, desempregados, aposentados) e esse é o lugar deles na cidade capitalista. Começa o sentimento sobre esse lugar: periferia é periferia em qualquer lugar, como um desespero em busca da pacificação (D’ANDREA, 2020). Começam os saraus, o hip hop, o funk, além dos slams. Os coletivos culturais avançam, alguns com financiamentos públicos como o ocorrido nos governos Lula e Dilma, nos anos 2000.No entanto, é um complexo de contradições, embora relegada, a cidade não vive sem sua periferia que aciona as engrenagens produtivas, o comércio e os serviços. Ademais, é nas periferias urbanas que vive a grande maioria da população do planeta, por isso, qualquer intento de transformação social deve passar necessariamente por esse contingente (D’ANDREA, 2020).

Como o lugar da heterogeneidade (MARQUES, 2016) e da alteridade (D’ANDREA, 2020). E, aspecto muito importante, periferia é cultura e poesia. No Bar do Batidão e na Cooperifa, (BIN, 2018) ao longo da história da cidade observa-se que se formaram núcleos de encontros para declamação, no rastro da música e depois literatura chamada marginal. O som do forró, samba, punk rock, deixou

herança como cultura de resistência, especialmente por causa do descaso do poder público com tais regiões, do genocídio, especialmente de corpos negros masculinos

1.3.5.OCUPAÇÕES-

Um olhar, embora breve, sobre as ocupações/. Ocupações são soluções provisórias de moradia nas quais, em geral, paga-se um valor mensal (muitas vezes um valor simbólico) inferior àquele pago em cortiços,aluguéis ou a autoconstrução. Os movimentos sociais urbanos de luta por moradia mais presentes nas ocupações que sofreram remoção total foram: Frente de Luta por Moradia (FLM) com 13 ocupações e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) com 5 ocupações.

No período da pandemia, citam-se como total de famílias removidas de 36.920, sendo que a média é de 246 famílias removidas por ocupação. Os distritos da região sul (10.667 famílias removidas), leste (6.201 famílias removidas) e norte (4.364) tiveram o maior número absoluto de famílias ameaçadas ou removidas. Já os distritos do centro e oeste tiveram o menor número absoluto (2.026 famílias removidas). Em contrapartida, há um comprometimento com a causa que é exigida pelo movimento. Movimentos por moradia têm atuado fortemente buscando atender às parcelas despossuídas e com carência financeira diante das exigências do mercado formal da habitação quer para aquisição quer para locação.O MTST, movimento dos trabalhadores sem teto tem se destacado na luta para a moradia urbana desses setores das camadas pauperizadas da força de trabalho.. Isso gera um sentimento de solidariedade entre os ocupantes, mas também faz com que aqueles que não gostam de participar de lutas sociais tenham que se engajar mesmo (Observatório de Remoções -LABCIDADE, 2021). O principal objetivo é analisar a relação entre moradia da pobreza, desigualdade social e saúde pública, a partir dos dados sobre ocupações e sua relação com a Covid-19. Desde 2017 o número de ocupações vinha se reduzindo, chegando a apenas 4 novas ocupações em 2019. Com a pandemia, no entanto, esse número voltou a crescer.(PUCCI,2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc (1994). *Os não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Ed. Papirus.
- BERTOLLI, Filho Claudio; *História Social da tuberculose e do tuberculoso:1900-1950*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2001
- BLAY, Eva (1985). *Eu não tenho onde morar – vilas operárias da cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel.
- BÓGUS, Lucia M. Machado et al.(org) (1992). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.
- BONDUKI, NG. "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo". In: VALLADARES, L. "Repensando a Habitação no Brasil". Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BONDUKI, NG. "Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria". São Paulo, Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, Nabil (1982). Origens do problema da habitação popular em São Paulo. *Revista Espaço e Debates*: São Paulo, Ed. Cortez, ano 2, n. 5, maio/junho.
- COIMBRA, JA et al. O Futuro Pode Ser Amanhã. In: GOV. DO ESTADO DE SP. CDHU. "Do Alicerce ao Teto". São Paulo, 1998.
- CARDOSO, M RA. "Indoor Environmental Risk Factors for Lower Respiratory Diseases in Young Children in São Paulo, Brazil". London, University of London - LSHTM (tese), 1997.
- CUNHA, J.M.P da(org):*Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, NEPO, UNICAMP, 2006;
- CHAMPS, M.L. (2008): Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Curitiba. *Cadernos Metrópole*, n.19, São Paulo.
- ENGEL, Magali Gouveia resenha de CHALHOUB, Sidney: *Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte Imperisl*. São Paulo, Cia das Letras 1996. *Revista Tempo*, vol.1 n.2 1996 pp 188-192.
- FABIAN, J(2013): *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- ESCOREL, S. (1999): *Vidas ao léu. trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- GILL, Lorena Almeida: *Um mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Tese de doutorado em História, PUCRS, Porto Alegre, 2004.
- GIORGETTI, Camila: *Entre o higienismo e a cidadania- Análise comparativa das representações sociais sobre os moradores de rua em São Paulo e PaGlris*. Doutorado, PUCSP, Ciências Sociais e Institut d'Études Politiques de Paris, São Paulo, 2004.
- GORDILHO-SOUZA. A. (org.) "Habitat Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90". Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura, 1997.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA - FIPE. "Estudo das Favelas e Cortiços da Cidade de São Paulo: Relatório Final". São Paulo, 1993
- JACOBI, PR. "Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde - São Paulo 197 4-84". São Paulo, Cortez, 1989.
- HAESBAERT, R; *O mito da desterritorialização: do "fim do território" á multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2016.
- IANNI, AMZ. "Meio Ambiente e Saúde na periferia da metrópole. Capela do Socorro, São Paulo". São Paulo, PROCAM-USP (dissertação), 1999.
- KAZTMAN, R e QUEIROZ RIBEIRO, L C. : "Metrópoles e sociabilidade : os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina " In *Cadernos Metrópole*. São Paulo, EDUC
- KOWARICK, Lucio: Cortiços. A humilhação e a subalternidade. São Paulo, revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, vol.25, n.2, novembro, 2013.
- KOWARICK, Lúcio; VÉRAS, Maura e ANT, Clara (1981). *O cortiço: sua história e atualidade*. São Paulo, SEMPLA, mimeo.
- KOWARICK, Lúcio (1988). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, UNRISD.
- Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos _____ (1987). *Trabalho e vadiagem*. São Paulo, Brasiliense.
- _____ (2009): *Viver em Risco, sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Ed.34 /FAPESP,
- LEFEBVRE, Henri. (1991) *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes
- . LEFEBVRE, Henri. (2000) *La production de l'espace*. Paris, Anthropos.
- LEFEBVRE, Henri (1974). *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim, E. Ulissea.
- LUCCHESI, Bianca Melzi Domenics: *Quintais e Cortiços Insalubres na pauliceia, uma história de condenação e resistência*. ANPUH, Encontro Estadual de História. São Paulo, 2012

MACIEL, Marina de Souza , MENDES, Plinio Duarte ;et al. : A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria; Belo Horizonte, *Revista Brasileira de Clínica Médica*. maio-junho, 10(3)São Paulo, 2012

MAGNI, C.T.: *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre*. Dissertação Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio do Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.

MALZYNER, Carlos: *Habitação, Meio Ambiente e Saúde: Diagnóstico de Necessidades dos Mutirantes da Cidade de São Paulo - Região Leste I* Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo 2002

MARICATO, E.: *Metrópole na periferia do capitalismo*, São Paulo, HUCITEC, 1996.

MARQUES, Rosa M. et al.(orgs):*Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo, ed Popular, 2021.

MARQUES, E.:(org): *A metrópole de São Paulo no século XXI. Espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo, Ed. UNESP, 2015.

MENDONÇA, F.: Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana. In *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, no.10 ,Curitiba, 2004;

MÉO, Guy Di. (1996) *Les territoires du quotidien*. Paris, L'Harmattan.

MORSE, Richard (1970). *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Dife

NORA, Pierre (1993). Entre memória, história, a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP.

PASTERNAK, Suzana: Favelas, fatos e boatos In KOWARICK, L.;FRUGOLI, H.(orgs) *Pluralidade urbana, segregação, marginalidade e ativismos*, São Paulo, ed.34, 2016;

SACHS, C. "São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular". São Paulo, EDUSP, 1999.

ROLNIK, Raquel (1988). *Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*. Conference ISA RC Sociology of Urban, Rio de Janeiro (mimeo)

. _____ (1988). São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio (org). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ROLNIK, R.; *Guerra dos lugares, a colonização da terra*. São Paulo, Ed., 2015.

ROLNIK, Raquel: *São Paulo. O planejamento da desigualdade*. São Paulo. Ed. Fósforo, 2022.

SAMPAIO, M. Ruth do A.:Cortiço Vivo. *Projeto de reabilitação de cortiço na área central- Bom Retiro, São Paulo, Revista de Cultura e Extensão, USP, jul-dez, 2005;*

SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Livraria Nobel

_____ (1979). *Espaço e sociedade*. Petrópolis. Vozes.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.) (1998) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (2001) *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record.

SERRANO, C.E.G.(2009): *Eu, mendigo: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo*. Tese Doutorado Programa de Pós Graduação em Sociologia. USP.

SINGER, Paul (1968). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Ed. Nacional. São Paulo, Educ.

SNOW, D; ANDERSON, L.(1998): *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, Ed.Vozes.

SOUZA, Jessé (2003): *A construção Social da subcidadania : para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, UFMG.

_____ (2011): *A ralé brasileira, quem é e como vive*. Belo Horizonte, Ed UFMG.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (2003) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas, SP, Edições Territoriais.

TASCHNER, SP. *"Moradia da Pobreza: Habitação sem Saúde"*. São Paulo, FSP-USP (tese), 1982.

TASCHNER, SP. "Um olhar sobre o urbano: políticas públicas em São Paulo". In: Sorrentino, M. et ai. *"Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade"*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001.

TELLES, Vera e CABANES, Robert. (orgs.) (2006) *Nas tramas de cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas.

VÉRAS, M.P.B.: *A vida em conjunto, um estudo da política de habitação popular*. Mestrado, Ciências Sociais, PUCSP, 1980.

VÉRAS, Maura P. B. (1987). Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, n. 1.

_____ (1991). *O bairro do Brás em São Paulo – um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutoramento PUC-SP.

_____ (1994). Territorialidade e segregação sócio-espacial em São Paulo. Texto apresentado ao *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

VÉRAS, Maura P. B. (1995). A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n. 2, abr/jun.

_____ (1997). Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. *Revista Margem*. Faculdade de Ciências Sociais/Fapesp, São Paulo, v. 6, dez.

VÉRAS, M.P.B.(2003): *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo, EDUC,

VÉRAS, MPB: " Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais em São paulo". In CHAIA, m; SILVA, A A (orgs): *Sociedade, Cultura, Política, ensaios críticos*. São Paulo, EDUC, 2004.

VÉRAS, M.P.B.: Cidade, Vulnerabilidade e Território. In *Revista Ponto e Vírgula*, PUCSP, n.7, 2010

VÉRAS, M.;DANTAS, S.(2014):Prefácio In MOTA,A.;MARINHO, M.G.S.M.C.;(orgs): *Saúde e História de Migrantes e Imigrantes:Direitos, Instituições e Circularidades*.São Paulo,USP, Faculdade de Medicina, UFABC,, Casa de Soluções Editora,2014;

VÉRAS, M.P.B.:(2016):Dimensões sociais da desigualdade urbana: moradias da pobreza e a produção do outro-In *Revista Brasileira de Sociologia*, 2016

VÉRAS, M.P.B (2016)Segregação e alteridade na metrópole, novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo .In KOWARICK, L;FRUGOLI, H.(orgs) *Pluralidade urbana, segregação, marginalidade e ativismos*, São Paulo, ed.34, 2016;

VILLAÇA, F. "O que todo cidadão precisa saber sobre Habitação". São Paulo, Global, 1986.

VIRILIO, Paul (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro, Ed. 34/Nova Fronteira.

WACQUANT, Loïc (1995). Proscritos da cidade, estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, Ed. Cebrap, n. 43, nov., pp. 64-83.

WATTS,M;BOHLE,H.:*The space of vulnerability:the casual structure of hunger and famine*.Progress in Human Geography, London, v,17, n.1,1993;

WIEVIORKA,M.: *Em que mundo viveremos?* Org M. VERAS, São Paulo, Ed. Perspectiva,

WHYTE,W.F.(2005): *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Trad de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro . Jorge ZAHAR.

World Health Organization'WHO "Our planet, our health: Report of the WHO Commission on Health and Environment". Geneva, WHO, 1992.

WHO "Creating supportive environments for health". Geneva, WHO, 1996.

Capítulo 2- Política habitacional

A (des)construção da política habitacional durante a crise da Covid-19

Marcelo Álvares de Lima Depieri³

Introdução

Até o presente momento, março de 2023, a covid-19 levou à morte mais de 6,8 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, estamos próximos de chegar aos 700 mil mortos. É verdade que hoje, com o avanço da vacinação em escala global, a pandemia está relativamente controlada e o número de infectados e de pessoas que evoluem à óbito é muito menor do que quando não tínhamos vacina. Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como pandemia, em 11 de março de 2020, os países tinham como único instrumento para frear a contaminação do vírus SARS-COV2 o isolamento social. A paralisação de quase a totalidade dos setores da economia, funcionando apenas os essenciais, levou a uma brutal crise econômica global. As piores recessões na história ocorreram em diversos países no ano de 2020. O desemprego, a miséria e a fome rapidamente se manifestaram.

A economia mundial, antes da pandemia, já se encontrava em crise. O neoliberalismo e suas reformas eram as principais formas de expressão da atuação dos Estados. É sobre uma economia mundial em crise, que não havia se recuperado totalmente da última, a de 2007-2008, e sobre muitas sociedades fragilizadas, em termos de proteção social, que a crise da Covid-19 se manifesta.

Os mais de quarenta anos de neoliberalismo já haviam distanciado as posições entre ricos e pobres, o topo da pirâmide havia se afinado e a base se alargado. A crise da Covid-19 escancarou as discrepâncias sociais e aprofundou as desigualdades de renda, patrimônio e a de acesso a bens econômicos (MARQUES et. al. 2021).

³ Pós-doutorando no Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, professor titular na UNIP e pesquisador no Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

A crise da covid-19 fez com que a economia mundial, já em 2020, sofresse com o desabastecimento de diversos insumos importantes para a produção. A paralisação de inúmeros setores da economia levou à quebra de importantes cadeias globais de valor, interrompendo a oferta bens essenciais à produção. A escassez de diversos produtos levou a pressões inflacionárias do lado da oferta (custos) no mundo inteiro.

A economia mundial se retraiu em 3,9%. Em consequência, o mercado de trabalho mundial sofreu uma desestruturação. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no pior momento da crise econômica da Covid-19, no segundo trimestre de 2020, o total de horas trabalhadas no mundo foi 18,7% menor do que no último trimestre de 2019, fechando o ano de 2020 com uma taxa 4,5% menor do que aquela vista no último trimestre do ano anterior à pandemia. Os dados para o ano de 2021 mostraram que o mercado de trabalho mundial não havia se recuperado. Ainda em comparação com o último trimestre de 2019, a taxa de horas trabalhadas estava 4,7% menor de acordo com dados do terceiro trimestre de 2021. (ILO, 2021).

No Brasil, o PIB se retraiu em 3,9% em 2020, uma queda maior do que a média mundial (3,3%). As taxas de desemprego atingiram, em alguns trimestres, níveis recordes, como no terceiro trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, chegando a 14,9%. A inflação recrudescceu, destaque para o IGPM, índice que é base para o reajuste dos contratos de aluguel. Em 2020, o índice teve um aumento acumulado de 23,14% e, em 2021, de 17,78%.

As condições sociais se deterioraram. Não era incomum cenas do cotidiano de inúmeras pessoas revirando o lixo em busca de restos de alimentos, filas do osso em açougues e até supermercados que vendiam carcaças de peixe. De acordo com a pesquisa da Rede Penssan, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, sendo que “43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave)” (OLHEPARAFOME, 2020, on-line). Hoje, a fome atinge mais de 33 milhões de pessoas. Ainda, como destaque do presente texto, podemos afirmar que aumentou a dificuldade para muitos brasileiros pagarem seus aluguéis e que o número de pessoas morando nas ruas nas grandes cidades se

elevou, levando ao aumento da demanda por moradia. Na cidade de São Paulo, houve um aumento significativo de novas inscrições por vagas em programas habitacionais em 2021 e 2022 (ZYLBERKAN, 2022).

O país enfrentou uma das piores crises humanitárias, a pandemia da Covid-19, sob a gestão do governo de Jair Bolsonaro, governo caracterizado como governo da destruição (TRICONTINENTAL, 2021-c) e que podemos relacionar ao termo *necropolítica de Mbembe* (2016). Essas duas características se manifestaram nas políticas públicas colocadas em prática durante a pandemia, não sendo diferente para a gestão da política habitacional.

O principal objetivo do presente capítulo foi o de analisar a política habitacional nacional colocada em prática durante a pandemia da Covid-19, destacando a atuação federal para a cidade de São Paulo.

O governo Bolsonaro acabou com o Minha Casa Minha Vida (MCMV) e criou o Casa Verde e Amarela (CVA), reproduzindo e aprofundando os erros e extinguindo os acertos do primeiro, como a extinção do principal instrumento voltado para os que mais necessitam de uma habitação, o subsídio.

O capítulo, além desta introdução, conta com mais 3 seções e as considerações finais. A primeira analisou a política habitacional anterior, o PMCMV, suas principais características e resultados. Posteriormente, é feita uma análise do governo Bolsonaro, procurando identificar seu significado e caracterizá-lo, destacando as principais medidas e ações do governo, entre 2019 e 2022. Na terceira seção é analisado o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), as mudanças em relação ao programa anterior, os resultados alcançados e como o programa foi expressão da forma como Bolsonaro governou o país.

Política habitacional em construção, o Programa Minha Casa Minha Vida

Lançado no segundo mandato de Lula da Silva, o Programa se inseria na proposta mais ampla daquele governo: combate à pobreza e melhora das condições de vida, enfrentando especificamente a desigualdade do acesso a moradia. Com o objetivo de resolver o alto déficit habitacional o Programa também contribuiu para impulsionar o setor da construção civil e fortalecer a economia brasileira que passara pelos efeitos negativos da crise econômica mundial em 2009.

A despeito dessa pauta econômica, o MCMV foi divulgado com preocupações de cunho social, com sua estruturação compatível ao ideário da gestão Lula: atender com prioridade as classes trabalhadoras e aos movimentos sociais. Em 2010, um ano após o seu lançamento, o déficit habitacional no Brasil era de 6,49 milhões de unidades habitacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Quase 70% desse déficit estavam concentrados em famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos. Na tentativa de superar o problema, o Programa incluía essa faixa mais empobrecida, mas contava com oferta para diferentes estratos de renda.

O primeiro aspecto a analisar é a quais segmentos da população o Programa era dirigido. Em seu início, a divisão das famílias por renda era a seguinte: Faixa 1, de 0 a 3 salários mínimos; Faixa 2, de 3 a 6 salários mínimos; Faixa 3, de 6 a 10 salários mínimos. A partir da segunda fase (jun/2011) os estratos de renda familiar não eram mais estipulados por salários mínimos, justificando como ajuste à realidade brasileira após crescimentos reais consecutivos do Salário Mínimo, ou seja, segundo o diagnóstico do governo, uma família que ganhava 3 salários mínimos não precisava estar inserida na Faixa 1, prioritária. Com as alterações realizadas pelas fases 2 e 3 do Programa, até o início de 2016, - ainda no período do governo Dilma – a divisão das faixas ficou dessa forma: a Faixa 1 abrangia renda familiar até R\$ 1.800,00; foi criada a Faixa 1,5, beneficiando as famílias com renda entre R\$ 1.800,00 e R\$ 2.350,00; a Faixa 2, de R\$ 2.350,00 até R\$ 3.600,00 e a Faixa 3 de R\$ 3.600,00 até R\$ 6.500,00 (PORTAL BRASIL, 2016). À época, ressaltou-se que essas mudanças foram realizadas com o intuito de trazer maior cuidado social, principalmente com a população de baixa renda, abarcando maior número de pessoas e priorizando a demanda dos mais necessitados.

Outra característica estrutural está nas modalidades para diferentes demandas. A primeira modalidade é: a) “Empresas”, voltada para o atendimento da casa própria para a população de baixa renda, por meio da presença das empresas no setor da construção civil na elaboração e execução dos empreendimentos. Essa forma já de pronto estabelecia potencial situação de incompatibilidade entre objetivos de lucro empresarial e atendimento social. Esta modalidade utilizava verba do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) advindo de recursos do Orçamento Geral da União (OGU), tinha a Caixa Econômica Federal como administradora desse fundo e responsável pela oferta do financiamento e do subsídio ao

beneficiário da primeira faixa. Esse subsídio podia chegar até 96% do valor do imóvel. O pagamento do financiamento pelos beneficiários é de 10% da renda familiar por um período de 10 anos, estabelecendo como valor mínimo da parcela mensal R\$ 50,00.

As outras modalidades eram: b) “Entidades”, que visava atender as famílias organizadas em movimentos sociais, cooperativas habitacionais e outras entidades privadas sem fins lucrativos, também dentro da Faixa 1. c) “Municípios com até 50 mil habitantes”, para famílias de cidades fora das regiões metropolitanas; d) “Rural”, que visava contemplar grupos da agricultura familiar e trabalhadores rurais com renda anual entre R\$ 15 mil e R\$ 78 mil; e) “FGTS” que são voltadas para as Faixas 2 e 3 do programa e prevê a liberação do fundo para a aquisição do imóvel para as famílias inseridas nessas faixas (PORTAL BRASIL, 2016).

O PMCMV trouxe avanços em termos de organização e realização de política habitacional, uma vez que até julho de 2016, o Programa havia entregado quase três milhões de unidades habitacionais, sendo 1 milhão para a Faixa 1, 1,6 milhão para a Faixa 2 e 249 mil para a Faixa 3. Além do alto número de habitações entregues, o subsídio quase total do valor do imóvel, para o beneficiário da Faixa 1, possibilitou a concretização do financiamento da casa própria por parte da população mais pauperizada.

No entanto, o Programa contou sempre com a forte presença de construtoras na elaboração de suas diretrizes. A presença do capital privado na formulação e na implementação dessa política evidencia uma contradição entre tais interesses e aqueles dos beneficiários. É a partir dessa fissura que se manifesta um efeito nocivo, a segregação socioespacial da população atendida. Um dos benefícios mais importantes às empresas no PMCMV é o comércio de terrenos para a construção de conjuntos habitacionais, pois o governo pagava o mesmo valor do m² independente da sua localização. Portanto, as empresas proprietárias de terrenos na cidade já obtêm lucro no comércio do terreno oferecendo localizações mais afastadas para o Governo comprar e construir as habitações. Tal situação afasta ainda mais a população dos centros urbanos absorvedores de mão de obra e funciona como mais uma forma do capital privado conquistar seus lucros, destacando-se, portanto, o lucro imobiliário:

Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa. Todavia, o fato de trabalhar com as terras mais baratas não reverterá necessariamente no custo final para os adquirentes, já que os agentes tendem a trabalhar sempre com os tetos de financiamento como valores finais, ou seja, a utilização dos terrenos mais baratos reverterá como ampliação das margens de lucro e não como redução do preço final (CARDOSO e ARAGÃO, 2013, p.55).

Esse processo revela-se publicamente a aparente desorganização e de gestão da política urbana de governantes locais e de técnicos da burocracia do Estado, contudo, a raiz do problema é a primazia do lucro que se impõe na execução do Programa.

As construções do MCMV “Empresas” na cidade de São Paulo, por exemplo, evidenciaram esse processo. De 40 empreendimentos dessa modalidade até agosto de 2017, apenas um é localizado na região central. A Imagem 1, abaixo, nos auxilia a visualizar. Os marcadores amarelos são as localizações dos conjuntos do MCMV Empresas em território paulistano.

Imagem 1: PMCMV Empresas – localizações, São Paulo.



Fonte: Google Earth e Ministério das Cidades – Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH).

Marcação pelos autores, 2017

Deixa clara a perspectiva adotada de pensar a moradia para baixa renda na periferia da cidade, reservando as regiões centrais para outros projetos. O interesse dos beneficiários do Programa fica circunscrito à aquisição do imóvel e a um lugar de abrigo, sem influir onde e em quais condições.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2016 demonstra como a produção habitacional de interesse social dos últimos anos, no caso o MCMV faixa 1, tem influenciado a vida dos beneficiários, corroborando o afirmado anteriormente:

A análise da localização dos empreendimentos da faixa 1 do MCMV demonstra que grande parte dos conjuntos habitacionais foi implementada com projetos de uso exclusivo de habitação nas periferias das cidades brasileiras. As distâncias dos empreendimentos das centralidades das cidades, bem como os tempos de deslocamento envolvidos, dão mostras do reforço de um quadro de segregação socioespacial (...) (IPEA, 2016, p. 8).

Além da segregação socioespacial, os beneficiários da modalidade “Empresas” enfrentam problemas relacionados ao conforto interno do apartamento. No modelo de negócio do Programa as empresas fixaram um valor teto por unidade habitacional.

A modelagem pouco flexível dos apartamentos da modalidade “Empresas” reforça a ideia de uma inadequação social do produto construído. As unidades habitacionais se reduzem a um tipo de dois quartos, independentes do número de pessoas que ali irão habitar. Dessa forma, reproduz-se uma lógica do lar como mero abrigo para acomodar a mão de obra necessária às engrenagens produtivas. Este é mais um problema trazido pela presença das empreiteiras desde à formulação do Programa, com minimização de custos na construção. A responsabilidade do governo estaria em exigir as contrapartidas por parte do capital privado que respeitassem o direito à moradia, garantindo qualidade.

Estas são as principais referências da implantação do Programa, descritas até o momento neste capítulo, ao apresentar brevemente um balanço do PMCMV ressaltando características, algumas positivas e outras que provocaram efeitos socialmente negativos. Na subseção a seguir analisam-se as mudanças institucionais e diferentes medidas no Programa durante o Governo Temer.

O Programa sob o Governo Temer: acentuando os problemas

O presidente Michel Temer, vice na chapa com Dilma Rousseff em 2014, veio a assumir o governo em 2016, após um golpe contra a então presidente. O Governo Temer se caracterizou por sua baixa legitimidade, por diversas razões, entre elas: ter sucedido, por meio de um golpe político, uma presidente que foi eleita de maneira direta por votação popular e com compromissos para com a maioria; e pela plataforma política levada a cabo, a qual procurava diminuir os gastos do governo em detrimento das políticas sociais, restringindo o acesso da população aos seus direitos.

Tais medidas representaram um aprofundamento do neoliberalismo no país. Na ordem neoliberal, o capital portador de juros, na forma do capital fictício, a mais fetichizada do capital (MARQUES e NAKATANI, 2009), é a dominante para a reprodução capitalista. O Estado passa a ter como maior preocupação pagar juros, amortizações e obrigações financeiras de sua dívida pública. Os ganhos que esse capital obtém na esfera financeira fazem-no acreditar que sua rentabilidade está descolada do papel do trabalho e dos trabalhadores. Dessa forma, esse capital exerce sua influência no poder estatal exigindo políticas sem compromisso algum com a produção, o emprego ou com políticas sociais, as quais são imprescindíveis para a manutenção e reprodução da força de trabalho.

Vale lembrar que foi na gestão de Michel Temer a aprovação da política de Teto de Gastos públicos, a qual prevê um congelamento dos gastos do governo por um período de 20 anos, reajustada apenas pela inflação. O Teto de Gastos foi corolário para o abandono de muitas políticas sociais.

A área habitacional sofreu retrocesso em sua maior expressão, o PMCMV. Em setembro de 2016 o governo desautorizou a Caixa Econômica Federal (CEF) a utilizar recursos do FGTS, do FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) – MCMV Entidades - para contratações de unidades do Programa (UOL ECONOMIA, 2016).

Em fevereiro de 2017, o governo retomou o MCMV. É importante destacar que a retomada do Programa, principalmente quanto a contratações voltadas para a Faixa 1, foi também fruto da luta política de movimentos de moradia como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). No início de 2017, o movimento acampou por 22 dias na Avenida Paulista, em frente ao prédio do Ministério das Cidades, exigindo a liberação das contratações para famílias inseridas na Faixa 1.

Os manifestantes só saíram do local após o anúncio de que o MCMV havia voltado com as contratações para aquela faixa.

Com a retomada vieram novas regras. As alterações tendiam a transformá-lo de política social em um programa de crédito imobiliário, voltado para o aquecimento da economia. É certo que essa possibilidade já estava presente nos governos de Lula e Dilma, mas, apesar das inúmeras críticas ao viés economicista do Programa, essa tendência veio a ser aprofundada por Temer ditando agora como ponto principal.

Os objetivos das mudanças no MCMV ficam mais claros se atentamos aos discursos dos agentes envolvidos na área da habitação. O presidente Temer ao anunciar as novas diretrizes diz: “A construção é um dos setores que gera emprego de forma rápida e umas das peças-chave da economia brasileira” (AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS, 2017-a). Por sua vez, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, destacou a criação de empregos no setor: “Numa época de tantas dificuldades, é uma notícia muito importante (...). O setor perdeu muitos empregos. Agora, começa a recuperar” (AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS, 2017-b).

Houve também mudança nos valores dos imóveis financiados. Nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro o teto do valor do imóvel passou de R\$ 225 mil para R\$ 240 mil e para famílias com renda acima de R\$ 7.000,00 por mês, o teto foi para R\$ 300 mil. Essas alterações aumentaram o alcance do MCMV uma vez que empreendimentos de valores maiores se incluíram no Programa. O alargamento do teto de rendas mensais nas faixas 1,5, 2 e 3, uma reivindicação dos empresários do setor da construção (AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS, 2017 - a), mostra preocupação maior com a questão econômica do que com o combate à desigualdade de moradia no país. Nas mudanças de fevereiro/2017, a Faixa 1,5 passou de um teto de renda mensal de R\$ 2.350,00 para R\$ 2.600,00, tendo, dessa forma, famílias com renda mensal entre R\$ 1.800,00 (teto da faixa 1) e R\$ 2.600,00; o teto da Faixa 2 foi de R\$ 3.600,00 para R\$ 4.000,00, com a abrangência de famílias com renda mensal entre R\$ 2.600,00 e R\$ 4.000,00; o teto da Faixa 3, por sua vez, foi de R\$ 6.500,00 para R\$ 9.000,00, as famílias que se enquadravam nessa faixa são as que possuem renda entre R\$ 4.000,00 e R\$ 9.000,00. Essas medidas não auxiliaram o enquadramento daquelas mais necessitadas, mas o

objetivo era alcançar maior número de famílias que possuem condições econômicas para financiar apartamentos de valores maiores e arcar com o compromisso de pagamento das parcelas dos financiamentos.

A revogação da portaria 146 de 26/04/2016 é outro exemplo de que as alterações realizadas no campo institucional do Programa não propiciaram atenção social. Ao contrário, deram margem para as construtoras diminuírem seus custos de produção na edificação de apartamentos menores com os mesmos valores de financiamento ou até maiores. A portaria 146 previa o tamanho mínimo do apartamento em 41 m² e a publicação da Portaria 269 de 24/04/2017 estabeleceu o tamanho mínimo do apartamento de 39 m² (FERREIRA, 2017).

Além de piora qualitativa no Programa, quantitativamente deixou a desejar a partir do golpe. Os números de unidades entregues refletem com algum limite o tratamento do governo, pois para serem entregues, as habitações, carregam uma defasagem de tempo, muitas vezes tendo sido contratadas, organizadas e construídas nos governos anteriores. Assim, foram apresentados alguns dados sobre contratações.

A tabela 1 mostra o número de unidades habitacionais contratadas pelo Programa para todas as faixas durante o Governo Temer. Observa-se que, entre julho de 2016 e dezembro de 2018, a faixa 2 é a que possuía o maior percentual (67,82%) em relação às outras faixas.

Tabela 1: PMCMV, Unidades Habitacionais Contratadas, Governo Temer.

Faixa	Nº Unidades Contratadas	Participação (%)
Faixa 1	138.386	11,61%
Faixa 1,5	118.930	9,97%
Faixa 2	808.735	67,82%
Faixa 3	126.388	10,60%
Total	1.192.439	100,00%

Fonte: Ministério das Cidades - Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
Elaboração Própria, 2023

Tabela 2: PMCMV, Unidades Habitacionais Contratadas Governos Lula e Dilma.

Faixa	Nº Unidades Contratadas	Participação (%)
Faixa 1	1.758.136	40,05%
Faixa 1,5	-	-
Faixa 2	2.102.239	47,88%
Faixa 3	529.812	12,07%
Total	4.390.187	100,00%

Fonte: Ministério das Cidades - Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
Elaboração Própria, 2023

Na tabela 2 observa-se que a Faixa 2 também teve mais contratações nos governos Lula e Dilma, mas em uma taxa significativamente menor (47,88%). As contratações nos governos petistas, 40,05% foram voltadas para a Faixa 1, enquanto no período de Temer apenas 11,61%, diferença relevante a expressar prioridades dos governos.

No início de 2017, 85% do déficit habitacional brasileiro estavam concentrados em famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017). A política habitacional no governo Temer pelo MCMV aprofundou a tendência de privilegiar as famílias com rendas médias, contrariando os objetivos explícitos e iniciais do Programa que eram priorizar as camadas de 0 a 3 salários mínimos.

Governo Bolsonaro: o imperativo é desconstruir!

O governo Jair Bolsona já foi adjetivado como um governo que levava a cabo um projeto de destruição. Não só por ter afirmado, no início de seu governo, que não estava na presidência para construir nada e sim desconstruir muita coisa (TRICONTINENTAL, 2021-c), mas por suas ações contra o meio ambiente, contra a população indígena, sua política econômica ultraliberal de austeridade e privatizações e principalmente sua atuação durante a pandemia.

Essas ações podem muito bem ser amparadas pelo termo Necropolítica de Achille Mbembe (2016). De acordo com essa ideia, a força do Estado é utilizada com o objetivo de levar à morte alguns grupos da sociedade. No caso brasileiro, Bolsonaro tem total desprezo a qualquer grupo que possa atrapalhar os avanços de um capitalismo predatório e tem um apreço pelos interesses das classes dominantes.

O projeto de destruição ou a política de morte podem ser evidenciadas em muitas ações ao longo dos 4 anos de governo Bolsonaro. O trato à pandemia é o mais evidente daquilo que Mbembe chama de necropolítica.

Foram graves as acusações durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 sobre as relações entre o governo e o grupo Prevent Sênior. Em 28 de setembro de 2021, a advogada de doze médicos da empresa disse, a partir de alguns laudos médicos que, muitos pacientes com chances de sobrevivência eram direcionados para um setor específico para realizarem tratamento com medicamentos ineficazes como a cloroquina e a ivermectina para tratar da COVID-19. Segundo os médicos, a Prevent Sênior fazia isso para usar os pacientes como cobaias para tratamento precoce. A empresa fazia parte do chamado gabinete paralelo do governo para encaminhar as diretrizes do enfrentamento à doença sem o crivo de especialistas do corpo estatal como o SUS, por exemplo, e de comprovações científicas. Foi nesse gabinete que realizaram o alinhamento entre governo e a Prevent Sênior para a prescrição de cloroquina, ivermectina e azitromicina. Além disso, médicos afirmaram que eram instruídos a reduzir o oxigênio para os pacientes internados por mais de 14 dias na Unidade de Terapia Intensiva, que haviam escutado a seguinte frase: “óbito também é alta”. Em entrevista realizada no dia 3 de outubro, três médicos da Prevent Sênior explicaram que os hospitais da empresa davam altas precocemente, evitavam procedimentos mais complexos com o intuito de reduzir custos e pressionavam para liberação de leitos de UTI. No dia 7 de outubro, um ex-paciente da Prevent Sênior depôs na CPI, dizendo que a empresa tentou convencer sua família a desligar os aparelhos com o prontuário de outro cliente. Ele também afirmou que se não fosse pela pressão da sua família na época, ele poderia ter morrido. Em 26 de outubro, a CPI da COVID-19 divulgou relatório final acusando o presidente Jair Bolsonaro de cometer nove crimes. (TRICONTINENTAL, 2021-a).

A outra área que foi alvo constante do projeto de destruição colocado em prática pelo governo de Jair Bolsonaro foi o meio ambiente. O então ministro do meio ambiente, no início da pandemia, Ricardo Salles foi flagrado ao dar uma declaração de que o contexto pandêmico poderia ser utilizado para “passar a boiada”, fazendo alusão de que aquele seria um momento propício para aprovar medidas contra o meio ambiente. No dia 23 de junho de 2021, Salles deixou o cargo

de ministro por ser alvo investigações relacionadas ao comércio ilegal de madeira. Um enorme contrassenso uma pessoa que defende as coisas que defende ter sido nomeado ministro do meio ambiente. (TRICONTINENTAL, 2021-c).

Mesmo sem Salles no ministério, a destruição do meio ambiente ou a tentativa de destruir prosseguiram. No mesmo dia da renúncia de Salles, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 490/2007, para que fosse encaminhado às casas legislativas para votação e, caso aprovada, para sanção presidencial. O projeto da lei estabelece um marco temporal, que prevê que só serão demarcadas as terras ocupadas até 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição). Áreas ocupadas após essa data não podem ser delimitadas. Foi um claro ataque aos povos nativos e às florestas, que inviabilizaria a demarcação de terras indígenas. Ainda, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 13 de maio o Projeto de Lei (PL) 3.729, que prevê alterações na Lei de Licenciamento Ambiental. O projeto de lei flexibilizava as exigências de licenças ambientais para diversas atividades. As obras de manutenção de rodovias e portos, saneamento básico e distribuição de energia elétrica em baixa tensão não precisariam mais de licença. Certas atividades, como a agricultura e pecuária e as atividades de mineração em pequenas barragens para fins de irrigação seriam livres de licença. (TRICONTINENTAL, 2021-c).

No início de março 2022, a Câmara dos Deputados aprovou que o Projeto de Lei (PL) 191/2020 fosse tramitado em regime de urgência. O PL autorizava a exploração mineira e a construção de hidrelétricas em terras indígenas (TI's). A Constituição brasileira recomenda a proibição de mineração em TI. O projeto sofreu grande rejeição por parte da sociedade. Indígenas, artistas e políticos manifestaram seu descontentamento e o PL perdeu prioridade na Câmara. É verdade que a aprovação do PL 191 interessava também parte do grande capital estrangeiro. Uma reportagem do início de março de 2022 trazia informações denunciando a participação de empresários e representantes governamentais da Austrália, do Canadá, dos EUA e do Reino Unido, pressionando pela aprovação da legislação. A mineração, além de desmatar, contaminar a água, tem impacto direto na vida dos nativos, provocando cenas de horror. No final de abril de 2022, o líder Yanomami, Junior Hekurari, denunciou o estupro e morte de menina indígena de 12 anos da comunidade Aracaça por garimpeiros na zona norte do estado de Roraima. Após a

denúncia, vinte e quatro indígenas da mesma comunidade ficaram desaparecidos por alguns dias e suas casas foram encontradas queimadas. (TRICONTINENTAL, 2022-c).

A gravidade da situação do povo Yanomami, no início de 2023, foi reflexo do abandono do Estado durante o governo Bolsonaro e do incentivo às práticas de garimpo ilegal em terras indígenas. No início de 2022, o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, havia afirmado que a situação no Norte do país era extremamente grave e que todas as semanas havia denúncias de violência contra o povo Yanomami pela presença dos mineradores na região. No dia 4 de junho, um crime chocou o país. Foi o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips na região amazônica do Vale do Javari, conhecida por ser a segunda maior terra indígena. Bruno era funcionário credenciado da Funai no combate a crimes ambientais em terras indígenas. Suspeitos da autoria do crime foram presos, mas até o momento não se sabe se houve outro mandante. Esses episódios demonstram o projeto do governo anterior em relação ao meio ambiente e, mais particularmente, com os povos indígenas. O enfraquecimento de instituições como a FUNAI dificultou a implementação da política ambiental e da fiscalização, deixando os povos indígenas à própria sorte, em um contexto de mineração e outras atividades econômicas ilegais. (TRICONTINENTAL, 2022-a).

Importantes instituições para o desenvolvimento autônomo do país e a classe trabalhadora também foram alvos constantes do governo Bolsonaro. As universidades federais sofreram com bloqueios e contingenciamentos de verbas ao longo do período 2019-2022, afetando principalmente o ensino, a pesquisa de interesse social, inclusive a relacionada à saúde - em meio à pandemia - as bolsas de estudo para estudantes de baixa renda e o funcionamento básico das universidades, como serviços de luz, água e limpeza. Em 2021 foi privatizada a Eletrobrás, empresa estatal responsável por gerar 30% da energia do país. Em agosto de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou às pressas, passando por cima das comissões, um projeto de lei para privatizar os Correios. Ressalte-se que se trata de uma empresa lucrativa, presente em diversas localidades do Brasil, e a privatização dos serviços postais (cartas, postais, telegramas) poderia prejudicar o serviço nas regiões mais remotas. No mesmo período, outra medida grave foi

aprovada na Câmara, que fere direitos trabalhistas e a Constituição: é a Medida Provisória (MP) 1.045, que entre outras coisas estabelece uma modalidade de trabalho denominada REQUIP (Regime Especial de Incentivo ao Trabalho, Qualificação e Inclusão Produtiva), sem os principais direitos trabalhistas. Essa modalidade é destinada a trabalhadores com idade entre 18 e 29 anos, sem carteira de trabalho registrada há mais de dois anos e pessoas de baixa renda beneficiárias de programas sociais. O contrato seria celebrado sem direito a 30 dias de férias — sem o adicional de 1/3 do salário correspondente a férias — sem décimo terceiro salário (ou gratificação natalina) e sem contribuição previdenciária. Eles receberiam apenas bolsa-auxílio, vale-transporte, curso de qualificação e folga de 30 dias, que podem ser divididos em até três períodos. É um claro ataque à classe trabalhadora. Essa medida e a privatização do Correios não avançaram. (TRICONTINENTAL, 2021-b).

Em julho de 2021, a área da cultura também foi expressão da política de destruição colocada em prática pelo governo de Jair Bolsonaro. O prédio da Cinemateca Brasileira, local onde inúmeras documentos da história do cinema brasileiro e também obras, pegou fogo no dia 29 de julho. Em manifesto, seus trabalhadores afirmaram que denunciaram o risco de incêndio, e que não havia trabalhadores suficientes nas áreas de documentação, conservação e difusão. (TRICONTINENTAL, 2021-b).

Por fim, os diversos ataques à democracia brasileira foram frequentes durante o governo Bolsonaro e realizados pelo próprio então presidente. Primeiramente em sua Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 153/19, que faz obrigatório o voto impresso. Em 2022, ano das eleições presidenciais esses ataques se intensificaram. Observando as pesquisas de intenção de voto e a real possibilidade de perder as eleições, Bolsonaro atacou por diversas vezes as urnas eletrônicas e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em agosto de 2022, a PEC 153/19 foi para a votação na Câmara dos Deputados e Bolsonaro ameaçou que caso não fosse aprovada a PEC as eleições não seriam realizadas. (TRICONTINENTAL, 2022-a).

A classe trabalhadora e seus direitos, as instituições para o desenvolvimento do país e o meio ambiente foram os principais alvos do governo

Bolsonaro. A esfera da política habitacional também foi um desses alvos. A pandemia da covid-19 e sua crise econômica elevaram as necessidades por moradia. O tratamento dado pelo governo Bolsonaro à questão habitacional nega o direito à moradia digna para os que mais necessitam de uma. Partindo da política de contenção dos recursos para a área habitacional até as diretrizes do PCVA, o que se observou é um total descolamento das necessidades sociais. A forma como foi tratada a política habitacional entre 2019 e 2022, principalmente no contexto da pandemia, traz uma tendência de levar à morte um grupo da sociedade. Esse grupo é formado pelas populações mais vulneráveis, inclusive aquelas em situação de rua. Foram deixadas à própria sorte em meio a uma das piores crises sanitária e econômica passadas pelo Brasil.

Desconstruindo a política habitacional: o Programa Casa Verde e Amarela

Diante de um contexto de gravidade da situação socioeconômica, apesar das medidas de proteção à renda e ao emprego realizadas colocadas em prática com mais intensidade no ano de 2020, o governo Bolsonaro não alterou institucionalmente a estrutura da política econômica. A política fiscal do teto dos gastos públicos – que congela os gastos públicos por 20 anos - foi mantida. Não poderia haver cenário mais propício para o abandono do teto de gastos do que a pandemia. A manutenção da política fiscal se mostra bastante descolada das necessidades sociais, que em um momento de pandemia e de crise econômica demandam por maiores investimentos, principalmente nas áreas sociais.

A área habitacional é uma delas. O descolamento das ações do governo, em relação as reais necessidades de moradia, se mostrou com o fim do PMCMV e com a criação do Programa Casa Verde e Amarela (PCVEA). O desemprego e a inflação fizeram com que muitos deixassem de pagar aluguéis e acabassem em situação de rua, por exemplo. Em pesquisa realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro, em 2021, 31% das pessoas que estavam nas ruas eram há menos de 1 ano (GAMEIRO, 2021). O que mostra o efeito da pandemia para o aumento da população em situação de rua em uma cidade grande como o Rio de Janeiro.

Na capital paulista, o número de pessoas em situação de rua cresceu 31% de 2019 para 2021, um aumento bastante acentuado em um curto período de

tempo, passando de 199 pessoas para cada 100 mil habitantes, em 2019, para 257 pessoas em situação de rua a cada 100 mil habitantes, em 2021. (tabela 3).

Tabela 3: População em situação de rua em São Paulo/SP, anos 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021

Características	2000	2009	2011	2015	2019	2021
	8.70		14.47	15.90	23.34	31.88
Pessoas em situação de rua	6	13.666	8	6	4	4
					53,0	31,0
Variação em relação ao censo anterior	-	57,0%	5,9%	9,9%	%	%
População do município de São Paulo (milhões)	10,4					
	3	11,04	11,30	11,50	12,25	12,40
Variação da população em relação ao ano anterior	-	5,8%	2,4%	1,8%	6,5%	1,2%
Pessoas em situação de rua por 100 mil/hab.	83	124	128	138	199	257

Fontes: Censos da População em situação de rua - SMADS e censos/estimativas IBGE

Em 2019, ano anterior ao da pandemia, o déficit habitacional era de 5,87 milhões de domicílios. O principal componente do déficit, segundo a Fundação João Pinheiro foi o ônus excessivo com o aluguel urbano, depois dele as principais causas foram habitações precárias e a coabitação. Do total do déficit, 88% eram de famílias que ganhavam até 3 salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Se comparados os déficits habitacionais de 2010 – primeiro ano do MCMV -, 6,49 milhões, com o de 2019 – último ano do Programa -, 5,87 milhões, podemos observar uma diminuição de 620 mil moradias. Se por um lado esses números mostram os limites de uma política habitacional baseado na construção de novas moradias, por outro lado, revela a importância do programa ao ter minimizado, mesmo que pouco, o déficit habitacional. E o importante a se colocar é que se não houvesse PMCMV, e principalmente as suas significativas ofertas de moradias para os menos desfavorecidos, o déficit habitacional estaria muito mais elevado.

Não é difícil inferir que com a Crise da covid-19, as necessidades habitacionais aumentariam e o esperado era que o governo tomasse medidas com base no contexto daquele período, mas não foi o que aconteceu.

No final de ago/2020, o executivo federal enviou às casas legislativas a Medida Provisória número 996 (MP 996) para a instituição do PCVA. Do ponto de vista de oferta de novas moradias, o programa tinha como objetivo construir 1,6 milhão de casas para baixa renda, mas não especificava a política de subsídios, a qual foi a principal inovação social do MCMV, que oportunizou o alcance de parcela da sociedade brasileira de baixa renda à casa própria. Sem esses subsídios e investimentos por parte do governo, a quantidade de moradias entregues para a população de baixa renda teria sido significativamente menor.

Ao invés das Faixas adotadas pelo MCMV, o novo programa habitacional era dividido em Grupos, com abrangência maior nos estratos de baixa renda, o que dificulta o acesso para os mais pobres - Grupo 1, famílias com renda de até R\$ 2.400,00; Grupo 2, famílias com renda entre R\$ 2.400,00 e R\$ 4.000,00; e Grupo 3, famílias com renda entre R\$ 4.000,00 e R\$ 7.000,00.

Em relação aos subsídios, de acordo com o site da Caixa Econômica Federal, o valor máximo subsidiado pelo PCVA era de R\$ 47.500,00, para famílias que ganham até R\$ 1.650,00. Aqui é uma clara diferença com o PMCMV, que subsidiava quase 100% do preço do imóvel para a Faixa 1. Quase trinta por cento das entregas do MCMV foram direcionadas à população de baixa renda. Apesar da concentração das entregas para a classe média, se somadas as unidades da Faixa 1,5, mais de trinta e dois por cento das unidades foram direcionados para quem realmente precisa.

Tabela 4: Programa Minha Casa Minha Vida – Unidades entregues, por faixa

Local	Faixa 1		Faixa 1,5		Faixa 2		Faixa 3		Total
	Unidades entregues	%	Unidades entregues	%	Unidades entregues	%	Unidades entregues	%	Unidades entregues
Brasil	1.540.202	29,83%	150.144	2,91%	3.110.029	60,23%	363.420	7,04%	5.163.795
SP	204.606	19,17%	37.666	3,53%	698.093	65,41%	146.861	13,76%	1.067.226
SP capital	15.780	12,93%	1.260	1,03%	66.149	54,21%	38.839	31,83%	122.028

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação
Elaboração própria

O PCVA aprofundou os problemas que existiam no MCMV. Ampliou a concentração de unidades entregues para as faixas de renda maiores. Se somadas

as unidades entregues para os Grupos 2 e 3, o percentual chega a 76,94%, enquanto o Grupo 1 recebeu apenas 23,06% das unidades entregues em âmbito nacional. (Tabela 5).

A política habitacional do governo Bolsonaro já dava sinais de fracasso em sua estrutura de ação, por apostar em uma política baseada no crédito habitacional. Os autores do programa ignoraram o acúmulo de pesquisas de muitos especialistas no tema habitacional, como a de Vêras e Bonduki (1986), entre outros, que já explicaram o motivo de uma estratégia dessas não ter sucesso no objetivo de ofertar moradias para quem realmente precisa.

Tabela 5: Programa Casa Verde e Amarela, unidades entregues, por Grupos, Out/2021.

Local	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3		Total
	Unidades entregues	%	Unidades entregues	%	Unidades entregues	%	Unidades entregues
Brasil	101.211	23,06%	277.502	63,23%	60.196	13,71%	438.909
SP	23.723	16,72%	85.766	60,46%	32.376	22,82%	141.865
SP capital	4.009	10,06%	21.859	54,85%	13.984	35,09%	39.852

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação
Elaboração própria

O MCMV sofreu críticas sobre as poucas unidades habitacionais entregues na cidade de São Paulo. Ainda, dessas poucas unidades, apenas 12,93% foram direcionadas para a Faixa 1. (Tabela 4).

Na cidade de São Paula, essa distribuição piora com o PCVA. Apenas 10,06% das unidades entregues foram direcionadas para a população de baixa renda. Já os grupos 2 e 3 somados concentram mais de 89% das unidades entregues na capital paulista. Vale ressaltar que as entregas do PCVA foram realizadas somente porque as contratações haviam sido realizadas ainda pelo PMCMV.

Esses resultados são reflexos da importância dada pelo governo à política habitacional. O orçamento do PCVA foi reduzido de R\$ 1,5 bilhão, em agosto de 2020, quando foi criado, para R\$ 27 milhões, em 2021, o que representa uma

diminuição de 98%. Uma clara destruição da política habitacional, em um dos momentos da história nacional, em que as pessoas pobres do país mais necessitavam da ajuda do Estado nessa área.

Além de os resultados da política habitacional aprofundarem problemas conhecidos do MCMV, o PCVA extirpou qualquer possibilidade de participação popular ao não criar uma modalidade como aquela do PMCMV, chamada de Entidades, em que movimentos sociais participavam do início ao fim da construção da obra, da oferta das moradias e da própria gestão do empreendimento. O governo, antes mesmo da criação do PCVA, já havia extinguido, em 2020, o Ministério das Cidades – espaço institucional importante para pensar o direito à cidade em todas as suas formas, inclusive as que se referem à habitação - e o Conselho Nacional das Cidades (Concidades). O Supremo Tribunal Federal ordenou o retorno do Conselho, mas até o final do governo Bolsonaro ele se manteve esvaziado (BALBIM, 2020).

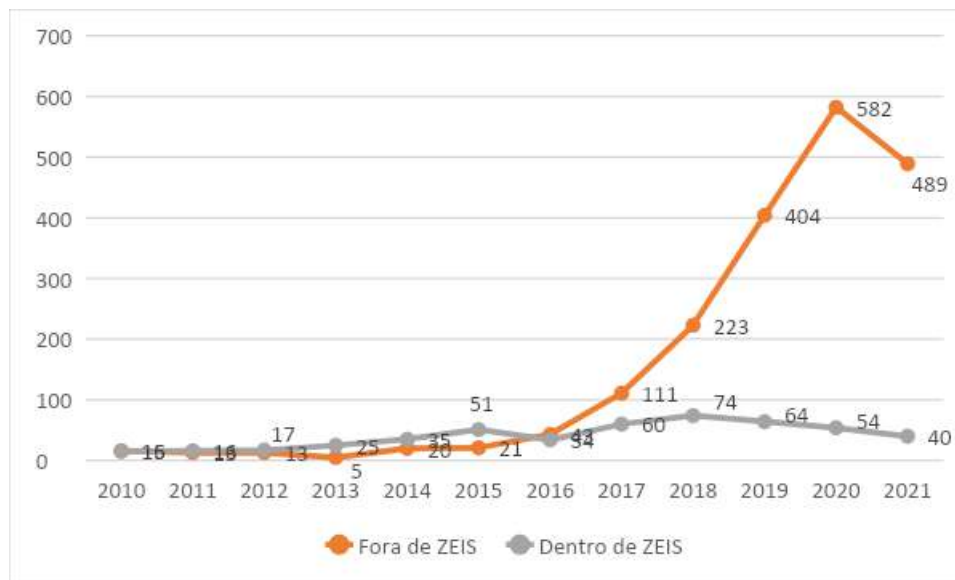
Outro ponto importante é que o PCVA apresentou um grau de rigurosidade no que diz respeito às perdas de imóveis no caso de não pagamento das parcelas do financiamento. O PMCMV tinha uma abertura maior para renegociação das dívidas. No documento de lançamento do programa habitacional do governo Bolsonaro diz que poderão ser empregados atos de defesa ou de desforço diretos, inclusive por meio do auxílio de força policial para apropriação do imóvel (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2020).

Essa lógica de despejo e expulsão dos locais de moradias, que sofrem os mais pobres das grandes cidades são comuns nas relações de mercado e abusos da lógica capitalista de não respeito aos preceitos constitucionais importantes, como a função social do terreno, mas era impensável partir de um programa habitacional público, que diz que tem como objetivo ofertar moradias para quem precisa, ter de maneira tão declarada e aberta tal posicionamento.

Em âmbito municipal, o poder público se caracterizou pela inanição para a área habitacional no período pandêmico. A política habitacional da capital paulista também não vem cumprindo seu papel de ofertar moradias de acordo com a demanda na cidade de São Paulo. Ao observar o gráfico 1, entre 2010 e 2021, o maior número de unidades habitacionais licenciadas para a aprovação ou execução

de obras novas, para unidades habitacionais de Habitação de Interesse Social, em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), foi, em 2018, 74 empreendimentos.

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de empreendimentos licenciados com unidades habitacionais HIS, em ZEIS e fora de ZEIS.



Fonte: Sistema de Controle de Obras e Edificações (SISACOE) e De Olho na Obra. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Prefeitura do Município de São Paulo.

Elaboração própria

Chama atenção o salto, a partir de 2017, no número de unidades habitacionais licenciadas para Habitação de Interesse Social fora de ZEIS. Além de, apesar do salto, o número não ser significativo para a necessidade da capital paulista, foram licenciadas as unidades habitacionais sem levar necessariamente em conta fatores importantes para a moradia digna.

O local da construção da nova moradia faz toda a diferença. Se ela está em zona equipada de infraestrutura urbana, com acesso a abastecimento de água e esgoto; se a zona está dotada de áreas verdes, comércio e serviços locais. A política habitacional municipal, ao licenciar unidades habitacionais fora de ZEIS, acaba por colocar em risco a oferta de moradia digna na cidade de São Paulo, com a possibilidade de se tornar uma política que repete erros do passado ao reproduzir desigualdades espaciais e servindo apenas para dinamizar a acumulação de capital de poucas empresas do setor da construção civil.

Considerações finais – É tempo de reconstruir

A política habitacional do governo federal colocada em prática durante o período pandêmico não funcionou no sentido de mitigar os efeitos negativos advindos da crise da Covid-19, no que diz respeito à oferta de moradia. Foi uma política totalmente descolada da realidade nacional e da do município de São Paulo, atuando como potencializadora dos problemas já existentes.

Tal política, por meio do PCVA, foi reflexo da forma como o governo Bolsonaro geriu o país. Um governo que colocava em prática um projeto de destruição. Sua política da morte, ou a necropolítica, para usar o termo de Achile Mbembe (2016), ficou bastante evidenciada no tratamento à pandemia, mas não só nessa área, também na área ambiental, nas políticas sociais e na habitacional.

Nesta última, a destruição se iniciou com a extinção do Ministério das Cidades, e, em seguida, acabando com o Concidades. Acabar com uma instituição, como o Ministério das Cidades significa tirar o poder público, em âmbito federal, em se colocar como ator fundamental na garantia ao direito à cidade. Acabar com o Concidades é abandonar a ideia de pensar as políticas públicas para as cidades de maneira democrática, com participação popular.

A extinção do PMCMV e a criação do PCVA significaram um ataque à garantia ao direito à cidade e à participação popular. Além de acabar com aquilo que era o melhor do programa anterior, o subsídio, que oportunizava os mais pobres alcançarem a casa própria, repetiu e aprofundou problemas do MCMV e de programas anteriores como os do Banco Nacional de Habitação, ao transformar a política habitacional em uma política que tem como principal instrumento a oferta de crédito para aquisição de um imóvel e ser concentrada para as camadas médias da sociedade.

O descaso de Bolsonaro com os mais pobres custou caro para ele. Nas eleições de 2022, Bolsonaro foi derrotado por Lula nas urnas. Apesar de ter sido a eleição para presidente mais apertada da história política do país, todas as pesquisas anteriores às eleições davam ampla vantagem para o candidato petista no recorte dos que ganhavam entre 0 e 2 salários mínimos.

Além da frente ampla, que amparou a candidatura Lula, quem derrotou Bolsonaro foram os mais pobres desse país. O povo deu uma lição de dignidade e de formação de consciência, principalmente naquelas mentes gananciosas, que, por alienação, acham que todos possuem o mesmo pensamento curtoprazista e de ganho fácil. A maior parte do povo pobre desse país ficou com Lula, mesmo com o aliciamento descarado por parte do governo, que ofertou benefícios sociais no ano eleitoral sem verbalizar que esses mesmos benefícios seriam finalizados ao final de seu mandato.

Sem ter falsas ilusões, o momento é de reconstrução. O comportamento do povo brasileiro nos dá esperança de que podemos ter suporte para tentar reconstruir o país, que apesar dos 4 anos de governo Bolsonaro o país não foi totalmente destruído.

Um dos primeiros sinais de que a reconstrução será a ordem do terceiro governo Lula foi justamente na área habitacional. No dia 14 de fevereiro de 2023, na cidade de Santo Amaro, na Bahia, Lula anunciou a retomada do PMCMV. Além de reafirmar os pontos positivos do programa, retomando o financiamento para a Faixa 1, que foi extinta no PCVA, apresentou as novas características da política se atentando aos problemas reproduzidos anteriormente. Nesse sentido, Lula afirmou que os empreendimentos serão construídos mais integrados com os centros urbanos, próximos de serviços públicos, de áreas comerciais e de outros serviços.

Que o terceiro governo de Lula se construa sendo exemplo novamente em políticas públicas, que dão dignidade aos nosso povo.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS. Minha Casa Minha Vida 2017: governo anuncia mudanças no Programa. 07/02/2017 (a). Disponível em: <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4549> Acesso: 15/01/2019.

AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS. Minha Casa Minha Vida 2017: entenda o que muda no Programa. 08/02/2017 (b). Disponível em: <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550> Acesso: 15/01/2019.

BALBIM, Renato. O Casa Verde e Amarela que a propaganda esconde. **Outras palavras**, on-line, 01/09/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-casa-verde-e-amarela-que-a-propaganda-esconde/> Acesso em: 08/03/2023.

CARDOSO, Adauto Lucio e ARAGÃO, Thêmis Amorim. "Do Fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25anos de política habitacional no Brasil". In CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e Seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2013. pp. 17-66.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O Golpe e o Minha Casa Minha Vida. Blog do João Sette Whitaker - Cidades para que(m)?, 2017. Disponível em: <http://cidadesparaquem.org/blog/2017/4/16/o-golpe-e-o-minha-casa-minha-vida> Acesso: 02/03/2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Governo de Minas Gerais. **Déficit habitacional no brasil – 2016-2019**. 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf Acesso:17/03/2023

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Governo de Minas Gerais. Déficit habitacional aumenta com a recessão. 2017. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/3785-1-3-2017-deficit-habitacional-aumenta-com-a-recessao> Acesso 30/01/2019

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**, Belo Horizonte, 2013.

ILO - International Labour Organization. **COVID-19 and the world of work. Eighth edition Updated estimates and analysis**. 27 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_824092.pdf Acesso em: 08/03/2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Inserção Urbana de Habitação de Interesse Social: um olhar sobre mobilidade cotidiana e uso do solo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. ISBN: 1415-4765. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2176.pdf Acesso: 30/01/2023.

GAMEIRO, Nathália. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia**. Portal Fiocruz Brasília. 08 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/> Acesso em: 10/03/2023.

MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; BERWIG, Solange Emilene; DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. **Pandemias, Crises e Capitalismo**. Expressão Popular: São Paulo, 2021.

MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **O Que É Capital Fictício e Sua Crise**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica - biopoder soberania estado de exceção política da morte**. Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufjf | n. 32 | dezembro 2016. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em 10/03/2023.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal**. GT Habitação e Cidade, 03/09/2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-a-habitacional-do-governo-federal/> Acesso em: 08/03/2023.

OLHEPARAAFOME. **Olhe para a fome – o desafio é de todas e todos nós**. 2021 – *On-line*. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/#action> Acesso em 08/03/2023.

PORTAL BRASIL. Site do Minha Casa Minha Vida faz simulação de financiamento e subsídio. 05/04/2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/04/site-do-minha-casa-minha-vida-faz-simulacao-de-financiamento-e-subsidio> Acesso: 30/04/2019.

TRICONTINENTAL. “Nuestra América: calendario electoral y violencia política en el marco de la crisis global”. Informe de Conjuntura #18: 2022-a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2022/05/20220524-OBSAL-17-Web.pdf> Acesso em 08/03/2023.

TRICONTINENTAL. “América Latina y el Caribe en el mapa de 2022: guerra, crisis económica y posibilidades de cambio”. Informe de Conjuntura #17: 2022-b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2022/05/20220524-OBSAL-17-Web.pdf> Acesso em 08/03/2023.

TRICONTINENTAL. “Bajo la otra pandemia: crisis social, ofensiva neoliberal y movilización popular”. Informe de Conjuntura #15: 2021-a. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/11/20211110_OBSAL-15_Web-1.pdf Acesso em 08/03/2023.

TRICONTINENTAL. “Frente a frente: proyectos de integración en disputa, procesos electorales y movilizaciones populares #14: 2021-b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/es/argentina/obsal13/?output=pdf> Acesso em 08/03/2023.

TRICONTINENTAL. “Subiendo por la Cordillera de los Andes: cambios y procesos abiertos en todo el continente”. Informe de Conjuntura #13: 2021-c. Disponível em: <https://thetricontinental.org/es/argentina/obsal13/?output=pdf> Acesso em 08/03/2023.

UOL ECONOMIA. Governo desautoriza Caixa a usar recursos do FGTS para financiar 'Minha Casa'. 26/09/2016 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2016/09/26/cidades-desautoriza-caixa-a-usar-recursos-do-fgts-para-financiar-minha-casa.htm> Acesso 10/03/2023

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo e BONDUKI, Nabil Georges. Política Habitacional e a Luta pelo Direito à Habitação. In COVRE, Maria de Lourdes Manzini (Org.). **A Cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ZYLBERKAN, Mariana. Demanda por habitação social dispara em SP durante a pandemia. **Folha de São Paulo**. 25/11/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/demanda-por-habitacao-social-dispara-em-sp-durante-a-pandemia.shtml> Acesso: 10/03/2023

CAPÍTULO 3.VULNERABILIDADE POR COVID-19 NOS TERRITÓRIOS DA POBREZA E PRECARIEDADE HABITACIONAL

3.1- MORADIA EM CORTIÇOS, VULNERABILIDADES E A PANDEMIA DE COVID-19

Maura Pardini Bicudo Vêras

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva analisar as vulnerabilidades que o ambiente das moradias encortiçadas apresentam para seus moradores do ponto de vista da saúde, em situação da pandemia da covid-19 na cidade de São Paulo nos anos de 2020 e 2021. Trata-se de desvendar as desigualdades sociais presentes na constituição histórica da metrópole do ângulo da moradia para seus trabalhadores, uma vez que o cortiço marca sua presença desde os primórdios da industrialização e permanece até a atualidade.

A realidade dos cortiços é bem antiga na cidade, como é conhecido, entretanto, para enfrentar a análise dos dados da recente pandemia houve dificuldade na estimativa do número de imóveis encortiçados e sua população residente. Assim, algumas observações metodológicas devem ser feitas; apenas estavam disponíveis os dados e informações de Censo demográfico do IBGE (2010). Outras fontes foram consultadas, tais como pesquisas amostrais anteriores feitas pela municipalidade em 1975, 1983 e 2001, especialmente úteis pela caracterização de sua precariedade e fatores que implicam nos riscos à saúde(HABI-COPED, 1975;SEMPLA, 1985;1991;VERAS, 1981;1992;1999;2003;2016; KOWARICK, 1981;2011;2016;SIMÕES, 1991))

Também pesquisas levadas a efeito por esta pesquisadora em diversas oportunidades embasaram o estudo no relacionamento da precariedade e insalubridade e a potencialidade desse tipo de moradia favorecer o contágio do vírus, inclusive pela literatura específica que associava doenças infecciosas como a tuberculose às áreas encortiçadas.Faz -se referência à dinâmica social e econômica brasileira, para explicar o processo desordenado de crescimento urbano, a degradação ambiental, o problema habitacional e o papel desempenhado pelo Estado.

O exame do assunto visa descrever **l**os impactos do ambiente doméstico e local sobre a saúde dos moradores. Faz uma revisão dos problemas de uso e conservação das moradias, associados a doenças de grande incidência. Cabe também, inicialmente, com base nessas fontes enumeradas, a conceituação e histórico de sua presença na cidade e em quais bairros/distritos foram concentrados do que consiste a moradia em cortiços.

Depois pretende-se apresentar a situação dos setores distritais mais encortiçados para, em seguida, analisar a relação dessas áreas com a incidência de covid-19 e a letalidade.

3.1.1. CONCEITO E HISTÓRICO NA CIDADE DE SÃO PAULO

. Sua mais forte marca é o inquilinato, muitas vezes chamado de “inquilinato selvagem”, dada a ausência de formalização de contratos e consequente falta de amparo legal a seus moradores. Do ângulo de seus habitantes, a ausência de condições para integrar o mercado formal de locação – como documentação, emprego e renda estáveis, além de fiador, fichas cadastrais e bom crédito – induzem-nos a aceitar uma situação de informalidade, ainda que rigorosamente mercantil e espoliativa, pois em geral os valores dos aluguéis são altos, pesam em seus respectivos orçamentos familiares, embora a péssima qualidade habitacional.

O traço seguinte e distintivo a ser destacado é o caráter coletivo de utilização de um endereço, de um lote, de uma edificação, a indicar que tais moradores não dispõem de renda suficiente para o usufruto de uma unidade habitacional completa, cabendo-lhes a subdivisão de uma casa, de um lote, da ocupação em subunidades dentro de um domicílio, sendo que cada subunidade é ocupada por uma família, muitas vezes bastante numerosa. Esta característica é a coabitação involuntária.

Existem distintas configurações físicas dos imóveis encortiçados: são de fato “habitação coletiva para classes pobres ou casas de cômodos”, pois há cortiços que foram construídos para esse uso compartilhado, presentes ainda no século XIX, edifícios já comportando essa subdivisão interna, fileira de cômodos, meias-águas em um quintalão ou o casarão burguês deixado pelos antigos moradores e subdividido e ofertado à locação, de modo que se ocupam vãos de escada, porões, quartos seccionados, sem sanitários e com escassez de pontos de água, aeração, iluminação e ventilação.

A depender da localização urbana, tipos construtivos podem se combinar ou contrastar com os respectivos entornos. Nos bairros centrais históricos oriundos do

século XIX como o Brás, que já nasceu popular e tinha cortiços ocupados pelos segmentos pauperizados de sua força de trabalho, são ilustrativas as casas de cômodos concebidas para tal uso. Em Campos Elísios, arruamento voltado às elites cafeeiras da transição para o século XX, a partir dos anos 1950 alguns palacetes se deterioraram e ganharam novos ocupantes, migrantes empobrecidos. Nas áreas periféricas da cidade, a habitação precária de aluguel pode apresentar-se atualmente em diversificadas manifestações, de casinhas situadas no fundo de quintal originadas de autoconstrução, casas de aluguel unifamiliares que se subdividem e ganham acréscimos de edícula e outras.

Por outro lado, na capital de hoje, podem-se achar zonas de verticalização acentuada com prédios de apartamentos e/ou quitinetes encortiçados, subdivididos e ocupados por diversos grupos familiares na mesma unidade. De maneira geral, localizam-se nas porções melhor servidas de transporte coletivo, mesmo nas regiões longe do centro, pois essa é a estratégia predominante que prende seus moradores a esse tipo de precariedade, a acessibilidade ao mercado de trabalho que se viabiliza pelo transporte coletivo (KOWARICK 2011).

De qualquer maneira, a precariedade é flagrante. Cada família desempenha todas as funções dentro de um cômodo: cozer, dormir, procriar, trabalhar, educar e conviver entre adultos, crianças, idosos, de ambos os sexos, em exíguos espaços, sem ventilação, unidades sanitárias, água e cozinha. As dimensões são restritas, há congestionamento, não há privacidade, os ruídos são compartilhados em rotinas insalubres, como o é também o compartilhamento de bacias sanitárias, chuveiros e tanques. E cozinhas por vezes em espaços comuns.

O cortiço pode ser administrado/explorado diretamente por seu proprietário ou prepostos, havendo até mesmo imobiliárias para isso. Como se tratam de imóveis em geral deteriorados, mesmo situados em áreas valorizadas, seus donos parecem constituir parcelas do capital rentista, nem sempre logrando possibilidades de incorporação do local para outros empreendimentos mais lucrativos. Convencionou-se resumir essa situação na fórmula “construção barata em terreno caro”; entretanto muitas vezes as dimensões desse terreno não permitem avançar em soluções de caráter comercial. Muitos passam a tolerar o uso cortiço e se apropriam do rendimento dos cômodos alugados, encarregando funcionários para cobrar, cuidar e manter a “ordem” em alguns deles (VERAS, 1999).

Apesar dessa aguda situação, há ausência de políticas públicas adequadas à magnitude desse problema. Foram poucas iniciativas em algumas gestões com diferentes abordagens e em distintas conjunturas, como experiências-piloto, seminários nacionais e internacionais sobre como viabilizar empreendimentos à semelhança do Inquilinato Social, sobretudo nos moldes franceses (VERAS, 1999). Em 1991, apesar de insuficiente, para viabilizar a intervenção em cortiços e possibilitar a diversos órgãos governamentais regularizar e oferecer infraestrutura mínima a esse tipo de moradia, tentou-se não expulsar os moradores para outras soluções mais precárias caso a melhoria no imóvel acarretasse aumento de aluguéis; dentre outras, a Lei Municipal n°. 10928, a chamada Lei Moura.

Como já afirmado em escritos anteriores, “As abordagens sobre o cortiço, dos processos de encortiçamento na cidade e das estratégias desenvolvidas por seus habitantes, devem integrar-se ao exame conjunto dos temas da habitação, da vizinhança, segregação urbana, exclusão social e da alteridade” (Véras, 1999: 3).

Ocupavam-se quartos, vãos de escada, porões, em certa hierarquia pelos estratos sociais de renda, pela origem étnica, migrante ou imigrante, primeiro os do norte, depois os do sul, em levas sucessivas que dos cafezais dirigiam-se à capital paulista (VERAS, 1992).

A estratégia da acumulação no período era a absorção de menor número de operários especializados, também com salários mais baixos e fáceis de serem dominadas em períodos de conflitos sociopolíticos; havia base técnica artesanal, usando o prolongamento da jornada de trabalho de doze a catorze horas diárias. Para economizar tempo, os trabalhadores alojavam-se próximos às fábricas, em cortiços, onde eram frequentes as epidemias de malária, febre amarela, tuberculose, entre outras.

A habitação operária marcou profundamente o feitiço de alguns bairros como o Brás, Mooca, Bexiga e Bom Retiro, assim como as residências das classes dominantes moldaram outras áreas (Higienópolis – cidade da higiene –, Campos Elísios, Avenida Paulista, Vila Buarque, posteriormente Aclimação. Em expansão, a cidade apresentava zonas especializadas e segregadas (Villaça, 1978).

Com o crescimento da cidade, o estoque existente de casas foi sofrendo adensamento, e construídas moradias coletivas, cuja precariedade só viria a ser contestada quando o interesse público vislumbrou os riscos para a saúde pública

ou então à paz social, devido aos embriões da luta operária que grassavam nesses locais. Os cortiços, espaços com vários tipos de epidemias, eram associados pelos potentados urbanos com o vírus do anarquismo, principal força política de 1880 a 1920, período de auge e decadência, substituído pelo partido comunista a partir de 1925.

Portanto, a moradia alugada era compatível com o grau de acumulação do período. Os cortiços, vilas e quintalões eram variações do padrão de habitação coletiva. Geralmente lotes retangulares apresentavam dimensão variável, oscilando a frente entre cinco e quinze metros e, o fundo, de vinte a cinquenta metros. A moradia padrão era o cortiço, pois já em 1893 o relatório do Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva fazia uma eloquente descrição das condições habitacionais da moradia da pobreza em São Paulo (MORSE, 1970).

. Até meados dos anos 70, quando vários problemas o desestimularam: a expansão exagerada da mancha urbana e das distâncias; as pressões demográficas, tanto pelo seu componente migratório como o vegetativo; e o encarecimento dos valores fundiários. Em consequência, as diversas 'soluções' alternativas expandiram a precariedade: aumentou a ocupação de áreas de risco, como margens de córregos, encostas íngremes, e de zonas de proteção ambiental, como áreas de mananciais e de mata; surgem e incrementam-se o número de favelas e suas dimensões; agravou-se a lotação de cortiços e outros tipos de cômodos alugados; multiplicaram-se as ocupações (invasões) de prédios abandonados, e de áreas públicas e particulares; por fim, cresceu enormemente o número de desabrigados nas ruas.

Ao longo do século XX, portanto, parece ter sido a ocupação de vazios existentes na mancha urbanizada – favelas e invasão de terrenos públicos – a modalidade dominante da habitação popular em São Paulo, nas décadas de 1980 e 1990. Na região dos mananciais sul, por exemplo, inúmeras ocupações acontecem desde os anos 70, configurando um “mar de pobreza”. Entretanto, os cortiços permanecem como “solução” para os que não desejam ir à periferia, pois um dos mais fortes argumentos é “morar perto de tudo, do transporte, dos recursos comunitários, do comércio, do emprego”. Assim, pesquisa de 1975 (SEBES-HABI) apontou a expansão dos cortiços nos anéis intermediário e exterior da cidade. Essa problemática, indicando como características essenciais habitação coletiva precária

de aluguel e englobando a multiplicidade de manifestações físicas dessa modalidade no município, ainda não tem estimativas seguras de seu dimensionamento; no ano de 1960, uma pesquisa sobre o tema calculara que 18% da população paulistana moravam em cortiços (LAGENEST, 1962). Em 1975, estimava-se que cerca de 9,3% da população do município habitavam esta modalidade de aluguel coletivo precário (SEBES-HABI, 1975).

Nos anos de 1980 o poder público e outros pesquisadores apontaram e atualizaram as regiões onde estariam concentradas as habitações coletivas precárias de aluguel, nos bairros que também se adensaram nesse período, ou seja, com 155 ou mais cortiços por km² estariam Be a Vista (o popular Bexiga) e a Liberdade; com densidade de 75 a 155 cortiços por km², estavam Cambuci, Pari, Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Vila Maria Alta e Santa Ifigênia. Menores densidades eram atribuídas aos distritos de Vila Maria Baixa, Mooca, Sé, Consolação, Barra Funda e outros (FIBGE, 1991; SEMPLA, 1985; KOWARICK et al., 1991; SIMOES Jr., 1991).

Em 1993, tal proporção foi de 6% dos moradores de São Paulo (FIPE-SEHAB, 1993) e as últimas pesquisas amostrais reiteraram os 6,0% (KOWARICK, 2011). Entre as super ou subestimativas, tentando aproximarmo-nos das reais presenças do aluguel precário compartilhado e fugindo de conceitos restritivos e excludentes como os relativos ao tipo de imóvel e uso comum de sanitários, estimamos tal precariedade em 15% da população da cidade de São Paulo que morariam nessa modalidade nesse período (VERAS, 1999). Assim, oscila-se a estimativa de 600 mil a 1,5 milhão de pessoas encortiçadas. Lideranças dos movimentos sociais por moradia consideram que há, no mínimo, um milhão de encortiçados na cidade (KOWARICK, 2011)

3.1.2. SAÚDE ,VULNERABILIDADES E COVID-19 EM BAIROS CENTRAIS

Depreende-se desse histórico de precariedade que a situação de saúde na vida dos moradores de cortiço é preocupante, pela coabitação, pelo confinamento, ausência de pontos de água, ventilação, trazendo inequívoca gravidade em tempos de pandemia.

Todo o histórico das epidemias em São Paulo, como varíola, gripe espanhola, por exemplo, trazem relatos da mortalidade nesse tipo habitacional.

No caso do Covid-19 podem ser estimados pelos índices de mortes e internações relativos aos bairros em que predominam cortiços. Muitos domicílios encortiçados são ocupados por imigrantes como o exemplo do Brás, Bom Retiro, em que bolivianos habitam nas oficinas de costura e onde se verificaram altos números de mortes e internações por covid-19. E desses aspectos que o presente texto se ocupa.

A população moradora em cortiços caracteriza-se pela presença dos riscos , inclusive de saúde, pois não há ventilação, sanitários suficientes, há congestionamento, degradação ambiental, falta de privacidade e segurança física dos imóveis, saturados com instalações clandestinas, fiações deterioradas e assim por diante. A ameaça dos despejos é constante, insegurança jurídica e a expulsão rondam continuamente as pessoas nessa situação.

No caso das doenças respiratórias parece-nos evidente o risco e vulnerabilidade e a contaminação de casos de covid-19.

Com base nos dados de 2010, a TABELA SÍNTESE aponta que as áreas centrais que historicamente sempre revelaram alta presença desse tipo de moradia precária se mantém nessa condição. É preciso distinguir alguns indicadores para aferir a real situação da densidade encontrada.

O número de imóveis encortiçados na área, bairro, distrito, é um indicador mas carece da complementação sobre a área construída de cada um, e, principalmente, o número de cômodos ocupados com esse uso; além disso, o número de pessoas em cada imóvel é informação necessária, como também, o número de pessoas por cômodo, e área construída por pessoa.

Outros indicadores necessários para que se possam desvendar os índices de insalubridade nesses imóveis, é a presença de janelas e/ou , áreas de ventilação, além do número de instalações sanitárias, pontos de água etc.

Os dados disponíveis no momento não oferecem esse tipo de informação, mas por pesquisas amostrais anteriores poderemos completar o quadro necessário para o exame dessa precariedade habitacional e seus efeitos sobre a saúde e, em especial, sobre epidemia de covid-19.

Em primeiro lugar, uma visualização geral das áreas centrais pesquisadas e pelos dados disponíveis em 2010, qual o peso e a distribuição desse tipo de precariedade na cidade

A taxa de número de pessoas moradoras de cortiços na proporção por mil habitantes (população de 2010 em cada distrito) nos indica que os distritos mais “encortiçados” são em ordem decrescente:

Taxa 1-Pessoas em cortiço/1000 pessoas da população do distrito-2010

Brás-	126,08
Belém-	68,40
Bela Vista	47,85
Pari	45,44
Liberdade	39,17
Bom Retiro	37,86
Santa Cecília	29,48
Sé	29,09
Cambuci	24,47
República	22,50
Mooça	11,95
Água rasa	4,1
Tatuapé	1,82
Consolação	0,78
Total Municipa	1,93

Como não se tem estimativas corretas sobre o peso dessa precariedade no município de São Paulo, estes dados reiteram o quadro conhecido de distrito mais encortiçados, dos quais sobressai o Brás , bairro historicamente concentrando tal tipo de moradia, seguido do seu vizinho Belém, depois Bela Vista, Liberdade e Bom Retiro. Com exceção de Consolação e Tatuapé, zonas de mercado imobiliário aquecido, e que não permitem a presença desse tipo de uso por muito tempo as zonas centrais a presença do encortiçamento ultrapassa a taxa de 10 em 1000 habitantes.

Vamos apresentar a seguir alguns indicadores de insalubridade em sua relação com a incidência de casos da covid. Pelo **número de cortiços**, a tabela revela que o distrito mais representativo em número de imóveis encortiçados é **Bela Vista**, seguido de Belém, Liberdade e Brás. Mas se olharmos o **número de famílias**, a relação se altera em parte pois o maior número de grupos familiares ainda está na Bela Vista, mas **Brás e Liberdade** ganham destaque na sequência. Esta

distribuição coincide com as observadas em outros momentos da história da cidade de São Paulo.

Outro indicador importante é o **número de cômodos** ocupados com moradores encortiçados, pois revela qual o grau de coabitação desses imóveis. Segundo a tabela em referência, o maior número de cômodos locados está no **Brás**, com 2400 unidades locacionais, depois **Bela Vista**, com 2300 cômodos alugados, seguida de **Liberdade** (2022), de **Belém** (2002) e ainda **Bom Retiro** com 1022 unidades.

O total de cômodos de cortiços na amostra considerada é de 15565 e são 13180 famílias. .

É válido, pois, observar o **número de grupos familiares** ocupantes dessas unidades alugadas., pois nem sempre cada família ocupa só um cômodo, às vezes ocupam mais de uma unidade. Como pode ocorrer um cômodo abrigar mais de uma família. O caso do **Brás** é ilustrativo pois há 2064 famílias que ocupam 2400 cômodos. outros endereços com expressiva presença de famílias encortiçadas são a **Liberdade**, 1688 famílias ocupando 2022 cômodos. a **Santa Cecília**, com 1807 grupos familiares e que habitam 2276 cômodos. Se observarmos a média de cômodos e famílias por endereço encortiçado teremos a **Consolação** com a alta proporção de 25 famílias por cortiço, o **Brás** com 12, 3 famílias por imóvel e a **Bela Vista** com a média de 10 famílias por cortiço.

Para completar esse panorama indicativo da precariedade em cortiço pode-se citar o indicador da **área construída por pessoa**,(média geral de 1,39 pessoas por cômodo e sendo a média de área construída por família de 16,m²) Área média de cômodo em geral é de 22m² e a média de pessoas por cômodo varia de 0,80a 1,89. Esse indicador precisa ser encarado com reservas pois a área construída do imóvel computada refere-se ao total da área, incluindo área de circulação, de uso comum etc como a eventual presença de cozinhas e banheiros coletivos , quintais ou entradas comuns e pode mascarar as deficiências de uso de cada unidade familiar. Em termos de precariedade, portanto, os distritos que apresentam maior número de moradores encortiçados e com piores indicadores de insalubridade como congestionamento (número de pessoas por cômodo, menor área construída por pessoa)devem ser observados pois as taxas de casos de covid podem ser aumentadas graças a tais contingentes.

O número de casos confirmados de covid até 2021 são os seguintes ,verificados segundo Secretaria Municipal de Saúde de S Paulo , apontando os distritos da área central conhecidas áreas encortiçadas.

casos de covid até 2021

9083 Água Rasa
9523 Bela Vista
Belém 6161
3138 Bom Retiro
3834Brás
Cambuci 4319
Consolaç ão 6002
Liberdade -55958
Mooca= 8269
Pari-1847
5809-Rep ública-
Sta cecilia-77 95
Vila Maria-101 91

Total o município
1465556

As porcentagem de casos de covid em cada um os distritos tidos como encortiçados , em relação `a população estimada para 2022 desses distritos é a seguinte:

Quadro I-com porcentagem de casos de covid em relação à população de cada distrito-%

Distrito	%	taxa de letalidade	Óbitos/100 mil habitantes
Água Rasa,	11,08	4,91	544,14*
Bela Vista	12,97	2,21	286,04
Belém	12,40	3,78	469,24*
Bom Retiro	12,44	4,11	326,35
Brás	11,43	3,00	343,01
Cambuci	10,53	3,20	336,45
Consolação	10,49	3,15	330,50
Liberdade	8,56	3,63	295,70
Mooca	10,25	4,92	504,92*
Pari	9,54	4,01	382,94
República	9,35	4,05	378,54
Santa Cecília	9,00	4,02	361,88
Vila Maria	0,88	4,80	425,82*
Total do Município	12,25	3,01	369,15

O relatório até aqui demonstrou a precariedade presente nos cortiços e quais distritos mais apresentam esse tipo de moradia.Foi necessário, diante dos dados da pandemia obtidos em 2021, verificar o peso de cada incidência de casos diante da

população de cada distrito em 2021. Tivemos acesso aos dados estimados pela Fundação SEADE da população de 2022

Por esses dados, as maiores porcentagem de casos de covid nessa região mais centralizada estavam na Bela Vista (12,97), Bom Retiro, Belém, tendo cerca de 13 e 12 % de sua população infectada pela covid. No município foi quase essa porcentagem de contaminados pela covid(12,25% do município).

Com relação à taxa de letalidade, ou seja, dos casos da infecção quantos levaram a óbito, verifica-se que de todos os distritos encortiçados , todos têm incidência de óbito superior àquele do município, com exceção do distrito de Bela Vista. Muitas variáveis podem explicar, essa diferença, uma delas é a capilaridade do SUS e dos serviços de saúde, além dos movimentos de resistência que variam de bairro para bairro, organização comunitária etc

As maiores taxas de letalidade estavam na Mooca (4,92) Água Rasa(4,91) Vila Maria (4,80) e Bom Retiro(4,11) .) e mais altas em relação ao município em geral, o que demonstra que tais áreas da precariedade estão em risco e vulnerabilidade. todas em nível superior

Nesse sentido, as maiores incidências de casos de covid se fazem muito fortes em regiões adensadas e de baixa renda, não necessariamente apenas nas regiões encortiçadas. Pelas porcentagens de casos de covid registrados , as maiores porcentagens em relação ao total de casos registrado no município paulistano são Grajaú, (3.44%) Casa Verde(3,11%), Jardim São Luiz (3,09%), Campo Limpo(2,36%), Brasilândia(2,02%), decrescendo o número de casos. devem ser olhadas com cuidado e atenção epidemiológica, portanto, as áreas periféricas também.

O que se verifica é que a precariedade habitacional, o adensamento, a escassez de condições sanitárias adequadas, somados às dificuldades de renda na cidade, se disseminaram pela cidade toda, quer nas zonas centrais, quanto nas áreas intermediárias e periféricas, nos diversos quadrantes da aglomeração urbana, atingindo a zona norte, leste, sul e oeste.

Posteriormente, depois da realização do Censo de Cortiços na área central da cidade, será possível verificar se os distritos mais encortiçados, e, portanto, mais precários, tiveram desempenho destacado de casos e óbitos na atual pandemia.

Referências Bibliográficas

- BERTOLLI, Filho Claudio; *História Social da tuberculose e do tuberculoso:1900-1950*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2001
- BLAY, Eva (1985). *Eu não tenho onde morar – vilas operárias da cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel.
- BÓGUS, Lucia M. Machado (1992). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.
- BONDUKI, Nabil (1982). Origens do problema da habitação popular em São Paulo. *Revista Espaço e Debates*: São Paulo, Ed. Cortez, ano 2, n. 5, maio/junho..
- BONDUKI, NG. "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo". In: VALLADARES, L. "Repensando a Habitação no Brasil". Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BONDUKI, NG. "Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria". São Paulo, Estação Liberdade, 1998.
- ENGEL, Magali Gouveia resenha de CHALHOUN, Sidney: *Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Cia das Letras 1996. *Revista Tempo*, vol.1 n.2 1996 pp 188-192.
- ESCOREL,S. (1999): *Vidas ao léu. trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- FABIAN,J(2013): *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- GILL, Lorena Almeida: Um mal do século: tuberculose, tunerculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. Tese de doutorado em História, PUCRD,Porto Alegre,2004.
- GIORGETTI, Camila: *Entre o higienismo e a cidadania- Análise comparativa das representações sociais sobre os moradores de rua em São Paulo e PaGlrís*. Doutorado, PUCSP, Ciências Sociais e Institut d'Études Politiques de Paris, São Paulo, 2004.
- HAESBAERT,R;*O mito da desterritorialização: do "fim do território" á multiterritorialidade*. Rio de janeiro, Bertrand Brasil, 2016
- KAZTMAN, R e QUEIROZ RIBEIRO, L C. : " Metrôpoles e sociabilidade : os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina " In *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, EDUC
- KAZTMAN, R et al. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay* Santiago do Chile, OIT 1999
- KOWARICK, Lúcio: *Viver em Risco.sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.*,São Paulo, Editora 34, 2009S
- KOWARICK, Lucio: Cortiços. A humilhação e a subalternidade.ão Paulo, *Revista Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*,vol.25, n.2, novembro, 2013.
- KOWARICK, Lúcio; VÉRAS, Maura e ANT, Clara (1981). *O cortiço: sua história e atualidade*. São Paulo, Sempla, mimeo.
- KOWARICK, Lúcio (1988). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, UNRISD. Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrôpole do Rio de Janeiro nos anos
- LUCCHESI, Bianca Melzi Domenics: *Quintais e Cortiços Insalubres na pauliceia, uma histpooria de condenação e resistência..* ANPUH, Encontro estadual de História. São Paulo, 2012
- MACIEL,Marina de Souza , MENDES, Plinio Duarte ;et al. : A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria; Belo Horizonte,*Revista Brasileira de Cínica Médica*. maio-junho, 10(3)São Paulo, 2012
- MALZYNER, Carlos;*Habitação, Meio Ambiente e Saúde: Diagnóstico de Necessidades dos Mutirantes da Cidade de São Paulo - Região Leste I* Tese de Doutorado apresentada á Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo 2002
- MARQUES, E.:(org): *A metrôpole de São Paulo no século XXI. Espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo, Ed. UNESP,2015.

MARQUES, Rosa et al.(orgs):*Pandemias, Crises e Capitalismo*> São Paulo. Fosforo ed,2021.;

MENDONÇA, F.: Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana. In *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, no.10 ,Curitiba, 2004;

MOSER, C The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World development*. Nova York, vol.2, n.1. 1998

SAMPAIO, M. Ruth do A.:Cortiço Vivo. *Projeto de reabilitação de cortiço na área central-Bom Retiro*, São Paulo, Revista de Cultura e Extensão, USP, jul-dez, 2005;

SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Livraria Nobel

TELLES, Vera;CABANES, (ORG);*Nas tramas da cidade* São Paulo, Humanitas,2006

VÉRAS, M.P.B.:(2016):Dimensões sociais da desigualdade urbana: moradias da pobreza e a produção do outro-In *Revista Brasileira de Sociologia*, 2016

.VERAS, Maura P B : *Cidade, vulnerabilidade e território*. *Revista Ponto e Vírgula*, n.7, C Sociais PUCSP, 2010.

VÉRAS, Maura P. B. (2003). Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais. In: CHAIA, Miguel e SILVA, Ana Amélia da (orgs.), *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo: EDUC. pp. 323-367

_____ (1997). Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. *Revista Margem*. Faculdade de Ciências Sociais/Fapesp, São Paulo, v. 6, dez

VERAS, Maura P B. .Cortiços em São Paulo, segregação e alteridade. Teese de Concurso de Professor Titular em Sociologia. PUCSP, 1999.

VÉRAS, Maura P. B. (1995). A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n. 2, abr/jun.

_____ (1994). Territorialidade e segregação sócio-espacial em São Paulo. Texto apresentado ao *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

VÉRAS, Maura P B : Cortiços em São Paulo:velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social. In BOGUS, Lucia et al(org);*A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo. Cortez Ed, 1992.

_____ (1991). *O bairro do Brás em São Paulo – um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Tese de doutoramento PUC-SP

VÉRAS, Maura P. B. (1987). Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, n. 1.

. 3.2.Favelas em São Paulo e a COVID-19

Suzana Pasternak

Embora existam referências sobre favela na literatura, as favelas passaram a se destacar na paisagem urbana a partir de 1970. Antes desta data, as alternativas de moradia para a população pobre paulistana forma primordialmente os cortiços (no começo do século XX) e os loteamentos periféricos (após 1940). Dados levantados pela PMSP indicaram que a população favelada de 1973 era cerca de 1% da população municipal, proporção que cresceu para 8,92% em 1987, totalizando quase 813 mil favelados.

A partir de 1980 o IBGE começou a incluir, no seus Censos Demográficos, a contagem do que chamou “ aglomerado subnormal”. Os resultados nem sempre coincidiavam com os da PMSP. O conceito de setor de aglomerado subnormal incluía unidades domiciliares em terrenos ocupados ilegalmente. Mas, para que o setor fosse considerado, seriam necessários um mínimo de 50 unidades de habitação. Assim, até pela própria definição, aglomerados abaixo deste número estava excluídos da contagem.

O IBGE adotou inovações metodológicas e operacionais no Censo de 2010, com a utilização de fotos de satélite e melhoras na cartografia. A estimativa feita em 2019, para embasar o Censo de 2022/23, foi realizada em cima da grade de 2010. O próprio IBGE avisa para ter cautela na sua utilização. Mas creio ser melhor usá-la que ficar com os dados de 2010. Em 2008, a PMSP lançou uma plataforma a HABISP, que permite a atualização permanente dos dados socio econômicos e urbanísticos dos assentamentos precários. Criou-se uma nova categoria, a dos núcleos urbanizados, ou seja, favelas que já possuem infraestrutura sanitária (água, esgoto, drenagem, iluminação pública e coleta de lixo). Os dados desta plataforma também não coincidem com os dos Censos Demográficos. Na presente análise, optou-se pela utilização dos dados do IBGE, porque são os únicos de abrangência nacional, permitindo comparação entre estados e municípios.

Tabela 1. Município de São Paulo. Favelas, domicílios e população favelada, 1980 a 2019

	1980	1991	1996	2000	2010	2019
Favelas	188	629	574		1.998	
Domicílios	71.358	146.891	176.905	225.133	357.756	529.921
População	335.344	711.031	747.322	932.628	1.280.400	1.532.368
% da pop	4,07%	7,46%	7,60%	8,94%	11,38%	12,91%

Fonte: Censo Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010; Contagem de meio da década de 1996; Estimativa IBGE 2019; elaboração própria

As taxas de crescimento dos domicílios favelados têm-se se mantido altas, como atesta a Tabela 2. Nota-se que na década de 1980 o município teve um alto incremento de domicílios favelados, 7% ao ano. Já nas décadas seguintes, 1991, 2000 e 2020, estas taxas diminuíram para 3,06%,3,22% e 2,02%. A taxa sofre um efeito do número base. Por isso, quanto maior for o número de domicílios, para um mesmo absoluto de moradias, a taxa é menor. O aumento de casas faveladas entre 1980 e 2019 no município foi de 468.563, do qual 38% ocorreu entre 2010 e 2019 (aumento de 172 mil casas em favelas)

Tabela 2. Município de São Paulo. Taxa de crescimento anual dos domicílios favelados, 1980 a 2019

intervalo	taxas
1980-1991	7,07%
1991-2000	3,06%
2000-2010	3,22%
2010-2019	2,02%

Fonte: Censos Demográficos de 1980,1991,2000 2 2010. Estimativa IBGE 2019; elaboração própria

O crescimento da população favelada no município de São Paulo tem se mostrado superior ao crescimento da população total municipal. Assim, na década de 1980 foi de quase 7% anuais, superior à taxa de crescimento populacional da população

municipal no mesmo período (3,66% ao ano). Entre 1991 e 2000 a população favelada continuou a crescer mais que a população como um todo: 4,86% ao ano, enquanto a do município cresceu a uma taxa de apenas 0,9%. Entre 2000 e 2010, as taxas faveladas se mantiveram superiores às municipais: a população municipal cresceu a 0,76% anuais, enquanto que a favelada atingiu 3,22%. As projeções indicam um crescimento populacional de menos de 0,50% anuais, enquanto que o estimado para a população favelada atingiu 2,02%.

O crescimento demográfico municipal foi, até o ano 2000, marcadamente periférico: as taxas de crescimento por anéis⁴ mostram que as taxas dos três anéis mais centrais eram negativas, enquanto a do anel periférico se responsabilizava por praticamente todo o crescimento municipal. Este panorama muda na primeira década do século XXI, com os anéis centrais e interior com taxas positivas e mais altas que as dos anéis exterior e periférico. E as projeções da F Seade para o ano 2022 mostram um crescimento reduzido do polo metropolitano, mas com um perfil, tal como na década anterior, menos periférico: todos os anéis apresentam taxas positivas, mas a taxa do periférico ainda é a maior.

Tabela 3: Município de São Paulo: População total e favelada por anéis, 1991 a 2022

anel	população total				população favelada			
	1991	2000	2010	2022	1991	2000	2010	2022
central	384.048	318.599	360.266	381.491	211	0	0	
interior	686.610	583.956	648.269	682.853	6.156	4.557	621	
intermediário	1.413.723	1.316.367	1.426.682	1.477.313	74.053	946.210	80.247	
exterior	3.265.900	3.304.779	3.414.917	3.503.775	230.416	220.365	343.520	
periférico	3.860.378	4.911.845	5.403.336	5.912.783	398.223	611.095	850.422	
MSP	9.610.659	10.435.546	11.253.470	11.958.215	711.050	932.628	1.280.400	1.543.805

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010. Projeções populacionais F Seade; Proporção de 12,91% de população favelada no município, calculada a partir de dados IBGE 2019; elaboração própria

Tabela 4- Município de São Paulo. Taxas anuais de crescimento populacional, população total e favelada, por anéis

⁴ Divisão por anéis a partir da metodologia desenvolvida por Taschner 1900

anel	população total			população favelada		
	1991-2000	2000-2010	2010-2022	1991-2000	2000-2010	2010-2022
central	-2,05%	1,24%	0,48%	-100,00%	0,00%	
interior	-1,78%	1,05%	0,43%	-2,70%	-10,07%	
intermediário	-0,79%	0,81%	0,29%	2,25%	-1,63%	
exterior	0,13%	0,33%	0,21%	-0,04%	4,54%	
periférico	2,71%	0,96%	0,75%	3,70%	3,36%	
MSP	0,92%	0,76%	0,51%	2,50%	3,22%	1,57%

Fonte: Tabela 3; elaboração própria

O crescimento da população favelada também tem sido maior nos anéis exterior e periférico. Aliás uma característica da favelização paulistana, que a distingue da carioca, é a locação preferênciada das favelas nos segmentos periféricos da cidade. A Tabela 5 mostra que mais que 66% da população favelada em 2010 estava no anel periféricos. E que 11,6% da população deste anel morava em assentamentos precários do tipo favela. Infelizmente não há dados para a distribuição da população e domicílios favelados intra-urbana

Tabela 5. Município de São Paulo: população favelada por anel, 2010

anéis	população favelada 2010		
	NA	%	% na pop total
anel central	0	0,00%	0,00%
anel interior	6.211	0,48%	0,96%
anel intermediário	80.247	6,26%	5,63%
anel exterior	343.520	26,81%	10,04%
anel periférico	851.422	66,44%	15,77%
total	1.281.400	100,00%	11,39%

Fonte: Censo Demográfico de 2010; elaboração própria

Sumarizando: embora a taxa de crescimento do anel periférico tenha diminuído, este aumento populacional é, ainda, bastante localizado nas franjas do município. No incremento de 705 mil pessoas entre 2010 e 2022, estimou-se que 509 mil ,ou seja, 72,29%, se deu na periferia.

Na periferia ocorreu a maior incidência de COVID-19, tanto em 2020, como em 2022. Entretanto, em 2022, com o efeito da vacinação, o número de casos de covid

no anel periférico por 100 mil habitantes foi inferior foi inferior aos números de casos nos outros anéis e a letalidade espantosamente mais baixa. Aliás, a letalidade no anel periférico apresentou-se mais baixa também em 2020 e 2012. Provavelmente a associação entre estrutura etária e mortalidade por covid é dominante. E como a população da periferia é mais jovem, de certa forma este fator etário a protegeu mais do óbito.

Tabela 6: Município de São Paulo: casos, óbitos e população por anel, 2020

Anel	Casos	Óbitos	População 2022**	letalidade	casos/100mil	obitos/100mil
anel central	14028	518	381491	3,69	3677,15	135,78
anel interior	26400	1031	682853	3,91	3866,13	150,98
anel intermediário	65779	2358	1477313	3,58	4452,61	159,61
anel exterior	151745	5699	3503775	3,76	4330,90	162,65
anel periférico	264681	7722	5912783	2,92	4476,42	130,60
Total	556625	17447	11958215	3,13	4654,75	145,90

Fonte: F Seade; Secretaria da Saúde SP; elaboração própria

Tabela 7: Município de São Paulo: Casos, óbitos e população por anel, 2021

Anel	Casos	Óbitos	População 2022**	letalidade	casos/100mil	obitos/100mil
anel central	23550	698	381491	2,96	6173,15	182,97
anel interior	40438	1301	682853	3,22	5921,92	190,52
anel intermediário	105059	3278	1477313	3,12	7111,49	221,89
anel exterior	257952	8848	3503775	3,43	7362,12	252,53
anel periférico	432945	11502	5912783	2,66	7322,19	194,53
Total	910061	25844	11958215	2,84	7610,34	216,12

Fonte F Seade. Secretaria da Saúde SP; elaboração própria

Tabela 8: Município de São Paulo: Casos, óbitos, população, 2022

Anel	Casos	Óbitos	População 2022**	letalidade	casos/100mil	obitos/100mil
anel central	24186	124	381491	0,51	6339,86	32,50
anel interior	50029	282	682853	0,56	7326,47	41,30
anel intermediário	112455	638	1477313	0,57	7612,13	43,19
anel exterior	214329	1140	3503775	0,53	6117,09	32,54
anel periférico	309733	1176	5912783	0,38	5238,36	19,89
Total	796865	3535	11958215	0,44	6663,75	29,56

Fonte. F Seade. Secretaria da Saúde SP; elaboração própria

A análise das Tabelas 6,7 e 8 permite ver o aumento do número de casos por 100 mil habitantes entre 2020 e 2021. Aumentou bastante, numa proporção de mais de 60%. E o indicador de óbitos por 100 mil habitantes é mais alto nos anéis periféricos e exterior, indicando maior disseminação da doença, provavelmente por transporte coletivo e por adensamento residencial.

A letalidade, entretanto, é menor no anel periférico tanto em 2020 como em 2021. Provavelmente está mais associada à estrutura etária, e na periferia a população é mais jovem.

Em 2022 os efeitos da vacinação se fazem ver com clareza. A incidência da doença, medida em óbitos por 100 mil habitantes, continua alta, embora menor que em 2022 para aos anéis exterior e periférico e para o total da população. De outro lado, a queda da letalidade é extraordinária: de 3,13 óbitos por 100 doentes em 2020 para 0,44 óbitos por 100 caso em 2022, uma queda de 86% na letalidade. E a letalidade no anel periférico é a menor, entre os anéis, o que se traduz num menor indicador de óbitos por 100 mil habitantes: 19,89 no anel periférico e 42,30 no anel interior, o que agrega a população com maior poder aquisitivo, mas também com maior proporção de idosos.

A população de pessoas com 60 anos e mais alcançava 16,19% do total populacional no município em 2021. Esta proporção não se aloca especialmente no tecido urbano de forma uniforme. Nas favelas e na periferia a proporção é menor. A tabela 9 mostra que ,em 2021, a proporção de idosos no anel periférico era de 12,83%, enquanto que no anel interior chegava a 23,13%. Aliás, nos 3 anéis mais centrais a proporção de idosos ultrapassava 20%. Nas favelas, dados de Saraiva (2015, p 321)⁵ indicam que nas favelas pessoas com 65 anos e mais representam 2,6% da população favelada, nos “núcleos urbanizados” 3,4%, enquanto que no município como um todo, em 2010, eram 8,1%. Saraiva (2015) elaborou estas porcentagens a partir de dados de favelas da PMSP. Distritos com maior renda média tendem a apresentar maior percentual de idosos, como Alto de Pinheiros (29,19% de população com 60 anos e mais), Jardim Paulista (27,02%), Pinheiros (26,43%), Moema (26,21%). Os distritos paulistanos com menos proporção de

⁵ Saraiva, Camila *Revisitando a dinâmica social das favelas* In Marques, Eduardo A metrópole de São Paulo no século XXI. Espaços, heterogeneidade e desigualdades. S. Paulo, UNESP, 2015, p 309-336

idosos ficam na periferia: Anhanguera (9,12% de pessoas com 60 anos e mais), Jardim Ângela (9,90%), Parelheiros (10,14%) e Grajaú (10,15%).

Tabela 9 Município de São Paulo. Estrutura etária, por anel, 2021

grupo etário	central	interior	intermediário	exterior	periférico	MSP
0 a 9	10,77	10,78	10,6	12,68	14,17	12,97%
10 a 19	8,08	9,06	10,05	11,62	13,48	12,06%
20 a 29	9,68	10,13	11,85	14,30	16,66	14,74%
30 a 39	19,50	16,78	15,75	16,50	16,55	16,55%
40 a 49	18,03	16,97	16,28	15,02	14,75	15,26%
50 a 59	13,24	13,16	13,58	12,45	11,57	12,23%
60 e mais	20,70	23,13	21,88	17,42	12,83	16,19%
total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00%

Fonte F Seade; elaboração própria

No município de São Paulo havia, em 2010, distritos com grandes proporções de favelados, como Vila Andrade (49,80%), Pedreira (36,68%), Jardim Ângela (31,90%), Jaguaré (28,96%), Capão Redondo (23,89%), Grajaú (23,59%), Vila Jacuí (22,98%), Jardim S Luís (22,90%), entre outros. Ao todo, eram 28 distritos paulistanos com 10% ou mais de moradores em favelas. Trinta e um distritos tinham entre 3% e 10% de sua população favelada, enquanto 37 distritos mostravam 3% e menos de favelados. Distritos como Alto de Pinheiros, Casa Verde, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes e distritos centrais, como Santa Cecília, República, Sé, Liberdade não apresentavam favelas. Não se dispõe de dados de casos e óbitos por covid em favelas de forma específica. Assim tentou-se uma aproximação através dos distritos com maior percentual de população favelada. Infelizmente as proporções de favelados estão disponíveis apenas para 2010.

A tabela 10 mostra que não houve associação entre proporção de favelados e incidência e mortalidade por covid

Tabela 10 Município de São Paulo: Casos e óbitos por COVID 19 em distritos agrupados por proporção de favelados

distritos MSP	casos/ 100 mil			obitos por 100 mil			letalidade por 100		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
distritos com 10% e mais de população favelada	4.441,86	7.653,28	5.702,68	130,70	187,44	19,99	2,93	2,45	0,35
distritos com entre 3% e 10% de população favelada	4.521,59	6.961,31	5.433,43	152,53	233,84	27,48	3,37	3,36	3,56
distritos com menos de 3% de população favelada	5.702,68	6.669,67	7.159,42	162,40	237,31	43,47	0,35	0,53	0,61

Fonte: Censo de 2010 para percentual de favelados; Secretaria da Saúde para casos e óbitos

Percebe-se, em todos os anos, que distritos com menor percentual de favelados tiveram maior incidência da doença. Assim, os 37 distritos de favelados em 2020 mostraram 5.502,68 casos de covid por 100 mil, subindo para 6.669,67 em 2021 e para 7.159,42 em 2022. Em 2021 os distritos com mais favelados mostraram a maior incidência, com 7653,28 casos por 100 mil. A associação por casos não está clara.

De outro lado, a associação por mortalidade desenha-se com clareza: nos distritos com menos população favelada a mortalidade (óbitos por 100 mil) é maior, tanto no início como no fim da pandemia: mortalidade de 19,99 por 100 mil em 2022 para distritos com muita favela e de 43,47 por 100 mil para distritos com menos de 3% de favelados. Em Vila Andrade, por exemplo, onde existe a maior percentagem de população favelada, em 2020 a incidência era de 4103 casos por 100 mil, a mortalidade 75,95 por 100 mil, uma das menores mortalidades por distrito. Em 2021 a incidência subiu para 6831,90 e a mortalidade para 218,78 por 100 mil, maior que a municipal para o mesmo ano, de 216,12. Em 2022 a incidência continuou alta, com 6261,68 casos por 100 mil moradores, mas a mortalidade caiu para 21,36 óbitos por 100 mil.

De outro lado, em Alto de Pinheiros, com 0% de favelados, os casos perfaziam 3003,49 por 100 mil em 2020. 4454,55 por 100 mil em 2021 e 7042,74 em 2022. E a mortalidade alcançou 170,57 óbitos por 100 mil em 2022 e 46,97 mortes por 100 mil em 2022. Cifras maiores que Vila Andrade.

Em relação à letalidade, em 2020, antes da vacinação, a letalidade era mais alta nos distritos com maior proporção de favelas, ou seja, os mais pobres, embora nos

intermediários atingisse o maior valor. Nos distritos com menos favelas, onde estão os mais ricos, o acesso á equipamentos de saúde diminuiu muito da letalidade, apesar da estrutura etária envelhecida apresentar maior risco.

De qualquer forma, algumas conclusões podem ser tiradas, apesar da fragilidade dos dados:

- A maior incidência da doença se deu em 2021, embora em 2022 ainda se manteve alta
- A mortalidade também foi maior em 2021
- Na periferia, devido a estrutura etária mais jovem, a mortalidade foi menor
- A letalidade desabou em 2022, efeito vacina, em todo o tecido urbano
- Embora uma análise das condições de vida e da densidade habitacional indiquem, em princípio, uma maior incidência e mortalidade em favelas, os dados não nos permitem afirmar isto
- Não há dados específicos para favelados no MSP. Foi usada uma aproximação – proporção de favelados na população distrital de 2010.
- A associação entre estrutura etária e mortalidade se mantem. E aparentemente a idade é maior fator de risco para óbito que condições habitacionais.

3.3- PANDEMIA E FAVELA: UM ESTUDO DE CASO DE PARAISÓPOLIS-SP

Dulce Baptista e Marisa Borin

“Favela não é um local só de carência, mas também de resiliência e potência”.

Celso Athayde⁶

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco a Comunidade de Paraisópolis, no período em que o Brasil se viu frente à pandemia do Coronavírus.

Paraisópolis se encontra localizada no bairro do Morumbi, no distrito da Vila Andrade, onde estão os condomínios de alto luxo e, segundo GOHN (2010), foi o distrito que obteve maior crescimento na cidade de São Paulo, entre 1999-2000, ou seja, de 70%. Destaca-se que o distrito da Vila Andrade caracteriza-se por uma segregação socioespacial entre as zonas centrais e periféricas, onde convivem simultaneamente loteamentos de alto padrão e a favela que estão separados, às vezes, por uma rua ou apenas por um muro.

A Favela de Paraisópolis no MSP é a segunda maior favela de São Paulo, com cerca de 100 mil moradores, perdendo somente em densidade demográfica para Heliópolis, que abrange 200 mil moradores. Ocupa 1,5 milhões de metros quadrados e agrega cerca de 21 mil moradias, incluindo barracos, construções em alvenaria, sobrados e construções recentes com edificações mais sólidas.

Conforme GOHN (2010), 80% da população local é de origem nordestina, sendo que grande parte foi trabalhar na indústria de construção civil e hoje

⁶ Fundador da Central Única das Favelas (CUFA) e CEO do Projeto Favela Holding.

parte deles são faxineiros e porteiros nos Condomínios de luxo. Suas mulheres e filhas também trabalham como empregadas domésticas no bairro do Morumbi.

A Comunidade de Paraisópolis comemorou os seus 100 anos de existência em 2021, e hoje é considerada uma cidade de porte médio, que tem uma organização centrada na vida comunitária e que mostrou a sua força sócio-organizacional na pandemia da Covid 19.

Paraisópolis e o bairro do Morumbi estão localizados na zona oeste de São Paulo. Nos seus 100 anos de existência apresenta avanços e conquistas decorrentes da sua mobilização comunitária no enfrentamento às conjunturas das crises que se desencadeiam apontando para altas expectativas de futuro (BERNARDO E SANTOS, 2021).

O território de Paraisópolis tem hoje entre seus limites um dinamismo próprio. Segundo a Associação dos Moradores da Comunidade, há 14 mil estabelecimentos comerciais como mercadinhos, lojas de roupas, marcenaria, adegas e também escolas nos diversos níveis, serviços de saúde e 6 agências bancárias. Foi desenvolvido, também, um sistema próprio de transporte e entregas: “Favela Brasil Express”. As encomendas chegam na sede do projeto e são levadas até as casas dos moradores. Além disso, 21% dos seus moradores trabalham dentro da própria comunidade.⁷

Ao eleger essa Comunidade, como um estudo de caso, é intenção dar visibilidade aos tipos de ações implementadas, na dimensão do capital social e da economia criativa, frente aos impactos diante das alternativas criadas em Paraisópolis no enfrentamento à pandemia, a partir das mobilizações, redes de apoio e por organizações sócio econômicas, que têm realizado investimentos em sua área.

A partir da leitura do território, não simplesmente como um espaço vazio, mas enquanto um lugar de ação dos sujeitos que o torna matéria viva (KOGA, 2011), propõe-se levantar ferramentas e instrumentais de análise do movimento real de enfrentamento às desigualdades econômicas e sociais. Ressalta-se a importância de se conhecer o território, as relações sociais, as

⁷ Cf. Jessica Bernardo e Cléber Santos. **Folha de São Paulo, Cotidiano**, 16 de setembro de 2021.

relações de solidariedade, relações de poder e as reais condições de vida dos moradores. É no território que se mostram as desigualdades das condições de vida de seus moradores, por meio da presença/ausência de serviços públicos e da qualidade dos serviços ofertados (KOGA, 2011), aspectos esses que representam o direito à cidade e, portanto, à cidadania.

Em síntese, o estudo busca entender os modos de vida do lugar e de sua gente e a construção do social e da produção de sentidos que dão às suas vidas, por meio das redes de sociabilidade e da dinâmica dos vínculos sociais nesse histórico sócio-organizacional.

Favelas no Município de São Paulo

O espaço urbano de São Paulo é reflexo da complexa estrutura social que manifesta a segregação territorial, decorrente das formas de apropriação da terra, que têm uma lógica no desenvolvimento desigual de relações sociais na sociedade.

A favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Ela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação do capital é cada vez maior. Resulta, ainda, de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes.” (VALLADARES, 1978, p. 34)

Sem dinheiro para o aluguel, pessoas ocupam terrenos ociosos em São Paulo, buscando o acesso à moradia. Segundo o sistema de monitoramento da Prefeitura de São Paulo (2022), existem 1.739 comunidades e 397.054 domicílios na cidade. Em 2018, eram 391.043, sendo que, entre 2019 e 2022, a capital paulista ganhou 6.000 novos domicílios em favelas. ⁸

Preto Zezé, presidente nacional da Cufa (Central Única das favelas), declara:

Só lembram da favela quando é para cobrar imposto, pedir voto ou lucrar vendendo produto. Quando entenderem que, num país desigual como o Brasil, compartilhar riqueza e oportunidade com essa população não é gasto, é investimento, aí sim vamos nos tornar uma nação. No Brasil não falta dinheiro ou comida. A nossa fome não é um

⁸ Cf. Gustavo Fioratti. **Folha de São Paulo, Cotidiano**, dia 26 de junho de 2022

acidente ou um descuido, é um projeto. A concentração de renda é um projeto. (BARBON, FSP, 2021)

Políticas Públicas desencadeadas nas duas últimas décadas têm propiciado infraestrutura sanitária em parte dos assentamentos precários, já que em 98% das unidades habitacionais faveladas havia água de rede pública, 67% estavam ligadas à rede de esgoto e a coleta de lixo estava presente em quase todas as favelas municipais. Dados recentes sobre favelas relatam um retorno de casas com materiais precários, que em 2010 já tinham quase desaparecido (96% das unidades habitacionais em 2010 eram de alvenaria).

Parte-se da ideia de que o território da favela é um espaço cultural de identificação ou de pertencimento. O território é um espaço político, um jogo político, um lugar de poder, defendido, negociado, cobiçado, sonhado cuja força efetiva e simbólica é forte. É também um lugar de ritos, expressando valores e confronto de crenças.

Nesta direção, KEHL (2010) nos aponta que a favela não pode ser vista só pela perspectiva de sua miséria física, mas do ponto de vista da riqueza humana. Segundo Preto Zéze “a favela na atualidade é um ator político e econômico estratégico para o país”. (BARBON, 2021)

Hoje, mais do que nunca, o sujeito periférico toma posse de sua própria história e o território incide sobre sua formação. A periferia é um bolsão de reserva que, ao mesmo tempo em que vive a desigualdade, a violência e as contradições da sociedade, ela correlaciona forças, constrói e alimenta a cidade.

Atualmente, o direito à cidade reforça o preconizado por Henri Lefebvre (2001) e possui uma expressão política abrangente, não apenas de acesso ao espaço urbano, mas também à cultura urbana, ao uso dos equipamentos e serviços que ela oferece, garantindo a condição de cidadania política e cultural.

Segundo Milton Santos (1992), o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos conjuntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Os territórios só se efetivam quando os indivíduos constituem relações entre si, construindo campos de redes e de sociabilidades, de práxis interativas de ações, significando interação plural, multidimensional e unidade na diversidade.

Os territórios expressam conflitos, contradições, fricções, nervuras sócio políticas das cidades, das regiões, dos bairros, das ruas, das residências e das relações entre os sujeitos. As territorialidades são multidimensionais e podem revelar os circuitos das intencionalidades, das correlações de força, dos desejos e das necessidades dos sujeitos individuais e coletivos com o seu local de vivência.

As territorialidades mostram como os sujeitos experimentam o mundo e como atribuem significados a partir das práticas sociais nos seus lugares de vida. É uma construção onde as relações sociais são formatadas espacialmente.

Dessa forma, a relação inseparável apontada por Milton Santos (1992) entre território e sujeitos, ou território e população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas e pelos moradores de um lugar.

A apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando significados em torno dessa apropriação cotidiana. Neste sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, controlar, fazer uso do espaço, da terra e do território.

A territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território, pois as territorialidades são vividas e experimentadas a partir do convívio, da resistência e da existência da metrópole. É assim, que se pode identificar e compreender os significados mais profundos das relações sociais, da história social, das mudanças, levando-se em consideração e incorporando-se a diversidade de perspectivas e pontos de vista que compõem a trama das vivências e que produzem o espaço.

E, ainda, território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma concreta nas manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas e outros.

Em São Paulo, as favelas constituem entre, muitos outros, espaços representativos de vulnerabilidade social. O indicador de vulnerabilidade não se limita a considerar apenas as condições de infraestrutura e de privação de renda, mas também características individuais e familiares, ou seja, tipos de arranjos familiares, acesso à moradia, condições de saúde, acesso a serviços médicos e ao sistema escolar, formas de inserção no mercado de trabalho, ausência de garantias legais, enfim, exposições a situações e riscos de toda ordem, em que as pessoas se

tornam incapazes de conduzir sua própria vida, intensificadas pela falta de políticas públicas.

Dessa forma, tem-se como hipótese deste trabalho que a mortalidade dos favelados na pandemia está ligada à falta de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, obrigando esta parcela populacional ao não isolamento pela necessidade de trabalho diário, em grande parte de na condição informal, expondo-se ao transporte público lotado, deficiente e, sem dúvida, também em função do adensamento populacional em seu território, além da situação de desemprego.

Entretanto, como aqui se demonstra, no caso de Paraisópolis, uma série de ações solidárias, como a vigilância epidemiológica com isolamento dos doentes, dentre muitas outras, pôde funcionar na pandemia, mesmo em condições de vida e moradia não ideais.

Pandemia e Favela

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a COVID-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, torna-se uma pandemia.

No Brasil, a doença se propagou rapidamente por todo o país, tornando difícil o seu controle. Sua elevada transmissibilidade gerou internações e mortes continuadas até os dias de hoje, com quase 700 mil óbitos.

A pandemia da COVID-19 potencializou as fragilidades estruturais de nosso país, principalmente dos grupos mais vulneráveis, cujas condições de vida e de saúde são muito precárias, especialmente para a população residente nas periferias dos grandes centros urbanos, entre elas os que vivem em favelas.

A favela é terreno fértil para o espalhamento de vírus respiratório. A densidade média é alta, a saber, de 297,45 hab/ha, quando comparada à média do município de São Paulo (82 hab/ha). No centro expandido da cidade de São Paulo, as favelas e habitações precárias são ainda mais densas, chegando a 913 hab/ha em 2010. O número de pessoas por domicílio é também superior à média do município como um todo, atingindo 4 pessoas por domicílio no ano 2000, mas caindo para 3,62 em 2010 (IBGE, 2000, 2010).

A população mais vulnerável da cidade, não só a que vive em favela, viveu momentos desafiadores na Pandemia.

A Pandemia jogou luz também sobre a desigualdade de gênero, raça, território, emprego e ausência de políticas públicas. O Instituto Locomotiva⁹ diz que é a renda que define o grupo de risco da Covid.

Ricardo Antunes, analisando o Capitalismo Pandêmico, diz que, com o coronavírus, o trabalho está sob fogo cruzado (2022, p.15)

O capitalismo torna-se pandêmico, desenvolve um sistema de metabolismo antisocial, cuja sua normalidade é a destrutividade, pois leva uma maior letalidade à população mais vulnerável das periferias, favelas, com negros, indígenas, migrantes, envolvendo as relações de classe, gênero, raça e etnia.

A tragédia maior está dentre os que precisam do trabalho cotidiano para sobreviver no sistema de metabolismo anti social do capital que é autofágico, sem limites, sempre em busca de produção e de mais capital, expansão e reprodução via o tripé capital, trabalho assalariado e Estado.

Existe a redução sempre crescente do tempo de vida útil das mercadorias, levando a sua reprodução independente das verdadeiras necessidades humanas voltadas para o uso.

Apresenta a virulência e letalidade no seu modo de ser e se reproduzir com “devastação dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro” (MARX, apud ANTUNES, 2022)

O avanço informacional digital da tecnologia da comunicação e informação (TIC) comanda hoje as relações capitalistas, levando à uberização do trabalho com informalidade, descarte, precarização ilimitada, desemprego estrutural, trabalhos intermitentes, acidentes, assédios, morte e suicídios. É o que Antunes define como “a pandemia do capital e o (des)valor do trabalho”(2022, p.21)”.

Como na pandemia é possível ficarem em isolamento os desempregados, informais, intermitentes, uberizados? E as crianças pobres em idade escolar sem merenda e acesso às aulas virtuais ?

A classe trabalhadora se viu sob “fogo cruzado” na luta para conseguir sobreviver nesse momento, com a expansão de trabalhadores da plataforma digital e aplicativos. Foi o sair do desemprego para a uberização do trabalho, a nova modalidade de servidão excluída dos direitos sociais.

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=ij2cXjXVc94>

Antunes diz que se deve criar um novo modo de vida diante desse mundo letal, voltado para preservação da vida pois tudo que parece sólido pode fenecer.

O desafio foi grande diante da crise estrutural da pandemia com a Covid, desencadeadora de alta mortalidade, desalento, desemprego, migrações, fome e desigualdade. Faz-se necessário inventar um outro “Sistema de metabolismo social do capital” com decrescimento, bem viver e espírito comunal. “A pandemia do capital tornou a invenção de um novo modo de vida, o imperativo maior do nosso tempo”. (ANTUNES, 2022, p.32)

Como fazer *lockdown* se a maioria da população estava já desempregada/ou na informalidade?

É uma falácia, uma empulhação ideológica colocar saídas em novos empresários ou empreendedores em comunidades que se encontram em abissal contradição com a miserabilidade do seu povo.

Na Pandemia, a uberização e o capitalismo financeiro controlam, com uso intenso das TIC, a imensa força de trabalho sobrando, ávida de qualquer trabalho remunerado, e que se transforma em “autônomos”, “empreendedores”, para daí excluí-los da legislação social protetora do trabalho. Antunes diz que a plataforma digital é uma metamorfose nas relações de trabalho, ou seja, representa ser um golpe de mestre na implementação da alternativa do trabalho uberizado que com a pandemia se fortaleceu, procurou desenvolver novos laboratórios de experimentação do trabalho, enfraquecendo os sindicatos e movimentos de classe, colocando em prática jornadas mais extenuantes com simbiose entre trabalho intermitente e escravidão digital, desigual divisão sócio sexual, racial e étnica do trabalho em uma nova autocracia do capital, resultando um “Sistema de metabolismo antissocial do capital”. Este tem sido destrutivo e letal para o trabalhador, meio ambiente e natureza, dificultando as diferentes formas de luta pela igualdade substantiva entre gêneros (liberação das mulheres), raças, etnias, liberdade sexual e efetiva emancipação social.

No entanto, as relações sociais na favela buscaram preservar e reinventar um novo modo de vida a começar pelo trabalho (atividade humana mais vital e sem a qual a humanidade não sobrevive), colocando em prática trabalhos socialmente úteis e necessários e que canalizassem as atividades laborativas para a produção de bens socialmente úteis e não só de mercadorias, reinventando um novo modo de produção para além do capital e com “igualdade substantiva”.

Nesse momento pandêmico, a potência das favela e das periferias representou uma força comunitária, mostrando como as doações e mobilizações puderam chegar aos necessitados da favela. Houve a mobilização de ONGs diante da ausência do Estado, o que representou uma grande experiência, a de agir de dentro para fora e de fora para dentro. Parcerias estratégicas foram celebradas. A população teve que se organizar e a força da favela emergiu para fazer frente à Pandemia.

Um passo de qualidade foi dado diante dessa realidade, com diálogo e pontes entre diferentes realidades: a sociedade civil, ONGs, Fundações, Institutos e Empresas foram ao encontro das necessidades imediatas dos mais vulneráveis e responderam com doações, chegando o apoio onde deveria chegar com a mediação e logística da Central Única das Favelas- CUFA. A favela teve que se redesenhar junto com as doações, trabalho conjunto etc.

O momento sinalizou uma nova articulação das políticas públicas, cujo desafio foi continuar com as doações e direcionar ações para atuar nas comunidades que assumem o protagonismo no seu espaço.

Atores sociais na música, na arte, das diversas etnias, branca, preta e parda, juntamente com as mães da favela, as associações locais, vêm construindo um novo cenário causando impactos positivos na qualidade de vida local.

Músicos envolvidos no movimento dizem que a música deve levar soluções a tempos insanos; a força da fé, esperança e positividade na canção, motivada com a mobilização do que vem da favela, se junta com a mobilização e ação que vem do asfalto. Música traz a reflexão do que é estar na favela, refrão, Orixás, força e fé...

Marlova, da Unesco, em 2022¹⁰, diz:

Pesquisa demonstra que a desigualdade se mostra de modo abissal, de gênero, racial, espacial. A pandemia escancarou a desigualdade abissal da sociedade. Ampliar o conhecimento acerca da favela, e dizer que não pode ser assim. Não compartilhar com a realidade abissal. Trazer a luz sobre a realidade.

¹⁰ Nega Gizza, Renato Meireles, Celso Athayde, Neca Setubal, Karol Conka, Dudu Nobre, Mariana Ximenes, Raul Santiago e Unesco com Marlova Noletto. **Debate sobre a realidade das favelas diante da Covid 19.** In...www.youtube.com/watch?v=ij2cXjXVc94

É o Brasil dividido, com política pública que não fornece auxílio. Falta água, saúde, educação e as políticas públicas são ausentes nesse País, chamado favela. Na Covid o vírus mostra que não é democrático e há um aumento do fosso de desigualdade.

Maiarana Ximenes que liderou na CUFA por 12 anos um projeto de educação com teatro, distribuição de livros na favela, levando a sua experiência para favela, diz: “Políticas públicas não vieram do governo, mas das redes da sociedade civil. O asfalto precisa aprender nas favelas”.

A COVID em Paraisópolis

Durante a Pandemia, a Associação dos Moradores de Paraisópolis se mobilizou e se organizou em várias frentes de atuação, como a campanha de doação de cestas básicas, na tentativa de minimizar o aumento da fome. A distribuição de comida contou com a ajuda dos chamados “Presidentes de Rua”, voluntários que assumiram a função de monitorar e atender os casos de Covid (a cada 50 casas), além de ajudarem na entrega de marmitas, cestas básicas e outros serviços.

A Comunidade de Paraisópolis integrada ao G10 Favelas e Central Única de Favelas - CUFA, grupos que reúnem lideranças de comunidades do Brasil, abriu um financiamento coletivo para arrecadar doações e custear a contratação de uma ambulância para os moradores de Paraisópolis. Durante quase um ano, entre março de 2020 e fevereiro de 2022, a União dos Moradores da Favela manteve ambulâncias privadas para socorrer quem apresentasse sintomas de Coronavírus.¹¹

A organização “Mãos de Maria” da favela desencadeou cozinhas comunitárias e distribuição de alimento a 5.000 famílias. A importância da ação comunitária local no combate real ao Corona Vírus, diante da não execução das políticas públicas foi o que desencadeou o necessário enfrentamento à Pandemia. A grande atuação da CUFA, G10, os artistas e outros demais parceiros responderam às necessidades da comunidade no enfrentamento à Pandemia. Experiência na CUFA foi inédita na política de inclusão e pensamentos plurais.

Uma moradora diz:

Na pandemia fui mandada embora do trabalho e a CUFA foi a luz para a nossa vida. A favela foi acordada e a favela ajudando a si própria viu a força que tem.

¹¹ Cf. Jessica Bernardo. **Folha de São Paulo, Cotidiano**, 15 de janeiro de 2022.

A favela sempre teve tendência e se dividir em grupos sociais distintos; na Pandemia muitas famílias não conseguiram se organizar e depender do trabalho que tinham e cujo fluxo foi interrompido. Os direitos sociais a serem garantidos por lei são inexistentes e, então, a solidariedade na favela foi muito importante.

Um morador declarou:

Você tem e o vizinho não tem. As vezes quando você batia em uma porta com uma cesta básica, quem abria começava a chorar.

Outro morador diz:

Houve uma desburocratização do atendimento... chegamos juntos rápido, sem deixar continuar a se reproduzir a fome, a desigualdade...

Na favela, em relação às crianças e educação, há baixa escolaridade. A mulher/mãe tem o olhar do cuidado. O ensino remoto não chega ao aluno da escola pública. A TV aberta teve mais alcance. Mas a aula virtual no celular é difícil e a internet é de baixa qualidade – e tal qualidade deveria ser um direito para todos. Focalizar o ensino na escola para essas crianças em que o fosso da desigualdade educacional já existia, tornou-se ainda maior premência. As pessoas tiveram que se conectar para se fortalecer e a mãe teve um papel enorme. Declaram: “As mães estão sendo sobrecarregadas; na divisão das tarefas pesa para a mulher”.

Os depoimentos colhidos foram muitos: Giselle (Negra Gizza), liderança da Ação das Mães da Favela, declara:

As mães não conseguem administrar o estudo dos filhos. Não são pedagogas e não estão preparadas para auxiliar no ensino aos filhos, as crianças ficam assustadas com as notícias da TV, as contas/despesas aumentam na pandemia, há necessidade de mais comida em casa na pandemia, as crianças não podem sair e brincar, há pouco espaço para muita gente e, sem ventilação, ainda mais com o ventilador quebrado e sem dinheiro para consertar. A sanidade mental é abalada, a cabeça é destruída, não podem dar solução e as mães atuam. Se têm o dinheiro na mão ajudam a atender as famílias diante de uma necessidade imediata.

A desigualdade é grande e o privilégio do branco é sempre maior e teve que se iniciar com atitudes que mudassem essa realidade, aprendendo a olhar para os lados. “Como posso contribuir”...

Renato Meireles (2014. p.) diz:.

É na favela que se tem o saber. É sentir a dor do próximo, estar lado a lado...Escutem a voz das favelas. Favela não deve ser objeto de estudo mas a protagonista.

No seu estudo, Meirelles foi em busca de dados quantitativos e qualitativos obtidos nas favelas, para ter credibilidade nos debates com a sociedade, por meio da parceria da Data Favela com a Locomotiva, evidenciando a realidade e a desigualdade existente. “Furar a bolha é usar os espaços para divulgar os dados pesquisados e defender o direito da igualdade”.

Redes Sociais de Solidariedade no Contexto da Pandemia

Paraisópolis viveu novos modos de vida no decorrer da Pandemia. Diante dos desafios sofridos nessa fase, para sobreviver conseguiu se reinventar.

Celso Atayde, fundador da Central Única de Favelas (CUFA), afirma:

“ Na favela se seu vizinho tem comida
você não passa fome”.

A favela mostrou à sociedade que possui capital social, capacidade empreendedora e, diante do desafio pandêmico, por meio da mobilização social e comunitária dos seus moradores, desencadeou uma ação criativa nos moldes da economia solidária.

Foi desencadeada no espaço da favela, diante da Covid, com atuação da CUFA, Gerando Falcões e G10, o “Movimento Panela Cheia Salva,” lançando uma campanha emergencial de doações e transferências de renda – do Governo, de empresas e da comunidade em geral - para fazer frente à Pandemia. Nesse processo houve o protagonismo dos próprios moradores que buscam a utopia do direito e da justiça.

Na favela há muita pobreza, mas também nela se gera riqueza. Na comunidade de Paraisópolis se produz moda, música, culinária, arte funk, comércio, serviços, empregos, entre outros, mas também violência.

“A favela hoje é o lugar onde o Estado não se instalou e, talvez por isso, passou a não ser mais tutelada, domesticada” (Meirelles, 2014, p. 14.). Tem protagonismo próprio assumido pelo ator social que ocupa o seu espaço e celebra parcerias e alianças com outros atores sociais. Vive um novo momento de abertura, maturidade, liberdade, solidariedade, criatividade e invenção e constrói espaços de diversidade.

A pandemia viabilizou essa metamorfose rompendo a lógica de dominação e aí se buscou estabelecer lugares mais dignos para os pretos e pobres, celebrando enfrentamentos diante da clara política de segregação existente nas comunidades vulnerabilizadas. (Meirelles, 2014, p.25.) Nesse novo contexto, a economia dentro da favela se intensifica, até o mercado imobiliário se aquece e uma casa na favela pode custar 200 mil reais.

Deu-se a criação dos negócios legais, como também os não formais. Desencadeia-se a implementação de comércio próprio, a renda aumenta, cria-se moda, abrem-se institutos de beleza, surgem academias de ginástica, o dinheiro circula com abertura de Bancos e há maior consumo de eletrodoméstico, arte, música e novas tecnologias.

A dinamização da economia na comunidade pode oferecer o turismo no morro, Hostel na Favela, comércio de alimentos, eventos musicais e gastronômicos, *fast-food* e cuidados ambientais, fazendo o dinheiro se multiplicar localmente.

Há capital social, pois devido à necessidade “o povo aprende a se virar” e abrir negócios criativos.

Os Bancos Comunitários e Populares viabilizaram crédito para pequenos empreendimentos¹² com incubação de novos negócios, protagonizados por ONGs, com o apoio do SEBRAE, oferecendo abertura de projetos como o carteiro amigo, viagens turísticas “Vai voando” e outros pequenos negócios. MEI(s) e novas fontes de oportunidades fazem crescer a sociedade do consumo em que a favela reinventa-se, pulsando economicamente. De problema social e moradia vulnerabilizada para muita gente, passa a ser fonte de oportunidades fora da centralidade urbana. (MEIRELLES, 2014).

Na favela há um mundo de oportunidades, é um celeiro de inovações que podem ser implantadas, mas que, por outro lado, segundo Celso Atayde (CEO do

¹² Ricardo Antunes adverte sobre o discurso ideológico do empreendedorismo dizendo que funciona como falácia, empulhação ideológica os “novos empresários”...(problematizar a questão – ver no site do Observatório das Metrópoles o debate...) A solidariedade é utilitarista, ou associativista, ou de valores, transformadora ou subordinada ao capitalismo? Compete com o mercado? É funcional ao mercado ou é transformadora? Como fortalecer esse eixo em um subsistema? Há diversidade de práticas solidárias... Secretaria Nacional de Economia Solidária -SENAES; Pode estar voltada para a desmercantilização da vida? Está na esfera mercantil ou na esfera pública de trocas recíprocas?

Projeto Favela Holding)¹³, “é preciso dialogar com a linguagem certa, pois a favela não quer ser catequizada, ela quer a melhor versão de si mesma”.

Na favela existem acessos ao ensino fundamental médio e técnico, este último pela ETEC de Paraisópolis. Os jovens ingressam nas universidades, via cotas, PROUNI, FIES e ENEM. O IDH da favela vem crescendo e no seu espaço se promovem eventos culturais, como os Saraus, na Cooperativa Cultural da Periferia, a COOPERIFA, o Cinema na Lage, a Chuva de Livros, Sarau nas Escolas, conforme Vaz (apud Meirelle, 2014.). Vaz diz: “Nas bordas da cidade, o artista tem que ser ativista. Sua arte mistura educação e entretenimento, tem luta, sangue e suor”.

Desse modo, arte, grafite, educação, entretenimento, eventos, shows, funk, basquete de rua, produção e feira de alimentos orgânicos, justos e saudáveis pipocam em Paraisópolis. A favela se transforma em reduto de veículos automotores, vivência viva da cultura e sociabilidade, também em espaços como o Céu de Paraisópolis que oferece à comunidade um rol de cultura, esportes, lazer e serviços. Nos eventos de rua há roda de samba, bares, o Pancadão nos finais de semana, atraindo a população de várias localidades de São Paulo que adentram na madrugada.

Aí são celebrados eventos que “dependem de autorização da polícia e também dos líderes do tráfico. Afinal, de maneira silenciosa, as organizações criminosas seguem presentes nas comunidades”.¹⁴ (...) “A favela se reinventa, empurra o novo – inexoravelmente- para o resto da cidade. Ela ensina e aprende (MEIRELLES, 2014, p.114, 116).

Segue fala de moradora de Paraisópolis in Meirelles, 2014, p. 159 – 160:

¹³ O Projeto Favela Holding foi criado no dia 20 de fevereiro de 2013, por Celso Athayde, fundador da Central Única de Favela (CUFA) . O projeto surge a partir do reconhecimento da necessidade de se mudar a raiz econômica das Comunidades, que normalmente têm como base a economia informal, que são, por exemplo, os vendedores ambulantes,. O projeto vem da necessidade de se manter uma revolução social, na esfera econômica, gerando capital nas Comunidades, formando-se empreendedores e dando maiores chances de que haja mais empregos para o local.

¹⁴ A violência está presente na favela cometida pelos aparatos policiais e pelas milícias que continuam ativas em Paraisópolis mas adotaram outros métodos de ação, com mais discrição, haja vista o olhar da cidadania dos seus moradores.

A vinda dos bancos e das Casas Bahia para cá mudou a imagem da comunidade. O pessoal dos Jardins, Moema, Vila Mariana, dos locais onde eu trabalhava, pensava que só vivia bicho aqui, gente carente. Perguntavam: Você não tem medo de morar lá, não? Esse comércio, mais a urbanização, trazem uma melhoria. Aqui não é mais uma comunidade perigosa. (...) Assiste-se hoje a um *boom* imobiliário. Hoje tem casa custando até 200 mil aqui em Paraisópolis.

A diversidade do empreendedorismo é intensa: Rádio Local, Associação de Moradores, ONGs locais, Mãos de Maria, Hortas Comunitárias, Marmitas, STARTUP faz serviços de entrega em Paraisópolis com o sentido de se reinventar na Pandemia. A Empresa Favela Brasil Express oferece ao morador que faz compra pela internet a intermediação da Empresa na entrega, haja vista a ausência de CEP e o endereçamento sem sequência de números corretos dentro da favela, o que impede o uso do Correio. Foram criados o Unicórnio das Favelas, a Bolsa de Valores das Favelas e a Vila de Natal por ocasião das festas de final de ano.

Está presente na luta cotidiana a resiliência, com as redes de solidariedade. Um exemplo dessa mobilização é a criação, não existente antes da Pandemia, do Vale-Mãe para todas as mães da favela. Elas se reuniram e re-dividiram entre elas a cota recebida.

Na favela a crise não é exceção; é a regra cotidiana; daí a solidariedade e a criatividade.

Se a favela necessita urgentemente das facilidades e dos engenhos do asfalto, não nos parece incorreto afirmar que o asfalto, muitas vezes afogado em interesses mesquinhos, precisa importar saberes e valores da favela. Se o país dos brasileiros pretende ser justo e melhor, convém valorizar o lugar da favela, convém estimular o espírito da sua arquitetura (Meirelles, 2014, p.165).

A Pandemia (2021-2022) demonstrou essa realidade à sociedade brasileira!!

Considerações Finais

Segundo o IBGE, o total de favelas no Brasil mais que dobrou na última década, saltando de 6.329 para 13.151. Com maior desemprego e a queda da renda, moradores de padrão urbanístico irregular e sem saneamento básico eram 5,1 milhões em 2019, dado este recente. O número é mais um reflexo do aumento da pobreza no país.

Em valores mensais em 2021, a linha da pobreza nas metrópoles brasileiras é de cerca de R\$465,00 per capita e, no mesmo ano, a linha de extrema pobreza é de C\$160,00 ¹⁵

Em São Paulo, o número de pobres quase dobrou de 2014 para 2021, passando de cerca de 2 milhões para 3,9 milhões. A taxa de pobreza na região metropolitana pulou de 9,5 % para 17,8% no mesmo intervalo. Já o grupo em pobreza extrema em São Paulo saltou de 381,4 mil em 2014, para 1,03 milhão em 2021. A taxa aumentou de 1,8% para 4,7% da população total. ¹⁶

Por sua vez, o ano de 2022 marca o retrocesso alimentar no Brasil ao mesmo patamar de quase 30 anos atrás. Atualmente, 33 milhões de pessoas passam fome no país. ¹⁷.

Nas favelas e fora dela, ou seja, na sociedade como um todo, temos desigualdades históricas em nosso país, que nunca foram resolvidas nas relações rural e urbana, nas questões de gênero, de cor, de raça e de escolaridade, entre outras. Essas desigualdades se reproduzem na Pandemia agravando a questão da fome.

Vive-se uma instabilidade econômica e social, que foi afetada pela Pandemia e que atingiu uma parcela expressiva da população, que já se encontrava em uma condição desfavorável.

Segundo consultor da ONG Internacional ActionAid¹⁸, três das principais causas do aumento da fome no país são o empobrecimento da população, o desmonte das políticas sociais e de abastecimento e a crise climática.

O referido consultor ainda nos diz que: “tivemos uma elevação muito forte do desemprego e um processo de precarização do trabalho, com o crescimento da informalidade. Soma-se à perda de renda a inflação dos alimentos”. (Mena, 2022).

¹⁵ Fonte : 9º Boletim Desigualdade nas Metrópoles, a partir de dados do IBGE .

¹⁶ In. Leonardo Vieceli. **Folha de São Paulo, Mercado**, 9 de agosto de 2022.

¹⁷ Cf. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid 19 no Brasil, 2021-2022), realizado pela Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional).

¹⁸ . In: Fernanda Mena. **Folha de São Paulo, Cotidiano**, 8 de junho de 2022.

Diante deste cenário, vale dizer que a cidade de São Paulo, embora vivendo um momento especial em sua história, com a coexistência de crises econômicas, sociais e pandêmicas, cria sujeitos periféricos, que vêm protagonizando um novo ciclo de lutas urbanas, sendo nas favelas e para elas que esses sujeitos emergem, com muita força e criatividade, para combater a pobreza e promover a inclusão social, de uma população que historicamente produz riqueza com seu trabalho, mas é alijada da mesma, na maior cidade do país.

A Comunidade de Paraisópolis foi, na Pandemia, um exemplo de solidariedade e tem sido um caso especial de luta no combate à pobreza, juntamente com ONGs, Institutos, Fundações, Empresas e Associações, que acreditam no potencial das favelas e de seus moradores.

Preto Zezé, diz: “A gente não pode aceitar mais que a favela seja vista como aquele grande safári ou laboratório, e os favelados como camundongos que vão ser pesquisados. Ao mesmo tempo, temos que qualificar para fazer o “*translation*” do favelês para a linguagem do homem branco do asfalto”. (BARBON, FSP, 2021).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BARBON, Júlia. Entrevista Preto Zezé. In: **Folha de São Paulo, Cotidiano**, 4 de novembro de 2021.
- BERNARDO, Jéssica e SANTOS, Cléber. In: **Folha de São Paulo, Cotidiano**, 16 de setembro de 2021.
- BIIL, MV. ATHAYDE, Celso. Documentário. **Falcão- Mulheres e o tráfico**. Objetiva, 2007
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DATA Favela. datafavela.com.br. **Radiografia das favelas Brasileiras**. 2013
- GOHN, Maria da Glória. Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo. In: **Caderno CRH, Salvador, v.23, nº59**, p.267-281, 2010.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- KEHL, Luis. **Breve história das favelas**. São Paulo: Editora Claridade, 2010. MEIRELLES, LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001
- MENA, Ferananda. **Folha de São Paulo, Cotidiano**, 8 de junho de 2022.

Renato. ATHAIDE, Celso. **Um país chamado favela-** a maior pesquisa feita sobre a favela brasileira. 3 ed. São Paulo: Editora Gente, 2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1992.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZEZÉ, Preto. **Selva de Pedra – a fortaleza noiada.** Expressão Gráfica, 2013

3.4.PANDEMIA E VIDAS NAS RUAS EM SÃO PAULO

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi¹⁹
Marisa do Espírito Santo Borin²⁰

RESUMO:

A pandemia da COVID-19 escancarou muitas realidades vivenciadas por aqueles que experimentam cotidianamente situações de extrema vulnerabilidade e risco, como a população em situação de rua. Com o objetivo de compreender os impactos desse período na atenção dada à situação de rua pelo Sistema Único de Assistência Social, o capítulo traz a sistematização de levantamento de percepções a partir de grupo focal para escuta das lideranças do movimento da população em situação de rua de diferentes estados brasileiros, aplicação de formulário eletrônico junto aos profissionais do SUAS e analisou as bases de dados do “Plano de Ação” promovido pelo Ministério da Cidadania (Portaria nº 369/GM/MC/2020), com suporte dado pela série histórica do Censo SUAS. Disto resulta que, em um olhar mais geral para as ofertas socioassistenciais, tem-se a rede instalada com capacidade de atendimento já comprometida para atender as exigências da pandemia, o que se soma a manutenção das condições de acesso em processo de desmonte pela precarização. Assim, ainda que se reconheça o importante papel de proteção à vida que esse modelo de atendimento promove e promoveu, o flagrante estado de inadequação reforça a percepção de urgência no reordenamento dessas ofertas e o reclame dos beneficiários sobre a ausência de privacidade, de elevado grau de tutela etc. Disto conclui-se que a política urbana mais efetiva para os sujeitos nas ruas tem sido a da segurança pública violenta e arquitetura hostil, se tratando de um sistema de dominação do uso e ocupação do solo urbano, com vistas à higienização

¹⁹ Doutora em Sociologia (PUC-SP), Mestre em Urbanismo (FAU-USP), graduada em Ciências Sociais (PUC-SP). Coordenadora do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS-SP). Pesquisadora do Núcleo São Paulo do INTC Observatório das Metrópoles e da Rede Brasileira de Pesquisadores da Situação de Rua.

²⁰ Doutora e Mestre em Ciências Sociais (PUC-SP) e Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (PUC-SP). Pesquisadora do Núcleo São Paulo do INTC Observatório das Metrópoles e da Rede Brasileira de Pesquisadores da Situação de Rua.

dos espaços da cidade, violando direitos, entre eles à moradia e à cidade. Nessa lógica, as políticas habitacionais e as de acolhimento socioassistencial, perversamente, operam e reforçam a segregação e o sequestro dos corpos.

INTRODUÇÃO

Com a pandemia da COVID-19, as condições de vida dos grupos mais vulneráveis de nosso país foram expostas, especialmente dos que residem nas ruas dos grandes centros urbanos, que emergem como um dos principais protagonistas da vida social em condições de extrema privação. A emergência sanitária deixou exposta também a face política do desmonte da seguridade social em curso, uma vez que as políticas de assistência social do SUAS foram subjugadas e descaracterizadas das suas funções protetiva e defesa de direitos.

Tem como característica central, conforme Decreto Nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a “inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. Assim, destaca-se para este segmento populacional a severa dificuldade em garantir o distanciamento social e o acesso a insumos para a sobrevivência e a itens para higiene, pela paralisação dos comércios, do fluxo convencional de pessoas nas ruas e do funcionamento dos estabelecimentos e serviços de alimentação, fragilizando a segurança alimentar, a geração renda e acesso aos recursos da sobrevivência dessa população.

Em 2019, segundo censo realizado na cidade de São Paulo, foram contadas 24.344 pessoas em situação de rua e em 2021 foram identificadas 31.884 vivendo nas ruas ou acolhidos em serviços socioassistenciais (QUALITEST/SMADS, 2021). Representando uma taxa geométrica de crescimento de 14,4% ao ano entre 2019 e 2021, sendo que entre 2015 e 2019 essa taxa era de 13,9%a.a. e de 2009 para 2015 era de 2,6%a.a.

Tabela 1 –Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, por Rua e Acolhido, entre 2000 e 2021

Período	Rua	Acolhidos	Total da População em Situação de Rua
2000 e 2009	3,1	7,5	5,1
2009 e 2015	1,8	3,2	2,6
2015 e 2019	16,9	11,0	13,9

2019 e 2021	23,2	4,1	14,4
-------------	------	-----	------

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS), e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2000, 2009 e 2015; e Escola de Sociologia e Política, em 2011; e Qualitest Inteligência em Pesquisa (QUALITEST) em 2019 e 2021.

A pesquisa censitária, em sua fase amostral, revelou também, um aumento de pessoas vivendo nas ruas pela pandemia, sendo os principais fatores, o desemprego, a insegurança habitacional (dificuldade em pagar aluguel), entre outros. Contudo, é fundamental apontar que a crise econômica é o principal fator, fortemente sentida no Brasil a partir dos anos de 2014 e agravada pela pandemia.

Segundo a teoria sociológica de Bourdieu as relações de poder na sociedade se dão tanto pela condição social como pela posição dentro de um dado segmento. Isso significa entender que a vida dos sujeitos é marcada pela hierarquia e distância, tanto entre segmentos sociais diversos como entre os sujeitos dentro de um mesmo segmento.

O fenômeno da população em situação de rua é um subproduto das relações de classe e de poder no capitalismo. Por isso, vê-se a expressão dessa desigualdade nos mais variados centros urbanos pelo mundo. As condições materiais, o acesso aos direitos, as possibilidades de participação, de voz e vez, etc., definem essas condições de existência. O próprio sistema e a estrutura de classes estabelecem as formas de sobrevivência, sendo uma delas a situação de rua. Neste caso, a ausência de moradia regular, de um emprego estável, com rendimento insuficiente, são exemplos da condição social que se somam às dificuldades de manter os laços familiares, manutenção da saúde mental e por decorrência a dependência ou uso abusivo de substâncias psicoativas, o acesso a serviços etc.

envolve o conhecimento acumulado de recursos da sobrevivência (pontos de concentração, feiras de rolo, pontos de distribuição de alimentação etc.) que vão definir a sua capacidade de resistir à institucionalização (Lanfranchi, 2022).

A rua traduz-se também em potencialidade, pois segundo Frangella (2016):

Habitar as ruas, fazendo delas o seu lugar de trabalho, de moradia e de sociabilidade, significa contrapor-se à ideologização da cidade contemporânea, ameaçados física e simbolicamente por serem vistos “fora do lugar”, constituindo novas e moventes territorialidades nas ruas, e criando um duplo movimento de exclusão e vivência nômade.

A situação de rua dentro da dimensão do território, a partir de uma análise do ponto de permanência ou concentração, possibilita a compreensão do território urbano como espaço privilegiado para caracterizar os capitais sociais, simbólicos e monetários - pontos e áreas para renda, moradia, socialização etc. –, como *locus* estratégico de análise da situação de rua inserida na dinâmica geral da cidade e dos movimentos do capital. Segundo Milton Santos

[...] certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenha validade para a maioria das pessoas, pois o acesso efetivo os bens e serviços distribuídos conforme hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico (SANTOS, 2014, p.11).

É a partir desta perspectiva que se busca compreender as territorialidades da situação de rua dentro do debate urbano e alinhado à crítica das políticas habitacionais de interesse social, hoje focadas na noção de propriedade e distantes da lógica de serviço público. Partindo do entendimento de que o lugar significa acesso, ao mesmo tempo mobilidade urbana e social, é que se faz a presente proposta de compreender os impactos da Covid-19 nas vivências da situação de rua.

Histórico das Pesquisas e Ofertas voltadas para a População em Situação de Rua

Cabe aqui um importante destaque para o acúmulo de conhecimento, metodologia e visibilidade que vem sendo dada à população em situação de rua no município de São Paulo, através da realização de Censos e de pesquisas de perfil amostral, que já somam mais de 20 anos (Ferreirinho e Lanfranchi, 2020).

Em resumo, as pesquisas dos anos 1990, realizadas pelos servidores e limitadas ao centro tradicional, levaram à necessidade de se pensar novas formas

de acolhimento (criticando o modelo CETREM, que até uniforme tinha, com arquitetura típica de presídio). Depois nos anos 2000, adotando metodologia hoje exportada para outros territórios nacionais, tem-se como impacto os subsídios para o debate e construção dos padrões de oferta, incluindo a dimensão da aquisição dos usuários. O exemplo emblemático disso é o projeto Oficina Boraceia de 2002 focado no catador, espaço para cachorros, carroças etc. Também os espaços de convívio e acolhimento com trabalhos voltados ao estímulo à formação de lideranças políticas.

A pesquisa de 2003 permitiu a consolidação da Norma Técnica com padrões de ofertas, passando a incluir o processo de concorrência pública, hoje presente no território nacional, na forma do MIROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que regula a relação de parceria). Também servindo de referência para a construção nacional de Tipificação de Serviços Socioassistenciais.

Em 2005 a pesquisa de avaliação dos “Albergues” ocorreu ao mesmo tempo em que se observa uma atuação quase totalmente focada no acolhimento do tipo “casa de passagem”. É aqui que se pode dizer que nasce uma atuação socioassistencial que se resume na vaga, como um fim em si mesmo, quando na verdade deveria ser o começo de um processo de experimentação e conquista dos direitos.

A pesquisa de 2007 focada na criança e adolescente em situação de rua, permitiu a construção de um fluxo integrado de atendimento entre serviços de proteção social média e básica, bem como com o benefício PETI. Constituinte um sistema de trabalho em rede de um conjunto de ações intersecretariais com foco na proteção à infância.

Em 2009 há um contexto de disputa política por visibilidade e reconhecimento, marcado pelo 1º Encontro Nacional que resultou, felizmente, no Censo Nacional e na Política Nacional. Também com a construção de um formulário específico para esse segmento para inserção no Cadastro Único de Assistência Social (CadÚnico) e seus benefícios. Já em âmbito municipal, resultou no alinhamento da tipificação municipal à luz da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (ineditismo com alinhamento entre padrões de ofertas, de custo e de indicadores e metas de monitoramento e avaliação) e ampliação de cadastros no CadÚnico. Além disso, promoveu uma significativa diversificação das ofertas, especialmente na modalidade de “serviços de acolhimento”.

Em 2011 a pesquisa foi de “gabinete”, o que levou à uma baixa adesão por parte do corpo técnico, tanto na elaboração da metodologia como em suas implicações. Disto resulta, o reforço da manutenção do foco no acolhimento institucional massivo, como a principal resposta da política de proteção social.

Em 2015 passou-se a incluir na pesquisa a etapa de “Identificação das necessidades” considerando recortes específicos de perfis mais vulneráveis dentro da situação de rua. Além disso, a identificação da questão de gênero, LGBTQIA+, que resultou na percepção de sua extrema vulnerabilidade e a construção do primeiro serviço de acolhimento específico, integrado ao Pronatec e outros benefícios complementares de renda específicos para esse público. Além disso, houve ampliação das ofertas de atendimento aos Idosos (Centro Dia, ILPI, além de Centro de Acolhida Especial para Idosos e Repúblicas).

Em 2019, temos o reconhecimento e crítica da centralidade no serviço de acolhimento, por isso, passamos a aprofundar o olhar para as Repúblicas como reconhecimento das possibilidades de reordenamento e a experiência frustrada de pensar serviços habitacionais. Além disso, passamos a incorporar as variáveis que captam em parte os recursos de sobrevivência nas ruas (onde consegue água para banho, sapatos etc.).

A última pesquisa de 2021, aprofunda e refina as estratégias de amostragem para um olhar das necessidades, que vê reforçada na fala dos sujeitos que a trajetória até a rua é resultado de insegurança monetária e habitacional. Os seus resultados têm servido de referência para a ampliação das ofertas, em especial, às famílias (com as mais variadas composição), dando origem ao modelo de rápida implantação de unidades de moradia temporárias (projeto denominado “vila reencontro”).

De todo modo, a utilização dos resultados das pesquisas depende muito do modelo de gestão, da adesão por parte da sociedade civil à crítica entre a realização da pesquisa e atendimento socioassistencial. É preciso dizer que essas pesquisas são realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), mas de uso e fundamento para o conjunto intersetorial das políticas para a situação de rua.

As Condições das Ofertas e a Percepção dos Profissionais do SUAS²¹ e dos Movimentos da População em Situação de Rua durante a Pandemia.

As desigualdades brasileiras se expressam também na estruturação de políticas públicas permeadas pelas moralidades e focalidades, nas formas de atendimento e reconhecimento desta parcela desprovida, como na distribuição dos recursos entre os territórios urbanos. É urgente a defesa do SUAS, pois o desmonte em curso se soma à conjuntura da Covid-19, representando agravamento da desproteção, aprofundamento da miserabilidade, perda de dados e de vidas. O SUAS é muito caro à defesa de direitos dos sujeitos em situação de rua, ainda que o Modelo de atenção esteja inadequado na sua execução, pois se constitui em um sistema de portas de entrada, sem portas de saída, ou seja, que acaba por institucionalizar e, portanto, silenciar os sujeitos.

Quando vemos alguém morando na rua, temos materializada a certeza da desigualdade social na sociedade. O incômodo resultante desse encontro se manifesta de formas diversas, alguns pela solidariedade, outros pela benevolência e outros ainda pela violência.

A rede socioassistencial ficou cada vez mais diversificada para dar conta da heterogeneidade de perfis dessa população, por exemplo mulheres gestantes, famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, homens e mulheres trans etc. Mas o modelo escada segue prevalecendo na execução dessas ofertas, estabelecendo que primeiro o sujeito é abordado, depois passa a ter uma relação pontual de pernoite em serviços de acolhimento com alto grau de tutela, depois dada a sua frequência e relações estabelecidas no serviço ele passa a ser candidato para centros de acolhida especiais e depois, conforme consegue organizar a sua vida financeira, passa a ter acesso às Repúblicas. Se considerarmos as dinâmicas da rua e a importância da segurança habitacional para os demais aspectos de organização da vida (higiene, alimentação, emprego, acompanhamento de saúde, escolarização etc.) o acesso deveria ser medido pelas necessidades particulares e não ter uma única porta de entrada.

Na perspectiva do atual debate sobre “moradia primeiro” ou “housing-first”, não como modelo de serviço, mas como princípio, pode-se identificar 3 tipos de

²¹ Sistema Único de Assistência Social

vagas: aquele modelo mais tradicional de albergue, grandes galpões com beliches; depois os centros de acolhida especiais com quartos com 2 ou 3 beliches ou até mesmo quartos individuais; e as Repúblicas ou projetos recentes como Família em Foco e Vila Reencontro, de maior autonomia (eles que organizam a limpeza, a alimentação, etc.), com quartos com 2 ou 3 beliches ou individuais (por unidade familiar). A grande maioria das ofertas está na primeira modalidade, seguido da segunda e depois a terceira. Quando olhamos os custos mensais vemos que a primeira modalidade tem um custo médio per capita por vaga inferior, a segunda e próxima do terceiro, mais especificamente, superior ao modelo República. Ou seja, trata-se de uma orientação ético-política das ofertas e, portanto, da atuação do poder público.

A quantidade de vagas segue sempre insuficiente. O que vínhamos vendo nos últimos anos era uma expansão da rede de acolhimento, especialmente na modalidade albergue, onde a privacidade não existe, a tutela é maior (tem hora para comer, tomar banho etc.), a guarda de pertences é limitada, sendo a capacidade de atendimento pelos profissionais de nível superior mais restrita, entre outros aspectos.

No município de São Paulo, foi entre 2009 e 2015 que a quantidade de acolhidos superou a quantidade de pernoitando nas ruas, o que não permaneceu nos censos seguintes. A demanda é infinita, pois o sistema segue continuamente expulsando sujeitos do setor produtivo pelo aprofundamento da precarização e tornando a condição de insegurança habitacional insustentável.

Existem regras para acessar e para permanecer nos serviços de acolhimento institucional, seja nas tipologias Casas de Passagem, seja em Serviços de Acolhimento ou em Repúblicas. O acesso muda em cada gestão. Também há regras em cada serviço, como por exemplo, alcoolizados não entram, se faltar duas vezes será desvinculado etc. Ou aqueles que estão “restritos por mau comportamento”. Aí começamos com as regras dentro dos serviços.

A mediação deve problematizar esses limites e buscar outros paradigmas na perspectiva da autonomia e protagonismo com respeito aos princípios de solidariedade. Mas na maioria dos casos temos uma inadequação do perfil real da população e o desejado para o convívio nos espaços, a maioria dos serviços querem “o bonzinho” e não o “questionador”, querem aqueles que aceitem facilmente as regras e a institucionalidade.

Também existe o grau de vinculação com a vaga. São Paulo criou um termo “pernoite” e “vaga fixa”, aquele que se fizer presente sempre e com “zelo” se torna vaga fixa. Isso é uma distorção total do propósito do serviço de acolhimento emergencial. No limite todos deveriam ser “pernoite”, mas a rede foi criando categorias de assiduidade e comportamento para garantir a diversidade. Estamos falando de uma população que em sua maioria, pela própria condição, vivencia a situação de saúde mental, e, portanto, isso não deveria ser uma barreira de acesso ao acolhimento.

Para aprofundarmos o entendimento sobre o desmonte das políticas de assistência social no contexto da pandemia por COVID-19, buscou-se três formas de colher a percepção dos principais atores deste campo. Uma que fazendo uso dos dados oficiais dos “Planos de Ação”, ainda que de forma breve, para fins deste artigo, revelam uma orientação da atenção social em nível nacional. Uma outra, por meio de roda de conversa com líderes e representantes nacional, regionais e locais do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR). De forma complementar, outra com a aplicação de formulário de pesquisa online divulgados nas redes sociais e em canais de comunicação específicos desses profissionais. Os principais resultados estão aqui sistematizados como uma estratégia de reconhecimento da importância de vossas atuações na perspectiva de proteção à vida, ainda que em contexto de condições inadequadas, precarização, desmonte e filantropia. Principalmente, como forma de dar voz aos sujeitos violados que vivem em situação de rua.

Um olhar mais geral para as ofertas socioassistenciais para a população mais vulnerável revela uma capacidade de atendimento já comprometida da rede instalada em atender as exigências da pandemia. As condições de acesso e manutenção estavam em processo de desmonte pela precarização quando os primeiros casos de COVID-19 foram registrados. Assim, a inadequação reforça a percepção de urgência do no reordenamento dessas ofertas. O reclame dos usuários sobre a ausência de privacidade, de muita tutela etc., agora é amplificada e reconhecida por uma parcela maior da sociedade.

Contudo, há de ser reconhecido o importante papel de proteção à vida que esses modelo de atendimento promove e promoveu. É nesse sentido também oportuno diferenciar que “proteger a vida” não significa automaticamente “defender

a vida”, pois a defesa pressupõe reconhecê-los como sujeitos de direito, como agentes históricos dotados de autonomia e liberdade.

A superação do modelo “escada” reside na possibilidade de reordenamento da oferta, diminuindo a participação dos serviços de menor autonomia (“Casa de Passagem”) para serviços de maior autonomia e respeito às suas particularidades e privacidade (“Repúblicas”).

Neste sentido, uma análise do “Plano Nacional de Ação” revela um reforço de desproteções históricas. O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (SEDS) por meio de Portaria nº 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020, permitiu a abertura de adesão para o repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos diferentes níveis federativos devido à situação de emergência imposta pela COVID-19

O “Plano de Ação” sendo um instrumento de planejamento e de financiamento, nos permite identificar em escala nacional as ações socioassistenciais de enfrentamento da pandemia. Os dados nacionais dos Censos Suas e os dados resultantes dessa pactuação revelam que 21% das unidades de acolhimento de adultos e/ou famílias existem há mais de 21 anos. Também que 65,7% são executadas por organizações da sociedade civil e 49,3% possuem convênios ou termos de parceria. Além disso, que 76% das unidades e 68% das vagas estão focalizadas na população adulta (de cada 10 acolhimentos para adultos ou famílias 7 são focalizados na situação de rua).

Outro aspecto histórico que merece destaque é a desassistência, pois a defasagem prévia da capacidade da rede instalada se soma ao aumento de demanda posto pela pandemia, assim resultando em maior desassistência e desproteção. Considerando as estimativas de 32 a 45 mil pessoas em situação de rua em todo o Brasil, tem-se 514 unidades e 30.656 vagas nas modalidades “casas de passagem” e “abrigos institucionais”, 38 unidades e 635 vagas em “Repúblicas para adultas(os) em processo de saída das ruas e 29,6% das unidades de acolhimento de adulto(as) e/ou famílias têm mais de 10 pessoas no mesmo dormitório (representando insalubridade e não privacidade).

Os dados do “Plano de Ação Nacional”, em que 2.895 dos municípios brasileiros foram contemplados (52% dos municípios), revelam um enfoque na oferta de alimentação e Recursos Humanos, deste modo suprindo deficiências

previamente existentes. Neste sentido, há um reforço dessas distâncias sociais históricas, quando os recursos emergenciais são destinados para atender necessidades básicas já desassistidas e um reforço de desigualdades territoriais dada pela centralidade dos investimentos nas regiões sudeste e sul, bem como capitais e metrópoles.

De todo modo, é oportuno reconhecer que esse recurso emergencial permitiu a expansão de 89 mil vagas para adultos e famílias, sendo 9.958 vagas exclusivas para a população adulta em situação de rua (11,2% do total). Desse total, 51,2% em contratos de hospedagem, 21,8% foram na modalidade Acolhimento (Alojamentos provisórios, Abrigos Institucionais e Casas de Passagem), 17,7% em Repúblicas e 9,3% em moradias provisórias. Assim, apesar de ver reforçada a prevalência de modelo de acolhimento de menor sobre os de maior autonomia, tem-se a ampliação da experiência de hospedagem e de moradias provisórias que não está na tipificação nacional de serviços socioassistenciais e compõe a intersectorialidade com habitação. Contudo, as experiências de hospedagem não parecem ser suficientes para superar a permanência da atuação focada em modelos de tutela e institucionalização.

Cabe também identificar que a maior expansão de vagas se deu nas regiões sudeste e sul (representando 59,3% das vagas), mais especificamente: em Minas Gerais (1.579 vagas), Paraná (1.333 vagas), São Paulo (1.208 vagas). Um olhar territorial para as Modalidades revela que o acolhimento esteve mais presente em Minas Gerais (710 vagas), São Paulo (224 vagas) e Goiás (com 173 vagas). Já as Repúblicas estiveram mais presentes no Paraná (543 vagas), São Paulo (256 vagas) e Minas Gerais (143 vagas). Enquanto o Contrato de hospedagem esteve mais presente em São Paulo (703 vagas), Paraná (617 vagas) e Minas Gerais (548 vagas). Por fim, a Moradia Provisória em maior número se destaca Minas Gerais (548 vagas), Rio Grande do Sul (449 vagas) e Mato Grosso do Sul (47 vagas).

Infelizmente não é possível o desmembramento dos dados para investigar o investimento específico para atendimento da população em situação de rua. Contudo, foram investidos R\$ 573.199.560, sendo 24% para o estado de São Paulo, 15% para Minas Gerais, 8,7% Paraná, 7,2% no Rio Grande do Sul, 6% no Rio de Janeiro, 5% em Santa Catarina e Bahia.

Dentro das naturezas desses investimentos destacam-se 20% foram para alimentação, 18,9% para contratação de Pessoa Jurídica, 10% para pagamento de

Recursos Humanos (direto e parceiros), 10% para aquisição de bens de consumo e 5,5% para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Os dados sobre as “Ações de alimentação e outros itens básicos” revelam que 14,5% dos municípios investiram em medidas preventivas que assegurassem proteção e evitassem a propagação em entre acolhidos e 15,7% para não-acolhidos. Também se identifica que 32,8% dos municípios utilizaram o recurso junto à rede parceria de atendimento de acolhidos e 51,4% dos municípios tiveram ações junto a rede parceria para não-acolhidos.

No município de São Paulo a expansão da rede de acolhimento Emergencial resultou em:

- 588 em oito equipamentos emergenciais em centros esportivos e imóveis cedidos pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania,
- 486 em Centros Educacionais Unificados (CEU)
- 207 em um Centro de Acolhida Especial para Idosos.
- 2 Centros de Acolhida específicos para isolamento de suspeitos/confirmados da COVID 19 (com acompanhamento em saúde das equipes do consultório na rua e realização de coleta de exames PCR para diagnóstico de COVID-19)
- Restaurante Popular Bom Prato - 8 mil cartões pelas equipes do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS)
- 1 Núcleo de Serviço (Sé) – 200 pessoas
Diversificação – Hotéis (aditamento de centro de acolhida idosos)
- 430 vagas para acolhimento de idosos em situação de rua já inseridos na rede socioassistencial em oito estabelecimentos hoteleiros

Para compreender a capacidade de atendimento da política no enfrentamento à pandemia é preciso reconhecer as ações de abertura e fechamento de serviços continuados. Permitindo assim, diferenciá-las das ações emergenciais, que deverão ser encerrados ao término do período da calamidade sanitária. Por isso, entende-se oportuno destacar que para a expansão da proteção social de alta complexidade, comprometeu-se a proteção social de média complexidade, onde para cada 6 vagas de alta, 1 de média foi diminuída. Também houve impacto na proteção social básica, pois foi a primeira vez na história da cidade de São Paulo que se assistiu a redução de vagas e unidades de proteção social básica. Por isso, podemos afirmar que: o

desmonte em curso foi agravado na pandemia, levando a desproteção socioassistencial.

Considerando os serviços continuados, verifica-se uma redução dos investimentos totais. Destaque deve ser dado, em especial, na proteção social básica. Ainda que não seja algo específico da situação de rua, deve somar-se aos efeitos de aumento de demanda, refletindo na proteção social de alta complexidade. Pois, como revela do Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de 2022, do total identificado 73,13% estão em trajetória de risco. Ou seja, a ausência de provisão de melhores condições materiais e segurança habitacional aumenta o grau de exposição à rua e, portanto, aos riscos e agravos decorrentes desta.

Os dados levantados, entre 14 de dezembro de 2020 e 02 de abril de 2021, junto aos 53 trabalhadores, reforçam a perspectiva de desassistência. A sobrecarga e rede defasada é uma queixa recorrente frente a demanda existente e, mais ainda, diante de seu aumentando posto pela pandemia (indicado por 58,5% dos entrevistados). Cabe indicar que 20% são de São Paulo, mas responderam também de Rio de Janeiro, Mato Grosso, Porto Alegre, entre outros.

Dentro os resultados desse levantamento, destaca-se aqui alguns aspectos. Cerca de 64% dos entrevistados trabalham em serviços para a população em situação de rua e a maioria (47,2%) aponta como principal desafio a redução de profissionais, seguido da inadequação dos espaços para garantir isolamento ou afastamento (43,4%), falta de recursos para o trabalho com os usuários (41,5%), insuficiência da rede de acolhimento e aumento da demanda (ambos 31,7%). Sobre o aumento da demanda apontam o número de atendimentos por dia, insuficiência de serviços/vagas, número de adultos com e sem trajetória de rua, demandas de outros municípios, entre outros aspectos.

Apontam também que a violência doméstica, impedimento de acesso aos serviços, ausência ou insuficiência de infraestrutura para atividades de cuidado individual, violência física são as principais situações que interseccionam a situação de rua e da COVID.

Dentre os entrevistados, 27% apontam que o município não elaborou um plano específico para atuação junto à população em situação de rua, contra 22,7% que diz que sim e com ações de divulgação e informação e 25% que teve plano, mas sem formação, o que pode comprometer a adesão. Quase a totalidade aponta que os serviços sofreram alterações, sendo que cerca de 53% apontam que as

mudanças foram no sentido de orientações sobre cuidados e sintomas, ampliando ventilação, adequações de banheiros, distribuindo EPIs, pontos de higienização das mãos, entre outros. Contudo, 32% indicam que a distribuição de EPIs foi em quantidades insuficientes.

Esses dados reforçam as questões já colocadas. Ou seja, a percepção dos trabalhadores converge com a de que a pandemia aumentou a demanda e que as ações de expansão ou mesmo de condições de trabalho não enfrentaram ou alteraram o desmonte que já estava em curso.

A conversa com as lideranças foi um sopro de esperança pela consciência sócio-histórica do movimento, cujas pautas comungam com as nossas: CadÚnico, Modelos de moradia na assistência; Programas e serviços habitacionais; Escuta singular e humanizada no acolhimento; Integralidade e pluralidade das ofertas SUS/SUAS; Empoderamento e controle social pelos comitês e outros espaços de debates.

Seguem algumas falas das lideranças do Movimento da População de Rua:

“Ninguém aguenta mais albergues- é um depósito de gente, espaços enormes, insalubridades nesses espaços e imensa quantidade de pessoas. É preciso habitação (Moradia 1º/ Locação social). Locação em sobrados e prédios abandonados pela cidade”

Darcy Costa

“É a escuta das pessoas que deve nortear as ações do Serviço Social. Se deve investir nas Repúblicas, em ocupações sociais menores, em hotéis sociais e diminuir os grandes complexos dos Centros de Acolhida”.

Nilson Lopes

“Não acredito que a Assistência Social deve caminhar só. Deve agir em conjunto com a saúde.”

Jaílson Santos

“É preciso mais cozinha solidária, banheiros públicos pela cidade, locais com pias e água”

Robson Mendonça

Por fim, um último aspecto precisa ser abordado. A mobilização do movimento garantindo a vacinação dos sujeitos em situação de rua acendeu luz a uma cobertura vacinal que parecia oculta ou inexistente dado o enfoque quase sempre na saúde mental e dependência química, quando se trata da situação de rua. Além disso, essa mobilização foi fundamental para a instalação de

banheiros químicos permitindo ampliar a higienização pessoas, como também o estabelecimento de serviços de referência para o isolamento dos casos positivados. O dado que reforça que a mortalidade desse segmento não foi significativamente ampliada no período pode ser coletada pelo sistema da prefeitura/SMADS de prontuário eletrônico (SISA). Ainda que se reconheça a subnotificação e a fragilidade do dado, a série histórica da conta de revelar que o período da covid-19 não alterou significativamente as quantidades registradas.

Tabela 2 – Distribuição Normal de Desvinculados por Motivo de Óbito, por tipologia, entre 2014 e 2022

Tipologias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média por Tipologia
DE BRACOS ABERTOS	7	15	13	7	3					9
AUTONOMIA EM FOCO	5	5	5	5	4	2	3	4	3	4
CENTRO ACOLHIDA ESPECIAL FAMILIA	8		1				1	6	6	4
CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL CONVALESCENTES	30	38	32	36	34	26	23	10	8	26
CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL IDOSOS	103	115	113	105	100	98	98	96	83	101
CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL MULHERES	7	8	6	6	3	7	5	5	2	5
CENTRO DE ACOLHIDA ESPECIAL MULHERES TRANS							1	2	2	2
CENTRO DE ACOLHIDA II VINTE E QUATRO HORAS	127	119	80	98	125	115	121	146	112	116
CENTRO DE ACOLHIDA PARA CATADORES	7	6	4	5	2					5
CENTRO DE ACOLHIDA UM POR DEZESSEIS HORAS	6	11	4	5	3	1				5
REPÚBLICA PARA ADULTOS	3		1	3	3	4	2	1	2	2
REPÚBLICA PARA JOVENS	1	1								1
SAICA SERVICO ACOLHIMENTO INST CRIANCAS E ADOLESCENTES				6	7	6	4	6	5	6
Média Anual	28	35	26	28	28	32	29	31	25	22
Total Geral	304	318	259	276	284	259	258	276	223	273

Fonte: Extração CUBOS/SISA, 5 janeiro de 2023.

Elaboração: Autoras

O Debate Atual sobre a Moradia para a População em Situação de Rua

A política urbana mais efetiva para os sujeitos nas ruas tem sido a da segurança pública violenta, como é também a arquitetura hostil que não constrói assentos públicos, mas viadutos de paralelepípedos. Nesta linha, se trata de um sistema de dominação do uso e ocupação do solo urbano, com vistas à higienização dos espaços da cidade, violando direitos, entre eles à moradia e à cidade. Esse modelo tem a assistência social como braço aliado, levado pela institucionalização. Portanto, as políticas habitacionais e as de acolhimento socioassistencial, perversamente, operam e reforçam a segregação e o sequestro dos corpos, constituindo portas de um sistema sem saídas.

O cidadão mutilado negocia sua dimensão de cidadania tanto quanto sua condição de subjetividade, isso conforme o jogo da sobrevivência lhe permite ou lhe convém. Por isso, não se trata de desafortunados, mas “desviantes”, no sentido do des-subjetivados, desqualificados, subalternizados. Destarte, a rua como condição só pode ser pensada como gerenciamento entre as dimensões da cidadania, do precarizado e da caridade, que, não sendo linear, produz diferentes intersecções, ganhando também fluidez e multidimensionalidades (Lanfranchi, 2022).

A luta e conquista de espaços na cidade que permitam o acesso aos recursos é significativa para avançar no entendimento de seus capitais. É a partir de uma particular apropriação do espaço urbano e público que se faz o capital representado pela localização; os recursos urbanos de seu entorno colocam-no como estratégico à sobrevivência. Ao inverter os princípios sociais de classificação dos espaços públicos, provoca-se o incomodo da ordem hegemônica, demandando intervenções das políticas públicas, reconfigurando as disposições estabelecidas e a própria percepção pelos agentes. Alguns fatores, apesar de colocados como relacionados aos indivíduos (acordar, comer, uso de álcool e outras drogas, etc.), têm relação direta com a organização social do trabalho e das formas de viver nos grandes centros urbanos.

O Estado e a sociedade por muito tempo pautaram-se na visão assistencialista, paternalista, autoritária e higienista para o desenvolvimento de suas políticas, essas ações desenvolvidas sob essa perspectiva não foram capazes de desenvolver o complexo processo de libertação.

Aplicar esses conceitos para o *campo social* da situação de rua significa compreender a violência tanto na dimensão individual em que o sujeito se deprime

pelas “sucessões de fracassos” na era do desempenho, ficando mais ou menos propenso a institucionalização, como pelo exercício cotidiano de políticas higienistas de segurança pública e de acolhimento massivo e tutelar.

No caso da população em situação de rua, o exercício cotidiano de existência no espaço público encarna o teatro da desigualdade. Assim, como a permanência em serviços de acolhimento de forma permanente pela inexistência de política verdadeiramente social de habitação vai transformando o sujeito em um indivíduo calado, solitário, passivo, na medida em que o sistema de atenção é composto por porta-de-entrada que impedem, na prática, uma pretensa evolução em degraus até a conquista de autonomia. Deste modo, encarna o teatro do sujeito do desempenho na miséria de condição e posição.

A atenção socioassistencial ainda que tenha sofrido necessários avanços pela diversificação e expansão das ofertas tipificadas em nível nacional e municipal, porém segue sendo a história da desigualdade pautada em modelo de atenção do tipo “escada” que estabelece um sistema com distintas e diversificadas portas de entrada e sem portas de saída.

Desta forma, o debate atual sobre moradia para a população de rua se torna inadiável, enquanto alternativas de serviços habitacionais para atender às diversas formas precárias do morar em nossas cidades.

A importância da habitação para outros níveis de organização da vida, reforça a necessidade de garanti-la enquanto serviço público. Precisamos ser criativos com o que temos. A República é um modelo que já existe, e segundo a NOB/RH deve ter 1 gerente, 1 psicólogo e 1 assistente social para cada 20 pessoas. Assim, poderíamos adaptar esse serviço para unidades habitacionais como os imóveis sem função social ou locação social. A Constituição estabelece primeiro a garantia da propriedade e depois da função social. Nas cidades como um todo existem diversos imóveis que hoje não cumprem a função social e se encontram sem finalidade. Em São Paulo são cerca de 2 mil imóveis que poderiam ser usados com esta finalidade. Algumas experiências poderiam ser citadas como piloto, porém suas validades ficam comprometidas quando excluem a assistência social como possibilidade de acompanhamento das famílias e indivíduos. Como instrumento de educação libertadora e desenvolvimento social, por promover vivências solidárias e um olhar para o sujeito violado a partir da vulnerabilidade na sua dimensão relacional, aquela determinada pela herança e legado sociais e culturais desvalorizados, discriminados

ou segregados. A assistência social neste sentido, serve principalmente como intermediário no acesso e defesa dos direitos. Cada um tem um nível diferente de necessidade de acompanhamento, isso deveria ser garantido para o sucesso da moradia como direito universal.

Já identificamos que o público LGBTQIA+ é extremamente vulnerável, considerando o risco que a exclusão traz (trabalhos precários, como prostituição) e violência, bem como a inexistência da família como rede de proteção, pois na maioria dos casos são os primeiros a revelarem o preconceito, romperem o vínculo e expulsar da residência. Ainda temos as mulheres, os idosos, as pessoas com doenças graves ou com deficiência. Além disso, é preciso investir em espaços de convivência que tenham a possibilidade de lavagem e **secagem** de roupas, como aquelas máquinas da cultura americana, onde o sujeito com algumas poucas moedas consegue lavar as suas próprias roupas. Porque não podemos oferecer isso como serviços públicos complementares, servindo de referência para a rede de proteção social, tanto para aqueles que já estão em situação de rua como os que estão em risco de vivenciá-la?

É dentro dessa realidade que é preciso reconhecer experiências e modalidades existem de atendimento que podem ser aprimoradas, como no caso das Repúblicas. Ainda, são mais baratas que os Centros de Acolhida mais tradicionais. Neste sentido, seria necessário um reordenamento da rede, uma inversão histórica de modelos mais tutelares (maior volume de vagas e unidades) para serviços de maior autonomia com acompanhamento individualizado e humanizado. Isso implicaria em transferência dos “vaga fixa” para essas unidades, desafogando a oferta emergencial do “pernoite” e qualificando o atendimento às necessidades dos sujeitos.

Falando em orçamento é preciso reconhecer que há demanda por estabelecimento de teto mínimo de 6% para a assistência, que vem variando de 2,6%-2,8%-2,3% nos últimos anos. As conferências chegaram a este patamar. É importante reconhecer também que a execução da política recai principalmente sob os municípios, alguns com mais ou menos capacidade de arrecadação e, portanto, de execução desses serviços de retaguarda. Mas cabe lembrar a PEC que congelou o teto para os próximos 20 anos. A demanda aumenta, o orçamento reduz, as ofertas tipificadas são precarizadas e o trabalhador ganha pouco e sem condições

para o desenvolvimento pleno de suas atividades, este é o cenário devastador que estamos vivendo.

Ao mesmo tempo que a escuta dos agentes do campo foi um sopro de esperança, pela clareza das condições e desafios. Foi também um grito de dor, de fome, de descaso, de violência, de violação que precisa ser ouvido. Nossos sinceros agradecimentos ao MNPR pelo tempo e atenção dedicados, em especial os que se fizeram presente para contar essa história de defesa da vida e dos direitos humanos: Vanilson Torres, Daniel Paz, José Nilton, Jailson Santos, Darcy Costa, Nilson Lopes, Robson Mendonça e aos demais que por algum motivo não puderam participar.

Com esse texto, esperamos revelar o potencial desperdiçado dos trabalhadores e cidadãos do SUAS, na qualificação da experiência da cidadania, não enquanto instrumentos de dinamização econômica pelo consumo, mas como avanços nas conquistas de direitos em patamares universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MC, Ministério da Cidadania. Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020 Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), DF: Diário Oficial da União, 2020,

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências, DF: Diário Oficial da União, 2009.

SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. QUALITEST, Qualitest Inteligência em Pesquisa, **Pesquisa Censitária da População Adulta em Situação de Rua de São Paulo.** São Paulo/SP: SMADS/QUALITEST, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Lorenzo/B_Base%20de%20dados%20-%20Entrega%20com%20dicion%C3%A1rio_xlsx.xlsx

SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. QUALITEST, Qualitest Inteligência em Pesquisa, **Pesquisa de Identificação das Necessidades Censo.** São Paulo/SP: SMADS/QUALITEST, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Lorenzo/C_Banco_Envelope_Identifica%C3%A7%C3%A3oDasNecessidades_Dicion%C3%A1rio_xlsx.xlsx

LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. **O campo social da situação de rua violência e segregação.** 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em

Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26014>

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e Rupturas Sociais na MetrÓpole: Os Moradores de Rua em São Paulo**. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003

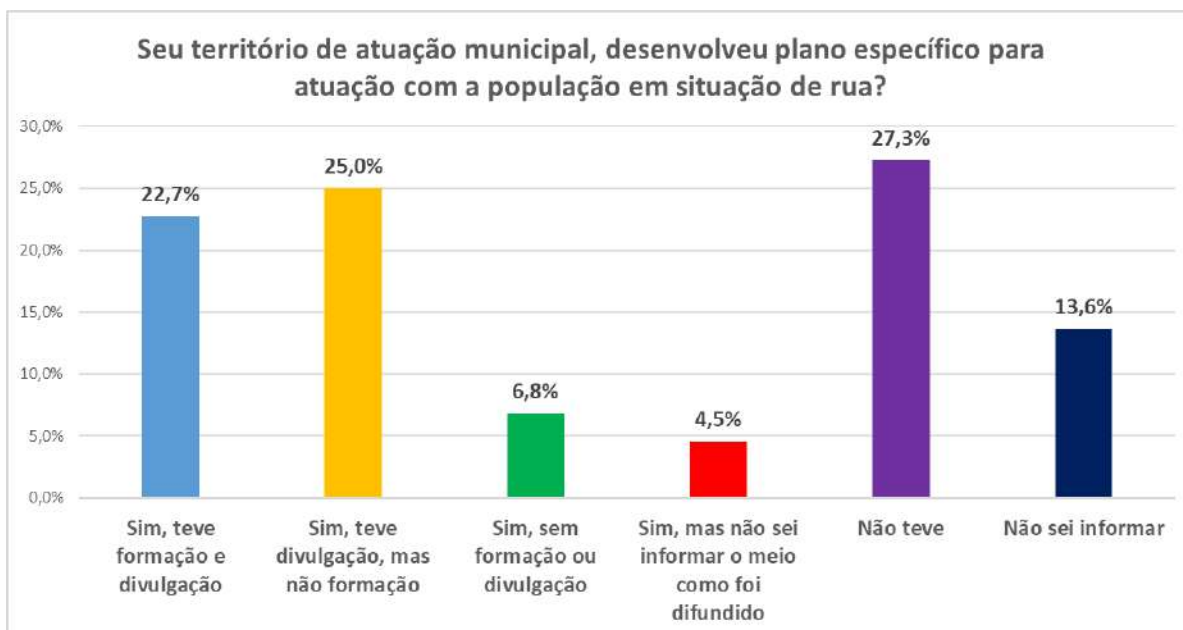
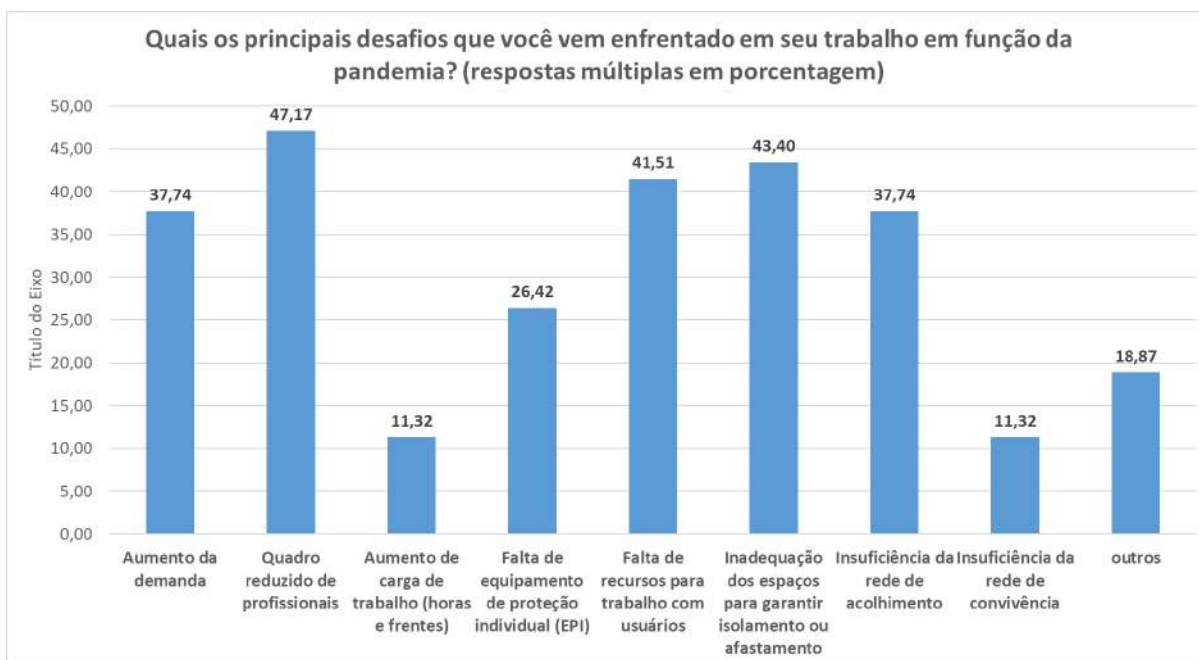
SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7 ed. 2 reimpr. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. ISBN 978-85-314-0971-4

FERREIRINHO, Viviane Canecchio. LANFRANCHI, Carolina Teixeira Nakagawa. *Duas Décadas De Censos E Perfis Da Situação De Rua Da Cidade De São Paulo (2000-2019)*. In: BÓGUS, Lucia Maria Machado. PASTERNAK, Suzana Et al (Orgs.). **As MetrÓpoles E A Covid-19: Dossiê Nacional - A pandemia da COVID-19 no município e na Região Metropolitana de São Paulo: desigualdades socioespaciais, vulnerabilidades e padrão de disseminação na MacrometrÓpole Paulista**. São Paulo: INTC- Observatório das MetrÓpolis/Fórum Nacional de Reforma Urbana, p. 77 - 100, 31 jul. 2020.

ANEXOS

Houve aumento de demanda em seu trabalho, nos seguintes aspectos	Quantidade	Porcentagem
Número de atendimentos por dia	18	34,0
Insuficiência de serviços/vagas demais políticas públicas para encaminhamento	16	30,2
Insuficiência de serviços/vagas de acolhimento para encaminhamento	14	26,4
Número de adultos homens com trajetória de rua	13	24,5
Demandas de outros municípios da região metropolitana	12	22,6
Demanda de Cadastro Único (inscrição)	11	20,8
Número de adultos homens sem trajetória de rua	11	20,8
Insuficiência de serviços/vagas de saúde para encaminhamento	10	18,9
Demandas de outros municípios de outros estados do território nacional	10	18,9
Insuficiência de serviços/vagas de convivência para encaminhamento	9	17,0
Número de famílias sem trajetória de rua	9	17,0
Número de imigrantes/refugiados sem trajetória de rua	9	17,0
Número de adultos mulheres sem trajetória de rua	8	15,1
Número de sujeitos da comunidade LGBTQIA+ com trajetória de rua	7	13,2
Número de famílias com trajetória de rua	6	11,3
Número de adultos mulheres com trajetória de rua	6	11,3
Número de Crianças e Adolescentes com trajetória de rua	5	9,4
Número de Crianças e Adolescentes sem trajetória de rua	4	7,5
Número de imigrantes/refugiados com trajetória de rua	4	7,5
Número de sujeitos da comunidade LGBTQIA+ sem trajetória de rua	2	3,8

Quais são situação de violência e violação que interseccionam com a situação de rua e de COVID que, na sua percepção, se intensificaram?	Quantidade	Porcentagem
Violência doméstica	17	32,1
Impedimento de acessar serviços (socioassistenciais, saúde e outros)	17	32,1
Ausência ou insuficiência de infraestrutura para banho, higiene pessoal e individual	17	32,1
Violência física (agressão, espancamento)	16	30,2
Ausência ou insuficiência de locais de alimentação	16	30,2
Agressão verbal	15	28,3
Negligência	15	28,3
Despejos	15	28,3
Ausência ou insuficiência de equipamento de proteção individual (EPI)	13	24,5
Ausência ou insuficiência de locais para lavagem de roupas	13	24,5
Preconceito, racismo, Lesboomofobia??	10	18,9
Homicídios ou tentativa de	7	13,2
Crime motivados por ódio	5	9,4
Violência ou abuso sexual	4	7,5
Violação por decorrência de ações de zeladoria	4	7,5



3.5.Periferias Paulistanas em tempos da pandemia da Covid

Maura Pardini Bicudo Vêras

O tema das periferias urbanas vem ocupando a atenção dos pesquisadores e urbanistas há, no mínimo, cinquenta anos. Entre eles, Bonduki (1983), em seu estudo sobre a evolução da habitação popular em São Paulo, situou nos anos 40 o início do processo de urbanização periférica, impulsionado pelo afluxo de migrantes quer pela falta de moradias para locação (devido ao congelamento dos aluguéis em 1942), e a expansão dos transportes coletivos por ônibus(por influência do Plano de Avenidas, de Prestes Maia).

Por outro lado, os governos militares pós-64 reforçaram a ideologia da casa própria através de seus programas habitacionais(BNH) o que veio a consolidar este movimento de expansão urbana para a periferia. A compra financiada de lote em bairro periférico e a edificação da moradia por auto construção foi uma alternativa que se constituiu como opção preferencial da população mais pobre. A crise econômica, o desemprego e a pobreza alimentaram o processo que se ampliou até atingir proporções de um fenômeno de massa, com graves prejuízos para a qualidade de vida e de meio ambiente da cidade, zonas com carência de infra estrutura e equipamentos sociais que atendessem a população deles muito necessitada.

Até meados dos anos 70, quando vários problemas desestimularam a expansão exagerada da mancha urbana e as distâncias, as pressões demográficas, tanto pelo seu componente migratório como o vegetativo, e o encarecimento dos valores fundiários trouxeram certo esgotamento dessa tendência. Em consequência,as diversas 'soluções' alternativas expandiram a precariedade:aumentou a ocupação de áreas de risco, como margens de córregos, encostas íngremes, e de zonas de proteção ambiental, como áreas de mananciais e de mata; surgem e incrementam-se o número de favelas e suas dimensões; agravou-se a lotação de cortiços e outros tipos de cômodos alugados; multiplicaram-se as ocupações(

invasões) de prédios abandonados, e de áreas públicas e particulares; por fim, ainda cresceu enormemente o número de desabrigados nas ruas.

Ao longo do século XX, portanto, parece ter sido a ocupação de vazios existentes na mancha urbanizada – favelas e ‘invasão’ de terrenos públicos – a modalidade dominante da habitação popular em São Paulo, nas décadas de 1980 e 1990. Na região dos mananciais sul, por exemplo, inúmeras ocupações aconteceram desde os anos 70, configurando um “mar de pobreza”. e precariedade.

Pelas porcentagens de casos de covid registrados , as maiores porcentagens em relação ao total de casos registrado no município paulistano são Grajaú, (3.44%) Casa Verde(3,11%), Jardim São Luiz (3,09%), Campo Limpo(2,36%), Brasilândia(2,02%), decrescendo o número de casos. devem ser olhadas com cuidado e atenção epidemiológica, portanto.

Como vimos, o crescimento municipal é mais intenso nas suas periferias, alternando-se em diferentes conjunturas..

“ O crescimento demográfico municipal foi, até o ano 2000, marcadamente periférico: as taxas de crescimento por anéis mostram que “as taxas dos três anéis mais centrais eram negativas, enquanto a do anel periférico se responsabilizava por praticamente todo o crescimento municipal. Este panorama muda na primeira década do século XXI, com os anéis centrais e interior com taxas positivas e mais altas que as dos anéis exterior e periférico.” (PASTERNAK, 2023). mesmo assim, distritos populosos estão, via de regra, nas franjas da cidade. E, por isso, os índices dos distritos periféricos são aqueles que mereceram um olhar cuidadoso quanto aos casos de covid-19.

Segundo D’Andrea(2020) moram nas periferias paulistanas cerca de seis milhões de pessoas, em geral de baixa renda e sem condições de usufruir de espaços de urbanização consolidada, de perfil sócio econômico ligado à baixa qualificação profissional e inserção no mercado informal de trabalho, o que levou esse contingente à vulnerabilidade e exposição a riscos de saúde e ambientais.

Se regionalizada pelas direções cardeais, a cidade de São Paulo apresenta uma população estimada para 2021 da seguinte forma:

TABELA I-Distribuição dos casos de covid 2020/2021, população estimada e óbitos de covid/100mil habitantes

Região	População estimada/2021	Total casos covid	Óbitos covid/.100mil hab
--------	-------------------------	-------------------	--------------------------

Central	461033	42649	320,2
Norte	2315033	242773	409,9
Leste	4156298	465487	417,5
Oeste	1078745	107354	299,5
Sul	3899742	466266	303,8

Fonte:IBGE e Secretaria da Saúde

Pelas estimativas da Tabela I a região leste(população estimada 4156298 habitantes), seguida pela zona sul aparecem como as mais populosas da cidade . Uma análise intra-região nos revela que da Zona Leste , o distritos de Cidade Tiradentes e um dos mais densos do ponto de vista de população residente, assim seguido em ordem decrescente por Lajeado, Cangaíba , Ermelino Matarazzo, Vila Formosa e S. Miguel Paulista , notando-se que se tratam de regiões periféricas .. As taxas de covid, tomando por base o número de óbitos por 100 mil habitantes são altos para a zona Leste como um todo (412,5) a mais alta do município e os casos confirmados de covid nos dois primeiros anos da pandemia, 2020 e 2021 chegam a 465 487, dos totais mais expressivos da cidade. Um olhar mais detalhado para as taxas dos óbitos (número de óbitos por 100 mil hab)indica que as mais, altas taxas estão em Vila Formosa (532,2) seguida de São Miguel Paulista(517,8) em seguida destaca-se Cangaíba com a taxa de 440, 4 óbitos por 100 mil hab.

Uma Tabela II, organizada para a distribuição da Zona Leste, que será apresentada no texto completo a ser publicado, revela que os distritos periféricos, portanto, apresentam maior número de casos em proporção à população estimada do distrito quanto maior letalidade o que pode ser analisado de acordo com o perfil dos residentes, ocupados em grande parte no setor informal e subalterno da economia, que necessitam a utilização de transporte coletivo para continuar trabalhando mesmo durante o recesso da economia na covid como os frentistas de postos de gasolina, abastecimento de supermercados, serviços domésticos e assim por diante. As próprias condições de residir em periferia, sem equipamentos de saúde, infraestrutura urbana são agravadores da disseminação da doença além das precariedades em seu tratamento, filas em postos de saúde e hospitais e assim por diante..

Analisando a região sul, também populosa,(população estimada em 3899742 pessoas)e que apresentou o maior total de casos confirmados de covid em 2020 e

2021, o maior da capital, ou seja, 466266 casos e a taxa de óbitos por 100 mil é a quarta do município, perde para a zona leste, zona norte, e para o centro sendo de 303,8 óbitos/100 mil .

A zona sul compreende distritos de urbanização consolidada como Santo Amaro, por exemplo, a área dos mananciais que abrigam vastos contingentes de pobreza e precariedade habitacional. O olhar intra região alcança a distribuição em distritos como Grajaú, com população estimada em 2021 de 392734 pessoas e que teve cerca de 14% de sua população infectada por covid (54925 casos em 2020 e 2021) e apresentou uma taxa de óbitos/100 mil habit de 271,9 e não foi a mais alta da região. Nessa direção periférica sul merece destaque o Jardim Ângela, distrito mais populoso em segundo lugar na região e que apresentou um expressivo número de casos de covid representando 12,5% de sua população residente foi infectada nesses dois anos e com uma taxa de óbitos de 240,1.

A seguir merece exame cuidadoso o distrito de Capão Redondo terceiro mais populoso da região(são estimadas 298611 pessoas) com a taxa de óbitos em 302,7 e também com cerca de 14% de sua população infectada pelo coronavírus.

Concluindo esse breve exame da região sul, especialmente em suas franjas periféricas, destacam-se as maiores taxas de óbitos por 100 mil habitantes, um indicador da letalidade no distrito, o que por sua vez é indicador do cuidado/tratamento e condições sanitárias usufruídas. A maior taxa de óbito dessa região sul é a do distrito do Sacomã(325,7), para uma população de 264686 pessoas e das quais tivemos 37884 contaminados, o que representa 14,3 % de sua população. O distrito menos populoso como Rio Pequeno(197967 pessoas) apresentou uma taxa de óbitos de 325,1, a segunda mais grave da região e cerca de 11% de seus moradores foram contaminados. Ainda é válido comentar que o distrito de Raposo Tavares, com 124033 moradores teve 13473 casos de covid em 2020 e 2021(10,8% desses) e uma taxa de óbitos de 316,9 a terceira mais grave da região sul.

Cabe comentar a região norte da cidade em suas porções periféricas.. A região como um todo apresentou uma taxa de óbitos/100 mil habitantes de 403,9, a segunda maior da cidade, precedida da Zona leste, como vimos.. Em termos de grandeza é a terceira em população estimada para 2021, ou seja, 2319033 pessoas e teve cerca de 10,5% de sua população contaminada por covid nos anos de 2020 e 2021(242773 casos)Ao exame de seus distritos

sobressaem as taxas de óbitos de Vila Medeiros, com a taxa de óbitos de 523,8, a mais alta dessa região norte, Freguesia do Ó, com 518,0 óbitos por 100 mil pessoas, seguido de Penha, com a taxa de 485,1, Casa verde com 481,6, que constituem bairros de anéis intermediários, populosos mas não de extrema periferia.. No entanto, o distrito de Cachoeirinha com 422,2 de taxa de óbito, Pirituba(taxa de óbitos/100 mil de 398,9) Jaraguá, com 318,9 de taxa de óbito , assim como Brasilândia (371,6 de taxa) Jaçanã(355.6) e Tremembé (357,0) são periféricos e se caracterizam pela população de rendas mais baixas e precariedade habitacional e urbana.

Destaque-se que Brasilândia apresentou o maior número de casos confirmados nos anos de 2020 e 2021, perfazendo 30127 casos que chegam a representar cerca de 10,6% de sua população residente estimada como 283658 pessoas.em 2021

A região oeste é a de menor população entre as regiões (população estimada em 1074745), exceção feita às áreas centrais que são as menos populosas. Também as taxas de óbitos são menos expressivas, destacando-se Rio Pequeno com a taxa de 316,9 óbitos/100 mil e 13473 casos confirmados em 2020 e 2021 que representam quase 11 % diante de sua população residente de 125033 pessoas.

O distrito de Itaim Bibi, de urbanização consolidada e não periférico apresentou a taxa de óbito de 293,1 e cerca de 10,6 % tiveram covid dentre a população naqueles anos.

Em síntese, pode-se afirmar, portanto que os maiores índices de contaminação por covid estão nos distritos periféricos, chamando a atenção para as taxas de óbitos dos distritos Vila Formosa e São Miguel, na região Leste; Freguesia do Ó, Cachoeirinha e Brasilândia ao norte, e Sacomã, Raposo Tavares , Campo Limpo ao sul.

Reunindo várias “quebradas”, uma região de mais de 6 milhões de pessoas, a periferia é o lugar da luta diante de sua invisibilidade pelo poder público. Assim como há dominação de classe, de gênero, de raça, há a opressão territorial. Reconhecendo que a periferia sempre foi o território da alteridade,D’Andrea prossegue afirmando ser ocupada pelos mais baixos postos da esfera produtiva e de serviços (porteiros, babás, garis, pedreiros, desempregados, aposentados) e esse é o lugar deles na cidade capitalista. Começa o sentimento sobre esse lugar: periferia é periferia em qualquer lugar, como desespero em busca da pacificação (D’ANDREA, 2020). Começam os saraus, o hip hop, o funk, além dos slams. Os

coletivos culturais avançam, alguns com financiamentos públicos como o ocorrido nos governos Lula e Dilma.No entanto, é um complexo de contradições, embora relegada, a cidade não vive sem sua periferia que aciona as engrenagens produtivas, o comércio e os serviços. Ademais, é nas periferias urbanas que vive a grande maioria da população do planeta, por isso, qualquer intento de transformação social deve passar necessariamente por esse contingente (D'ANDREA, 2020).

Como o lugar da heterogeneidade (MARQUES, 2016) e da alteridade (D'ANDREA, 2020), um aspecto muito importante, é cultura e poesia. No Bar do Batidão e na Cooperifa, (BIN, 2022) ao longo da história da cidade observa-se que se formaram núcleos de encontros para declamação, no rastro da música e depois literatura chamada marginal. O som do forró, samba, punk rock, deixou marcas como cultura de resistência, especialmente por causa do descaso do poder público com tais regiões, do genocídio, especialmente de corpos negros masculinos.

Dessa forma, torna-se evidente que a pandemia da covid-19 desmascarou as profundas desigualdades sócio territoriais em que o país se encontra, uma perversa estabilidade, e que a cidade de São Paulo reiterou com as estatísticas relativas à contaminação, óbitos e letalidade.Não foi diferente em uma sede metropolitana no modo de produção capitalista em que o acesso ao ambiente construído e às políticas sociais, inclusive as de saúde pública , se fazem de modo desigual e excludente para as parcelas majoritárias da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIN, M. A:*As redes de escrituras na periferia de São Paulo. Poesia, performance, cidadania.* Belo Horizonte, Selo Editorial, PPGCOM-UFMG, 1a ed. 2022

BONDUKI, Nabil G. : *Origens da habitação Popular em São Paulo,1983*

D'ANDREA, Tiaraju P : *40 ideias sobre periferias.* São Paulo, Ed Dandara ,2020

MARQUES, E.MARQUES, E.:(org): *A metrópole de São Paulo no século XXI. Espaços, heterogeneidades e desigualdades.* São Paulo, Ed. UNESP,2015.

PASTERNAK,Suzana:*As favelas e a covid, 2023*

3.6. Ocupações urbanas e a Covid-19

Fabio Martinez Serrano Pucci

Apresentação

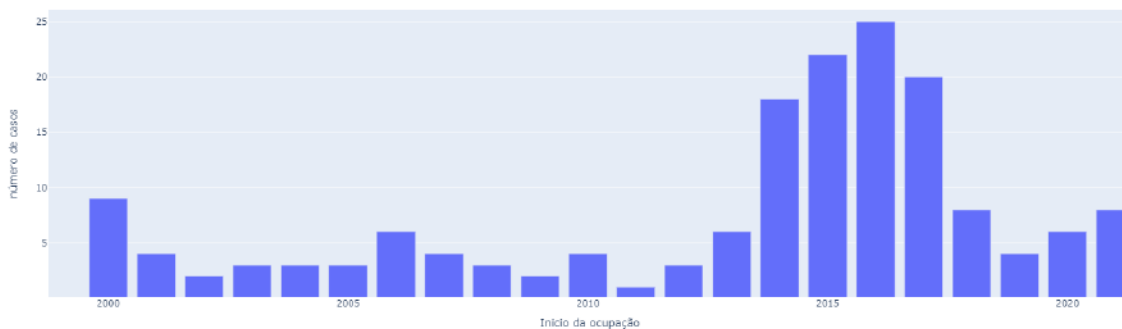
Ocupações são soluções provisórias de moradia nas qual, em geral, paga-se um valor mensal (muitas vezes um valor simbólico) inferior àquele pago em cortiços, aluguéis ou a autoconstrução. Em contrapartida, há um comprometimento com a causa que é exigida pelo movimento. Isso gera um sentimento de solidariedade entre os ocupantes, mas também faz com que aqueles que não gostam de participar de lutas sociais tenham que se engajar mesmo assim. A pesquisa a seguir procura apresentar dados do Observatório de Remoções (LABCIDADE, 2021). Além disso, foi realizada breve pesquisa documental em notícias veiculadas em jornais de grande circulação no período de pandemia. O principal objetivo é analisar a relação entre moradia da pobreza, desigualdade social e saúde pública, a partir dos dados sobre ocupações e sua relação com a Covid-19.

Resultados alcançados

A pesquisa documental apontou para o surgimento de novas ocupações ao longo da pandemia de covid-19, pois as famílias perderam suas rendas e não conseguiram pagar os aluguéis. De acordo com Canzian (2021), a procura por uma ocupação no Jardim Julieta (no distrito de Vila Medeiros) foi tanta que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) precisou reduzir pela metade os terrenos antes pensados para ser de 4,5m de frente por 9m de profundidade.

De acordo com os dados do Observatório de Remoções (LABCIDADE, 2021), surgiram 6 novas ocupações em 2020 e 8 novas ocupações em 2021. Desde 2017 o número de ocupações vinha se reduzindo, chegando a apenas 4 novas ocupações em 2019. Com a pandemia, no entanto, esse número voltou a crescer.

Grafico 1: Novas ocupações por ano

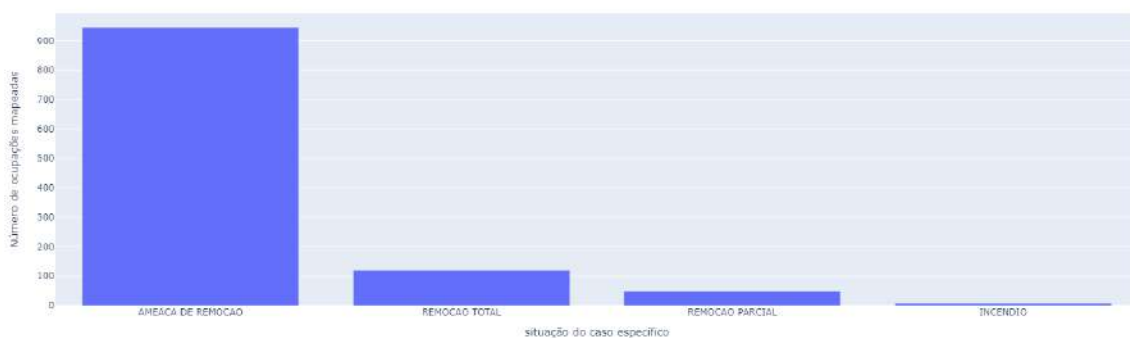


Fonte: Observatório de remoções

“Nessas novas comunidades, as pessoas se aglomeram em pequenos cômodos, construídos com pedaços de madeira recolhidos no lixo ou em comércios, além de papelão e outros materiais usados para demarcar a moradia de cada um.” (VELOSO, 2021, p. B6). No Rio de Janeiro, um grupo de 3 mil pessoas despejadas de uma ocupação se autodenominou como “refugiados da pandemia” (BARBON, 2021), nos remetendo à ideia dos deslocamentos forçados causados por fundado temor de perseguição e grave violação dos direitos humanos.

Ao todo, identificaram-se 944 ocupações com ameaças de remoção na Região Metropolitana de São Paulo. Houve 119 ocupações que foram totalmente removidas, 48 que foram parcialmente removidas e 8 que sofreram com incêndios. Das que foram totalmente removidas, dois terços eram formadas por terrenos e um terço por edificação. Enquanto 58 eram privadas, 44 eram públicas.

Gráfico 02 – Situação das ocupações



Fonte: Observatório de remoções

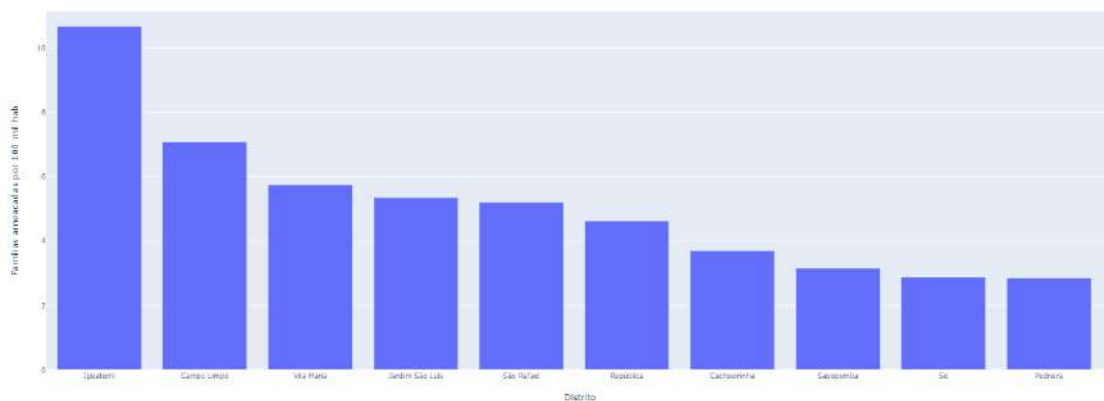
Os movimentos sociais urbanos de luta por moradia mais presentes nas ocupações que sofreram remoção total foram: Frente de Luta por Moradia (FLM) com 13 ocupações e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) com 5 ocupações.

O total de famílias removidas é de 36.920, sendo que a média é de 246 famílias removidas por ocupação. Os distritos da região sul (10.667 famílias removidas), leste (6.201 famílias removidas) e norte (4.364) tiveram o maior número absoluto de famílias ameaçadas ou removidas. Já os distritos do centro e oeste tiveram o menor número absoluto (2.026 famílias removidas).

A região sul também lidera o número absoluto de famílias ameaçadas (181.438 famílias), seguida pela região leste (50.767), norte (31.176) e centro-oeste (11.304).

Elaborou-se um índice com o número de famílias ameaçadas ou removidas por 100 mil habitantes (com base na população do Censo de 2010). Os distritos com maior número de famílias ameaçadas por 100 mil habitantes são: Iguatemi (taxa de 10,7), Campo Limpo (7,1), Vila Maria (5,7), Jardim São Luís (5,4) e São Rafael (5,2).

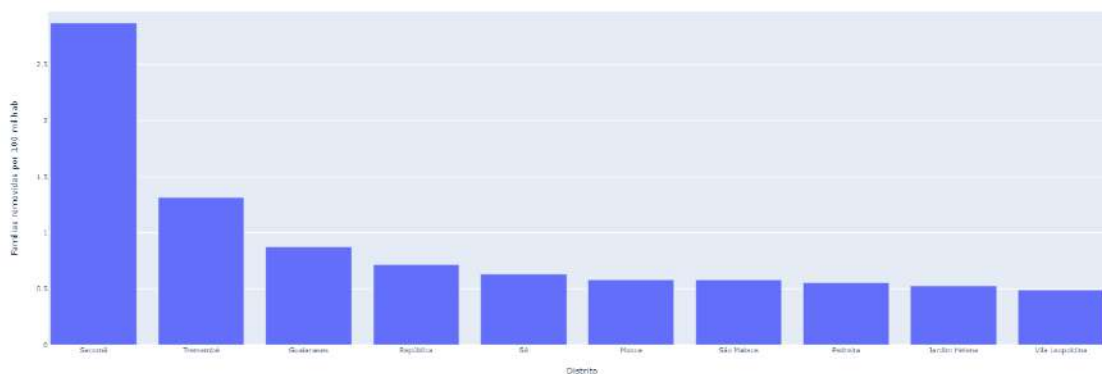
Gráfico 03 – Famílias ameaçadas por 100 mil habitantes



Fonte: Observatório de remoções

Já os distritos com maior número de famílias removidas por 100 mil habitantes são: Sacomã (taxa de 2,9), Tremembé (1,3), Guaianases (0,9), República (0,7) e Sé (0,6).

Gráfico 04 – Famílias removidas por 100 mil habitantes



Fonte: Observatório de remoções

Observou-se uma correlação positiva (0,26) entre as taxas de famílias removidas e ameaçadas por 100 mil habitantes. De acordo com Gil (2002, p. 167), essa pode ser considerada uma “correlação positiva baixa”.

No entanto, notou-se uma correlação negativa (-0.13) das taxas de famílias removidas e ameaçadas por 100 mil habitantes em relação à taxa de óbitos por Covid-19 por 100 mil habitantes. Essa pode ser considerada uma “correlação negativa baixa” (GIL, 2002, p. 167).

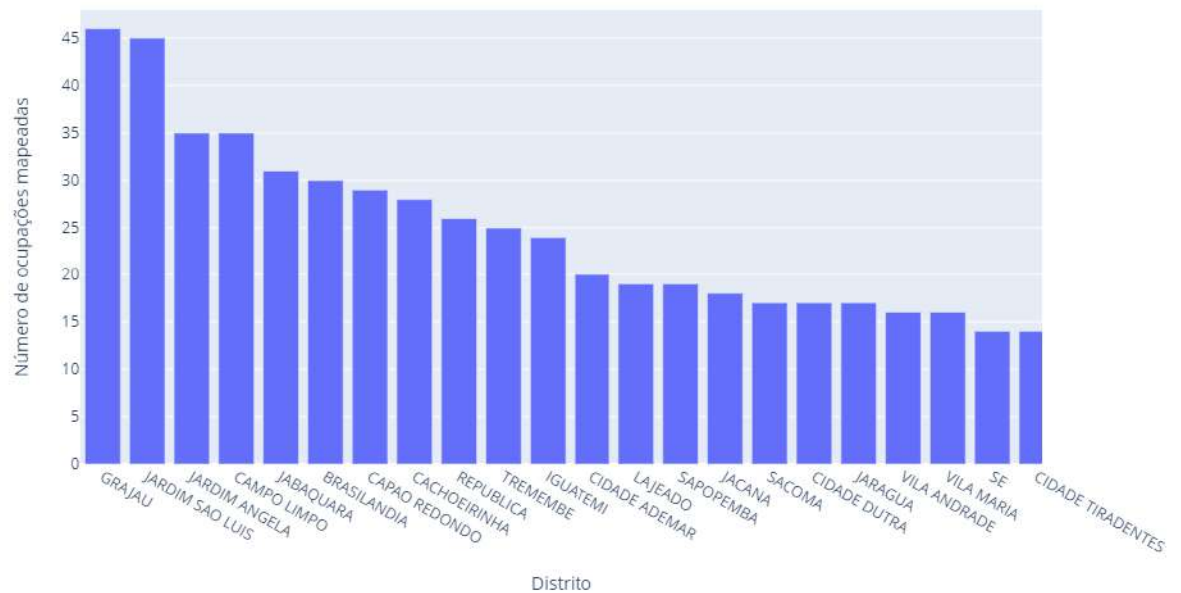
Ao menos a nível distrital, portanto, não há correlação entre a taxa de famílias removidas e ameaçadas de remoção por 100 mil habitantes em ocupações com as respectivas taxas de mortalidade por covid-19. Além disso, não se observou uma correlação positiva substancial entre as taxas de famílias ameaçadas e famílias removidas.

Com relação aos distritos com maior número de ocupações, destacam-se o Grajaú, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Campo Limpo, Jabaquara e Brasilândia com 30 ocupações ou mais (Gráfico 05). O Grajaú, Parque do Carmo e Tremembé lideram o número de remoções parciais (Gráfico 06), enquanto Iguatemi, República, Grajaú e Jardim Ângela têm o maior número de remoções totais (Gráfico 07).

Por fim, vale destacar que Tremembé (07 casos), Grajaú (04 casos), Jardim Helena (03 casos), Lajeado (03 casos) e Brasilândia (03 casos) são os distritos com

maior número de remoções totais nas quais houve despejo de 100 famílias ou mais, ou seja, despejos de grandes proporções.

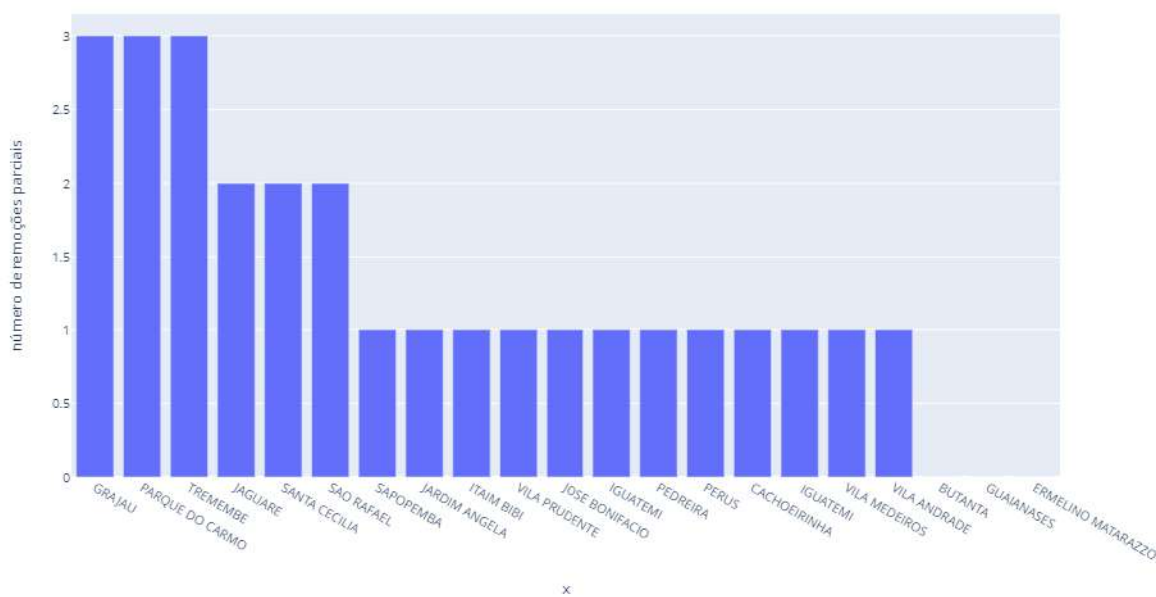
Gráfico 05 – Número de ocupações mapeadas por distritos



Fonte: Observatório de remoções

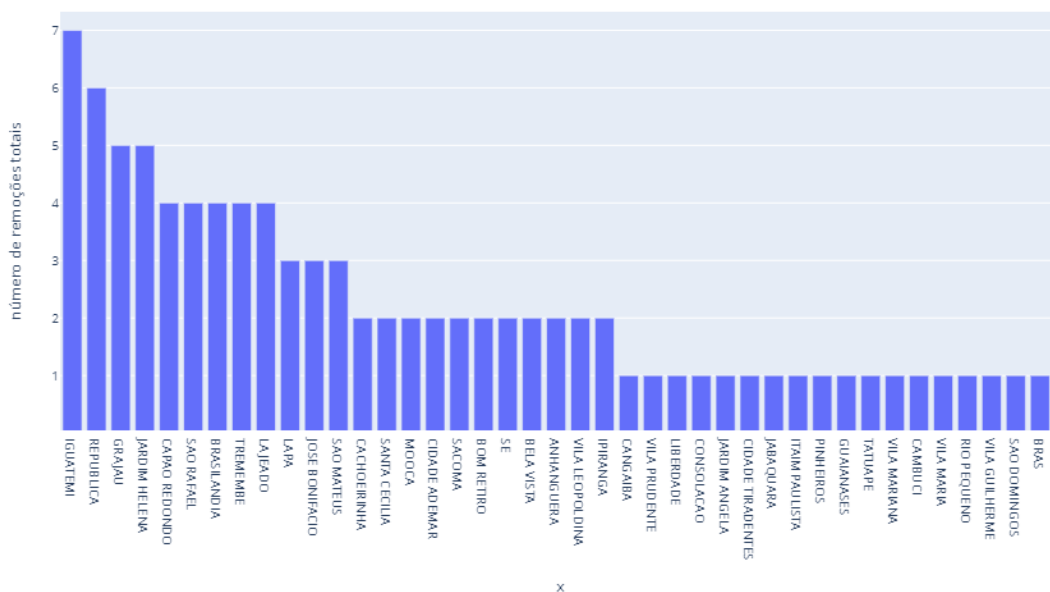
Gráfico 06 – Número de remoções parciais por distrito

Fonte: Observatório de remoções



Fonte: Observatório de remoções

Gráfico 07 – Número de remoções totais por distrito



Fonte: Observatório de remoções

O distrito do Grajaú, portanto, tem destaque na maior parte dos indicadores analisados. Em dissertação de mestrado, Pucci (2016) notou que a presença de imigrantes bolivianos neste bairro tem se tornado mais expressiva. Ora, essa é uma população cuja vulnerabilidade à Covid-19 é maior do que a média, pois trabalham e residem em oficinas de costura cuja circulação de ar é bastante limitada, onde

costumam trabalhar muitas horas com as janelas fechadas. Já foi notado na bibliografia sobre o tema (MARTINEZ, 2010) que a incidência de tuberculose nesta população é acima da média.

Ademais, é uma população que poucas vezes procura os serviços sociais de saúde, apenas nas situações-limite (PUCCI, 2016). Além disso, é sabido que esses imigrantes têm dificuldade de acesso à moradia no mercado formal de trabalho (PUCCI, 2016), os levando a residirem em cortiços e ocupações (PUCCI, 2011). Nesse sentido, seria interessante que futuras pesquisas se debruçassem sobre as ocupações no distrito do Grajaú e, em especial, o nível de participação de bolivianos entre os moradores destas ocupações.

Referências:

BARBON, Júlia. Após desocupação, centenas de 'refugiados da pandemia' vivem tensão no RJ. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2021. Saúde, B5.

CANZIAN, Fernando. Fenômeno dos anos Lula, classe C afunda e cai na miséria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2021. Mercado, p. A18.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, 6ª Edição, Editora: Atlas, 2002.

KOWARICK, Lúcio. (2009). *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34.

LABCIDADE. Mapeamento colaborativo RMSP. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>. Acesso em 22 nov. 2021.

MARTINEZ, Vanessa N. (2010). *Equidade em saúde: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PUCCI, Fabio Martinez Serrano (2011). A Inserção dos Bolivianos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari e a Produção da Alteridade: como são vistos pela vizinhança. *Relatório Científico de Iniciação Científica*, São Paulo, CNPq. 316p.

PUCCI, Fabio M. S. (2016). *Viver outramente: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

VELOSO, Lucas. Sem dinheiro para o aluguel, famílias formam novas favelas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º mai. 2021. Cotidiano, p. B6.

VÉRAS, Maura P. B. (2003). Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais. In: CHAIA, Miguel e SILVA, Ana Amélia da (orgs.), *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo: EDUC. pp. 323-367.